

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O DISCURSO SOBRE O “SER MULHER” E SEUS
OUTROS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE
BRASIL EUGÊNICO 1910-1940**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Jóice Anne Alves Carvalho

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**O DISCURSO SOBRE O “SER MULHER” E SEUS OUTROS
NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE BRASIL EUGÊNICO
1910-1940**

Jóice Anne Alves Carvalho

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração: História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa: Fronteira, Política e Sociedade, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique Armani

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Programa de Pós-Graduação em História**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado**

**O DISCURSO SOBRE O “SER MULHER” E SEUS OUTROS NA
CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE BRASIL EUGÊNICO
1910-1940**

elaborada por
Jóice Anne Alves Carvalho

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Carlos Henrique Armani, Dr.
(Presidente/Orientador)

Mozart Linhares da Silva, Dr. (UNISC)

Beatriz Teixeira Weber, Dra. (UFSM)

Santa Maria, 16 de julho de 2015.

Dedico esta dissertação aos meus avós, Arlindo Virgílio Koeck e Eva Peres Koeck, que não mediram esforços para que esta conquista se concretizasse, sempre acreditando em meu potencial e estimulando para que mesmo nos momentos mais difíceis nunca desistisse. Com vocês aprendi valores que seguirão comigo para toda a vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço à CAPES pela concessão de bolsa com a qual esta pesquisa foi viabilizada. Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria e ao seu corpo docente por possibilitarem diversos aprendizados fundamentais no processo constitutivo de minha consciência crítica e para minha formação enquanto profissional.

Ao Prof. Dr. Carlos Henrique Armani, meu orientador, que em suas orientações, pacientemente conduziu o estudo no campo da História das Ideias e colaborou na construção deste trabalho meio a diálogos compostos de sugestões e correções. Sua postura ética e competência acadêmica foram decisivas em minha escolha por seguir realizando novos estudos na área. Agradeço pela oportunidade de desenvolver este trabalho ao seu lado.

Àqueles que estiveram comigo durante os dois anos de mestrado, compartilhando alegrias, tristezas, frustrações e sonhos. Entre essas pessoas um agradecimento especial às colegas Letícia Fausto, Michele de Oliveira Casali e Priscila Roatt, a amizade de vocês foi muito importante nesse período. Fico grata por ao término desse mestrado não apenas elaborar um trabalho de dissertação, mas ter construído amizades tão bonitas que levarei para toda vida. À Renata Baldin Maciel, colega e, sobretudo, amiga. Obrigada pelas conversas, conselhos, aflições e sonhos compartilhados. És certamente exemplo de postura profissional da qual tenho muita admiração e respeito. Sou grata pelas trocas de aprendizagem, crescimento acadêmico e pessoal oriundos de nosso convívio.

Por fim, mas não menos importante agradeço ao meu companheiro de vida, Thiago Pozzatti Flores. Obrigada pelo apoio incondicional, pela compreensão quanto à ausência em alguns momentos importantes, pela paciência ao me ouvir e sempre lembrar-me das minhas capacidades. Tua presença ao meu lado tornou esse processo mais sereno. Muito obrigada.

A imagem do homem revela o que o distingue dos outros seres: sua habilidade em observar a si próprio. É a sina do homem que ele não só se contenta com o que vê, mas se aborrece com suas imperfeições físicas e mentais. A ânsia por civilização leva o homem a tentar melhorar não só as suas condições materiais, mas a si próprio como um todo [...] A fé nas medidas transforma a ideia em ciência. A eugenia é o sonho do homem mensurável. Na exploração da hereditariedade e na busca por um código decifrável a inteligência do homem está constantemente em evidência. Qual o papel da herança genética? O que é necessidade biológica e o que pode ser moldado pelo meio ambiente e a educação? O código genético, a receita humana é uma estrutura lógica que pode ser mapeada e gravada. Mas a capacidade do homem só pode ser julgada pelas suas reais realizações. Para o talento do homem, não há código decifrável. Inteligência é pré-requisito básico da nossa civilização. Mas sobre a biologia do processo de raciocínio e da capacidade do homem, nós sabemos muito pouco. A imagem do homem revela nosso desespero com essa realidade. A imagem do homem, às vezes, nos dá compaixão (COHEN, Homo Sapiens 1900, 1998).

Lista de Figuras

Figura 1 - "Árvore da Eugenia"	37
Figura 2 – Diagrama dos elementos defendidos no Primeiro Congresso de Brasilidade	42
Figura 3- Proporções médias ideias para a mulher.....	83
Figura 4 – Padrão corporal não desejado.....	84
Figura 5 - Padrão de Beleza Feminina Ideal.....	85
Figura 6 - Genealogia de Francis Galton.....	90
Figura 7 - Registro Individual	91
Figura 8 - Esportes aconselháveis às mulheres	94
Figura 9 - Esportes aconselháveis às mulheres 2	94
Figura 10 - Esportes vinculados aos homens	95

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

O DISCURSO SOBRE O “SER MULHER” E SEUS OUTROS NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE BRASIL EUGÊNICO 1910-1940

Autora: Joice Anne Alves Carvalho

Orientador: Carlos Henrique Armani

Data e Local da Defesa de Dissertação: Santa Maria, 16 de julho de 2015.

Esta dissertação foi desenvolvida junto à Linha de Pesquisa Fronteira, Política e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria. E encontra-se vinculada ao Projeto de Pesquisa “História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural”, bem como ao Grupo de Pesquisa CNPQ “História Intelectual nos Séculos XIX e XX: Filosofia, Cultura, Política”. A elaboração do trabalho contou com financiamento CAPES – Demanda Social. No decorrer da análise, foram realizadas reflexões acerca do processo de eugeniação da sociedade brasileira, suas influências científicas e suas delimitações para a construção de uma comunidade eugênica nacional, e, neste processo, o discurso sobre o “ser mulher” e seus constitutivos periféricos. No decorrer das problematizações foi levado em consideração o fato de que a constituição do ser ideal não interferia apenas em padrões físico/biológicos, mas também, em padrões morais e comportamentos sociais, determinando-se assim, as fronteiras de pertencimento à comunidade nacional imaginada. Neste sentido, foi abordado o projeto de construção da nação eugênica e o papel do indivíduo na coletividade, ou seja, quem compõe e quem deve estar fora da estrutura social do Brasil no organismo do “eu nacional” para os intelectuais eugenistas da primeira metade do século XX. A partir da análise de algumas teses e publicações relacionadas à eugenia no período, por meio da metodologia proposta pela História Intelectual, percebeu-se que, os eugenistas visavam o controle, sobretudo da constituição biológica do indivíduo através da ingerência à reprodução. Isso refletia diretamente sobre os casamentos, sendo evitados os matrimônios entre os “degenerados”, assim como nos programas educacionais, muitas vezes pautados pelos propósitos eugênicos. Dessa forma, as diretrizes eugênicas eram colocadas como ações preventivas ligadas à saúde e ao bem-estar da sociedade. Pode-se então, afirmar que as definições de “ser” entre mulher/homem/indivíduo no processo de construção da identificação da nação brasileira se correlacionam de modo que, os processos de identificação se complementam.

Palavras-Chave: Discurso Eugênico Brasileiro. Comunidade Nacional Eugênica. “Ser Mulher”.

ABSTRACT

Master's Dissertation
Graduate Program in History
Federal University of Santa Maria

The Discourse About the “Being Woman” and Other in Construction of the Project of Brazil Eugenics – 1910/1940

Author: Joice Anne Alves Carvalho

Advisor: Carlos Henrique Armani

Date and Place of the dissertation defense: Santa Maria, July 16, 2015.

This dissertation was developed with the Research Line Fronteira, Política e Sociedade at the Graduate Program in History at the Federal University of Santa Maria. And it is linked to the research project "História Intelectual, Historicidade e Processos de Identificação Cultural" as well as to the CNPQ Research Group "História Intelectual nos Séculos XIX e XX: Filosofia, Cultura, Política". The work counted with the funding of CAPES - Social Demand. During the analysis, reflections were made about the eugenize process of Brazilian society, its scientific influences and its delimitations to build a national eugenic community, and in the process, the discourse about "being woman" and its peripherals constituent. During the problematizations was taken into consideration the fact that the constitution of "being ideal" did not interfere only in physical / biological patterns, but also in moral and social behavior patterns, determining thereby the boundaries of belonging to the national community imagined. In this sense, was addressed the construction project of eugenic nation and the individual's role in society, ie who composes and who should be out of Brazil's social structure in the "I nation" organism to eugenicists intellectuals of the first half of XX century. From the analysis of some theses and publications related to eugenics in the period, using the methodology proposed by the Intellectual History, it was realized that, eugenicists sought to control, especially the biological constitution of the individual through interference for reproduction. This reflected directly on marriages being avoided marriages between the "degenerates" as well as in educational programs, often guided by eugenic purposes. Thus, the eugenic guidelines were placed as preventive actions related to health and well-being of society. We can then assert that the definitions of "being" between woman / man / individual in the construction process of the Brazilian national identification are correlated so that identification processes complement each other.

Keywords: Brazilian Eugenic Discourse. Eugenic Community National. "Being Woman".

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 COMUNIDADE NACIONAL EUGÊNICA IMAGINADA.....	22
1.1 Eugenia e suas Ciências Constitutivas.....	29
1.2 Identidade, Nação e Progresso: Discurso Eugênico e seu Propósito Político.....	39
2. NAÇÃO, RAÇA E GÊNERO NO DISCURSO EUGÊNICO	49
2.1 Narrativas Identitárias Instrumentalizadas pela Ciência.....	50
2.2 Políticas Eugênicas: uma Análise Comparativa	61
3. SUJEITOS DA COMUNIDADE NACIONAL EUGÊNICA	70
3.1 Padrões de Normalidade: Eugenia e o “Ser Mulher”	75
3.2 Discursos Periféricos Atrelados à Mulher e seu dever Patriótico	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
FONTES	116
ANEXOS	121
Anexo A – Esquema de Organização de Campanha Eugênica	123
Anexo B - Ficha de Exame Pré-nupcial.....	124
Anexo C – Carta de Renato Kehl à Cecília Meireles em 1933	125
Anexo D – Resposta de Cecília Meireles à carta de Renato Kehl	126

INTRODUÇÃO

Este trabalho de dissertação tem como proposta a realização de um estudo sobre o discurso¹ acerca do “ser mulher” e seus elementos constitutivos no Brasil durante as décadas de 1910-1940, por meio das teses e publicações de intelectuais² eugenistas do período. O problema central de pesquisa visa interpretar o pensamento destes intelectuais ao elencar quem são e como se definem os sujeitos na construção do projeto de comunidade nacional eugênica que idealizavam. Desta forma, objetiva-se refletir a partir do ponto da História Intelectual, o pensamento dos intelectuais acerca da eugenia no Brasil como elemento de normatização da sociedade – no sentido de criação de normas e padrões – visando à análise de quais significados os autores atribuem a perspectiva de passado e futuro para o país em um contexto intelectual em que se pensava a identidade nacional. Também busca-se investigar a maneira como os autores classificaram os modos de civilização, evidenciando as inter-relações de ideias neste contexto frente ao processo de eugeniização da sociedade. Para tanto, intenciona-se interpretar os discursos sobre eugenia com fins de elencar elementos representativos da mulher e seus discursos periféricos³ dentro desta conjuntura.

O recorte temporal escolhido para ser analisado foi delimitado pela diversidade de fontes disponíveis e pouco exploradas pelo viés teórico metodológico proposto. Esse fato torna exequível pesquisar os discursos de relação de poder e o pensamento do período frente às variáveis de gênero e suas relações com a nação. O cerne do trabalho se mostra na análise das delimitações de padrões de comportamento de gênero nas campanhas em prol da eugenia, articuladas pelos intelectuais na primeira metade do século XX, pautadas na ideia de estereótipos de beleza, função social da mulher, perspectivas de família, maternidade, educação, entre outros, legitimados pela ciência. Tal pesquisa é relevante por oferecer possibilidades de estudo sobre o pensamento de um grupo de intelectuais cuja característica principal foi a preocupação em estabelecer perfis do brasileiro ideal. É neste processo de busca da construção de uma identidade nacional moderna que se pretende desenvolver uma

¹ Utiliza-se discurso no sentido de discorrer sobre, falar e escrever sobre algo em curso.

² Apesar de se destacarem como “homens da ciência”, os autores analisados serão caracterizados como intelectuais, pelo fato que, através da ciência, pensaram a sociedade bem como outras questões que dizem respeito aos intelectuais.

³ Trabalhar-se-á com a designação “periférica” para tais discursos, não por terem menos importância na análise, mas, por vincularem-se à definição do “ser mulher” sem que esta seja trabalhada diretamente.

pesquisa acerca dos discursos sobre o “ser mulher” brasileira e seus constituintes discursivos periféricos.

O referido trabalho de dissertação é desenvolvido a partir da análise das fontes⁴ sobre eugenia. Dentre as publicações do período, podem-se elencar teses⁵ das faculdades de Medicina dos estados da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro; bem como, atas e trabalhos⁶ apresentado no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia⁷. Ao expor os nomes da comunidade científica e intelectual brasileira, as fontes proporcionam a compreensão da tentativa a pretexto de melhoramento na nação.

De maneira geral, tais publicações realizam um histórico da beleza feminina a partir de proporção corporal, estipulando medidas exatas para o ideal eugênico, discutem a importância de uma boa escolha matrimonial para o processo eugênico - de benefícios emocionais à idade de cada gênero para o matrimônio – ressaltam os perigos do casamento tardio, e discute-se, no entanto, a possibilidade de casamentos consanguíneos, mesmo que proibido pelo Código Civil⁸ tendo como argumento dados que demonstram que filhos destes casamentos não resultam em degenerados. A eugenia em relação ao casamento é abordada como fator intrínseco para o impedimento de transmissão de doenças entre os cônjuges e aos descendentes. Desta forma, o exame pré-nupcial faz-se necessário. É vasto o número de publicações do período sobre a temática a ser analisada. Entre as fontes disponíveis foram elencadas aquelas que atendem com mais veemência ao problema e temática a fim de buscar entre as mesmas uma maior coesão. Neste sentido, a dissertação apresentada organiza-se em três capítulos temáticos, não havendo assim uma única sessão para tratar de contexto e/ou metodologia e teoria, mas sim, busca-se articulá-los no decorrer de todo trabalho com a análise das fontes e conceitos.

Ao analisar pesquisas desenvolvidas sobre a constituição do “ser mulher” no Brasil, averiguou-se que, de maneira geral, muitos trabalhos tratam do empoderamento feminino quanto ao sufrágio universal ou as manifestações de gênero no período referente à ditadura civil militar no país. Ao se trabalhar com eugenia, vincula-se muito à mulher o papel maternal, todavia, averiguando-se às publicações encontradas, nota-se que se trata de um

⁴ Para melhor esclarecimento do leitor, é importante destacar que ao citar as fontes no decorrer do trabalho optou-se por manter a grafia original dos textos.

⁵ Listagem das teses a serem analisadas na sequência das referências bibliográficas.

⁶ Nem todos os trabalhos apresentados no Congresso serão utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Assim como as teses, seguem listados ao final do projeto.

⁷ Fontes disponibilizadas no Arquivo do Museu Nacional/UFRJ.

⁸ Ao mencionar o Código Civil no decorrer do texto, refere-se ao Código Civil de 1916.

debate em aberto, existindo questões a serem exploradas em cunho documental. “Enquanto alguns historiadores defendem a eugenia como um movimento antifeminista, porque visava manter as mulheres a um papel reprodutivo maternal, outros sugerem que, em sua época, a eugenia foi uma força progressista” (STEPAN, 2005, p. 116). Dessa forma, pode-se afirmar que há um recorte temático-temporal a ser investigado por meio de discursos dos intelectuais do período.

Com diversa produção, pode-se surgir a pergunta sobre o porquê da pesquisa. O desenvolvimento deste trabalho implica questionamentos frente a alguns elementos pouco explorados em pesquisas anteriores. De maneira geral, tais pesquisas concentram-se vinculadas à história da saúde ou a uma sociologia da eugenia e seus vínculos com educação, formas de esterilização e, ou, ideia de branqueamento populacional; e também, podem-se encontrar estudos de sociologia dos intelectuais que pensaram a eugenia no Brasil. Neste sentido, busca-se explorar uma abordagem distinta desses estudos, na medida em que se propõe lidar com este ideal de nação constituído a partir da ciência e da eugenia para identificar como foram construídos os papéis sociais⁹ dentro desta comunidade imaginada¹⁰ considerando-se a problemática do indivíduo submerso na coletividade. Igualmente, intenciona-se evidenciar a contemporaneidade do tema frente à intervenção na vida privada no âmbito das políticas públicas.

Por este viés, o trabalho proposto aproxima-se do desenvolvido por Ceccheto (2007); Nari (2004); Vallejo (2007); Miranda (2009) e Esposito (2009), no sentido de pensar teoricamente o discurso eugênico e suas formas de determinação do privado em detrimento do coletivo. Busca-se ainda aproximar-se das perspectivas que trabalham questões subjetivas atreladas ao conceito fronteira e relações de poder no que tange às representações de gênero e suas constituições no processo de modernização dos grandes centros urbanos nas primeiras décadas do século XX, entendendo que tal processo de modernização urbana foi “pensado no bojo de um movimento que requeria várias ordens” (MARQUES, 1994, p. 25). Entre os artigos analisados constam trabalhos como o De Siqueira (2011), artigo que desenvolve a questão da constituição dos imaginários urbanos e a relação da cidade com os corpos, a partir

⁹ Trabalha-se com a ideia de papéis sociais no sentido de funções atribuídas ao homem e mulher, os percebendo como elementos que constituem um organismo maior – a pátria.

¹⁰ O uso do termo comunidade imaginada, advém do conceito de formação de identidade nacional elaborado por Benedict Anderson. Compreende-se a mobilização do discurso eugênico para definir e aglutinar elementos que consolidassem o Brasil em nível de nação frente à inexistência de uma “comunidade natural” que correspondesse aos padrões almejados.

de cartões postais – das imagens da cidade e das praias do Rio de Janeiro. Também pode-se destacar o estudo de Ferreira (2010), no qual o autor problematiza a questão do processo de civilização em relação à formação do corpo e mente, cultura e natureza, civilização e barbarismo, assim como, a definição de determinados corpos como monstruosos pautados na visão científica de diferenças raciais. Da mesma forma, salienta-se o artigo de Pereira (2011) que busca compreender pela teoria das representações sociais, as dimensões socioculturais da dor e da construção do protagonismo da mulher da parturição, através de metodologia qualitativa e com referencial teórico pautado na fenomenologia e na teoria da representação social. Suas conclusões se aproximam com a pesquisa a ser desenvolvida, no sentido da criação de um perfil de mulher forte, no entanto mantendo sua feminilidade, desde a infância.

Além dos historiadores e sociólogos consolidados em pesquisa relacionada à eugenia no Brasil e América Latina como Nancy Stepan (2005), Maria Eunice Maciel (1999), Vanderlei Sebastião Souza (2008, 2012), Joel de Souza Ramos (1996), Thomas Skidmore (2012), Giralda Seyferth (2008, 1996), Lilia Schwarcz (1996), Mozart Linhares da Silva (2013), evidenciam-se coleções de livros em torno da temática promovidas por grandes instituições, tais como Fundação Oswaldo Cruz - RJ e Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. De grande contribuição também são os trabalhos de Geandra Denardi Munareto (2013), André Mota Marinho e Maria Gabriela (2011), Lizete Oliveira Kumer (2004). Tais trabalhos abordam desde a consolidação da classe médica como profissão, hierarquização da sociedade a partir da perspectiva cientificista, noções sobre o corpo feminino, práticas médicas modernas voltadas para mulher e para a criança e vínculos entre eugenia e educação.

Dessa maneira, os trabalhos selecionados para revisão da temática aproximam-se da pesquisa desenvolvida no sentido de buscar o enfoque nas relações de poder e suas manifestações na sociedade a partir da perspectiva de divisão de espaços pelos binarismos homem/mulher; civilização/barbárie; humano/não humano e também, sobre as formas de instrumentalização do discurso e percebê-lo não apenas no seu sentido linguístico, mas também ideológico, ou seja, como um elemento relacional entre linguagem e ação política. Pensando nisso, um dos vieses abordado nessa dissertação procura contemplar as relações de poder e suas manifestações sociais, de forma que, estas se apresentem não apenas como luta política, mas também, na forma de hierarquização da sociedade. Elucubrando, sobretudo a consolidação dos Estados em formação no final do século XIX, pode-se destacar, para além das fronteiras geográficas, as afinidades ou alteridades políticas que conduziram tais processos na modernidade. Apesar do trabalho não lidar com a fronteira geográfica do Brasil

em consolidação no período, ainda assim, torna-se importante o conceito de fronteira nas normativas que o discurso eugênico propunha em relação ao pertencimento e exclusão da comunidade nacional a ser constituída através da eugenia.

Frente aos processos de construção de uma fronteira interior, meio ao projeto de nação, compreende-se assim como exposto por Hebe Clementi, como um conceito ambíguo, “no qual homens que aceitam a existência de fronteiras interiores também estão vinculados às questões mentais, culturais, tecnológicas e financeiras” (CLEMENTI, 1987, p.23). No projeto de comunidade nacional eugênica, a fronteira de quem pertencia ou não ao projeto de Brasil eugênico, apesar de não ser geográfica, constituía-se a partir de um limite móvel entre a definição do padrão biológico e melhorias sanitárias dentro das quais se constituía o “eu”. Este limite, apesar de não ser unânime entre os eugenistas, marcava a transição entre os dois mundos e consolidava a contraposição civilização-barbárie. Guiados por este enfoque, os estudiosos centraram-se quase exclusivamente na sociedade “branca” (LOPES e ORTELLI, 2006, p.15). Da mesma forma, é possível dizer que o trabalho abrange aspectos de integração ao se tratar de um discurso mobilizador, não vinculado apenas à análise linguística como também, às ações políticas no caráter de agregar e impulsionar os membros da comunidade pretendida rumo ao progresso e civilidade.

Quanto à questão do gênero e sua relação com a pesquisa desenvolvida nessa dissertação, pode-se destacar a tese trabalhada pela historiadora Nancy Stepan. A autora demonstra como o discurso eugênico foi importante para a eugenia, pois era pela reprodução sexual que ocorriam a modificação e a transmissão de conformação hereditária das gerações futuras. Tendo em vista que o papel social das mulheres era visto como primordialmente reprodutivo, muitas políticas eugênicas concentraram-se nelas (STEPAN, 2005, p. 116). A partir desta premissa, pode-se inferir ao discurso eugenista não apenas a ingerência no papel biológico, como também social do ser brasileiro, em sua vida pública e privada.

Neste aspecto, compreende-se gênero como um conceito amplo em sua análise social. Apesar desse termo não ter sido aplicado pelos intelectuais no período estudado, considera-se o vocábulo “sexo” como uma categoria biológica insuficiente para explicar as determinações sociais atribuídas ao homem e à mulher pelo discurso eugênico, ainda que normativa e determinante no discurso eugênico. Desta forma, utiliza-se o conceito desenvolvido pela filósofa Judith Butler ao definir, via diálogo com as teorias de Michael Foucault, que a categoria do “sexo” é, desde o início, normativa: “ideal regulatório”. Considerando que o sexo não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma “prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se com uma espécie de poder

produtivo, o poder de produzir – demarcar, circular, diferenciar – os corpos que controla” (BUTLER, 1999, pp. 153-154, *passim*).

Assim, “gênero” será utilizado como uma categoria de análise, para auxiliar no questionamento da suposta essencialidade da diferença dos sexos: a ideia de que mulheres são passivas, emocionais e frágeis; homens são ativos, racionais e fortes. Na perspectiva de gênero, essas características são produto de uma situação histórico-cultural e política, portanto, as diferenças são produto de uma construção social. Não havendo naturalmente o gênero masculino e feminino, compreende-se “gênero” como uma categoria relacional do feminino e do masculino. Desta forma, considerando as diferenças biológicas entre os sexos, no desenvolver da dissertação procurar-se ampliar estes questionamentos frente à construção identitária em meio aos binarismos conceituais. Neste sentido, assim como colocado pela filósofa Judith Butler, compreende-se que o gênero nem sempre se constitui de maneira “coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos [...] o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas” (BUTLER, 2013, p.20).

No desenvolver do trabalho, para melhor realizar a análise, será utilizada a perspectiva teórico-metodológica da História Intelectual¹¹ enquanto aporte teórico, com ênfase nas propostas de Franklin Baumer e Dominick LaCapra. Para tanto, é importante compreender de qual conceito de “ideias” se parte para o desenvolvimento do trabalho e a importância dos intelectuais neste processo¹². Entende-se que “as ideias têm uma irradiação e um desenvolvimento, uma ascendência e uma posteridade próprias, nas quais os homens participam, mais como padrinhos e madrinhas do que pais legítimos” (BAUMER, 1990, p. 17). Compreendendo desta forma, a História das Ideias se coloca como representante de uma tentativa para estancar a direção fragmentária que o campo da pesquisa histórica vinha direcionando-se. Ainda assim, podemos nos apropriar dos questionamentos do autor sobre o conceito de ideias: “Que se entende precisamente por ideias? Pertencem estas ideias apenas aos intelectuais?” (BAUMER, 1990, p. 20). O próprio Baumer nos responde, no sentido de compreender o conceito com elasticidade, “pode referir-se a quase tudo desde o pensamento de uma pequena elite ao de toda gente” (BAUMER, 1990, p. 21).

¹¹ Tal como proposto por Baumer, o conceito de História Intelectual foi utilizado como sinônimo de História das Ideias: “Os intelectuais desempenham, inevitavelmente o papel principal na história das ideias e, uma vez que é este o caso, muitos, como eu próprio, preferem chamar-lhe história intelectual (BAUMER, 1990, p. 23)”.

¹² Ver em CARVALHO & MACIEL (2014).

Na verdade, é importante compreender que a História das Ideias, em oposição à história da filosofia, tem como um dos principais objetivos a descoberta de certa classe de ideias que subjazem e condicionam o pensamento formal (CARVALHO & MACIEL, 2014, pp.383-402, *passim*). Desta forma, a História das Ideias, “ainda que necessariamente opere em grande parte dentro da órbita do pensamento racional, também lida com ideias que mais propriamente se podem chamar de crenças ou convicções” (BAUMER, 1990, p. 21). Ao analisar o discurso eugênico brasileiro destacam-se os intelectuais, por terem um papel de proeminência nesse embasamento teórico, por constituírem o que Baumer denominou de uma classe distinta, “uma espécie de classe sem classe”, não necessariamente vinculados a uma instituição, mas sim, com elementos discursivos em comum e com os demais interesses compartilhados em sua época. Podendo-se incluí-los como uma espécie de reflexo de sua época, “espelho que reflete a experiência de vida de grupos maiores e, por vezes mesmo, de uma sociedade inteira” (BAUMER, 1990, p. 21). Ainda na perspectiva do autor, devemos optar por pensar na história elementos que possam contribuir para compreender o mundo no qual nos inserimos. Neste sentido, na busca pela interpretação do que em determinado período do que foi a definição do “ser mulher” brasileira para um grupo de intelectuais, faz-se uma análise dos sujeitos em seu tempo. Tendo como pressuposto que tais intelectuais desenvolveram e difundiram teses que interferiram na vida pública e privada.

O modo de tratamento das fontes tem em perspectiva a hermenêutica articulada com os pressupostos de Dominick LaCapra (1983). Assim, tem-se o objetivo de pensar a história enquanto elemento essencial no processo interpretativo humano. De maneira que a escrita do historiador seja uma articulação do lugar social e prática de pesquisa, na tentativa de construção de um discurso que não se dissolva na literatura, mas que favoreça estudos históricos. Em suas pesquisas, LaCapra acabou por deslocar a relação hierárquica dicotômica entre texto e contexto para um entendimento inter-relacional entre ambos. Para o autor, a textualidade implica as estruturas ditas “reais” e todos os referenciais possíveis. Tais relações de texto e contexto se dão num complexo processo de interação, suplementando-se. Para tratar destas inclusões complexas, o autor estabelece seis tipos de contextos históricos possíveis: relação intenção do autor e texto; relação entre a vida do autor e texto; relação entre a sociedade e o texto; relação entre cultura e texto; relação entre o texto e o “corpus do escritor”; relação entre os modos de discurso e o texto (CARVALHO & MACIEL, 2014, pp.383-402, *passim*).

A partir de LaCapra há uma reinserção da retórica no trabalho historiográfico. Desta forma, buscar-se-á desenvolver a problematização da temática investigada a partir do contexto

de debate e a relação entre cultura e o texto, visando esclarecer o leitor frente ao cenário discursivo estudado. Essa proposta pode enfrentar algumas problemáticas metodológicas levando em consideração que não será analisado um único intelectual e suas obras, e sim, um conjunto de pensadores da ciência e seus propósitos para o país. Desta forma, a partir dos discursos estudados, pode dizer que o elemento de coesão entre os constituído pela perspectiva eugênica aplicada ao contexto brasileiro.

Na proposta dialógica de LaCapra, na qual o texto não é pensado isoladamente, mas sim correlacionado com outros discursos similares e/ou próximos, permite-se, por exemplo, analisar o discurso dos eugenistas levando em consideração os movimentos políticos e a cultura da época sem reduzir suas ideias à categorias sociológicas. Desta maneira, a abordagem metodológica se dará de modo dialógico, como proposto pelo autor, se realizará uma investigação sobre o período abordado, levando em consideração movimentos políticos e aspectos sociais. No desenvolver da análise a partir das ideias de Dominick LaCapra, procura-se promover uma crítica aos pontos fundamentais presentes nas fontes, discutindo o que elas trazem em aspecto de informação e como descrevem a eugenia e seus discursos complementares. Atenta-se para a tentativa de manter o foco de investigação para o modo em que se escreve e não o que está escrito em si, realizando desta forma, uma leitura de mundo a partir das fontes. Neste sentido, pode-se dizer que o historiador das ideias tenta compreender a consciência de uma determinada época produzida pela sua sociedade a partir das perspectivas dos intelectuais. A historicidade que interessa trabalhar aqui está subordinada ao quadro político, econômico, social e cultural para o qual tais autores atribuíram sentido de realidade (CARVALHO & MACIEL, 2014, pp.383-402, passim).

O primeiro capítulo intitulado “Comunidade Nacional Eugênica Imaginada” apresenta dois subitens “Eugenia e suas Ciências Constitutivas” e “Identidade, Nação e Progresso: Discurso Eugênico e seu Propósito Político”. Nele, propõem-se discutir concepções de nação e nacionalismo a partir do trabalho de autores como Benedict Anderson, Gopal Balakrishnan e Eric Hobsbawm na perspectiva dos intelectuais analisados. Também, busca-se analisar o cenário discursivo do debate no país e os elementos constitutivos da eugenia e suas ciências auxiliares. O capítulo tem, como cerne da reflexão, o pensamento dos intelectuais acerca da eugenia no Brasil como elemento essencial na efetivação de um projeto nacional.

O segundo capítulo da dissertação intitula-se “Nação, Raça e Gênero no Discurso Eugênico” e subdivide-se em “Narrativas Identitárias Instrumentalizadas pela Ciência” e “Políticas Eugênicas: uma Análise Comparativa”. Visando dialogar conceitos teóricos com elementos encontrados nas fontes, busca-se explorar o contexto de debate acerca da nação e

sua relação com raça, gênero e modos de civilização defendidos pelos eugenistas brasileiros, analisando de forma comparativa os aspectos dessas políticas eugênicas com os métodos aplicados em outros países. Neste sentido, intenciona-se considerar como os autores classificam os modos de civilização na construção da nação, assim como, analisar quais significados os autores atribuem a conceitos relativos ao que se discute sobre perspectiva de passado e futuro para o país em um contexto intelectual em que se discute e constrói narrativas identitárias do ser nacional e a definição dos indivíduos na sociedade. Esses elementos possibilitam perceber os constituintes identitários de tais delimitações sociais propostas como narrativas identitárias instrumentalizadas pela ciência.

O terceiro e último capítulo da dissertação denominado “Sujeitos na Comunidade Nacional Eugênica” é constituído por dois subitens: “Padrões de Normalidade: Eugenia e o “Ser Mulher” e “Discursos Periféricos Atrelados à Mulher e seu dever Patriótico”. Nesse capítulo de encerramento da dissertação, interpreta-se o discurso sobre eugenia com fins de elencar elementos representativos da mulher e seus discursos periféricos dentro da conjuntura em perspectiva. Assim como, analisar os elementos apresentados nas narrativas para fins de construção de um ser ideal. Buscando as definições dos espaços de poder para além das relações de submissão e pertencimento, também se analisa os discursos periféricos, mas não menos importantes, que se movem em torno do “ser mulher” e suas correlações com o “ser nação”. Dentre as categorias exploradas e significadas pelos intelectuais incluem-se noções de saúde, educação, ócio, maternidade, infância e família. Assim, compreende-se que ambos os conceitos serviam como estratégias políticas complementares, que visavam exemplificar através da história e do passado, a função social do homem e da mulher na sociedade, como elementos de um organismo maior – a Pátria. Ao mesmo tempo em que se reforça o caráter privado do “ser mulher”, esta tinha papel de destaque na construção da nação eugênica.

1 COMUNIDADE NACIONAL EUGÊNICA IMAGINADA

Ao pensar sobre o ideal eugênico no Brasil realizou-se uma análise pautada no conceito de comunidade imaginada, pois, se tem o entendimento que o discurso eugenista mobilizava definições de padrões culturais encarados como representação¹³ do que deveria ser a população brasileira, podendo ser visto como um projeto de nação e, por conseguinte, de Brasil. O conceito que nomeia este capítulo baseia-se no trabalho desenvolvido por Benedict Anderson (1993). Neste sentido, compreende-se a nação como uma “comunidade limitada, soberana e, sobretudo, imaginada”. Imaginada, no sentido de que os sujeitos mesmo sem dividirem o mesmo espaço geográfico e cultural, compartilham signos e símbolos comuns, que os fazem reconhecer-se como pertencentes a um mesmo espaço imaginário – uma pátria pautada em os padrões eugênicos. A “imaginação”, como proposto por Anderson, não significa falseamento, mas sim uma “rede de parentesco” que dota seus membros de certa particularidade. Neste aspecto, a condição nacional abarcada pelo projeto eugenista era o enquadramento nos perfis salubres para o melhoramento da nação. Neste sentido, compreende-se nação como uma “comunidade política imaginada”. Nas palavras de Anderson, a nação:

É imaginada por que mesmo os membros das mais minúsculas das nações jamais conhecerão, encontraram ou nem sequer ouvirão falar de todos os seus companheiros (compatriotas) embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles. A única coisa que pode dizer que uma nação existe é quando muitas pessoas se consideram uma nação (ANDERSON, 1993, p. 23).

A relação da temporalidade com o projeto de eugenia remete ao pensamento desses intelectuais enquanto intérpretes da nação. Nesse sentido, o tempo histórico trabalhado por Reinhart Koselleck (2006) é fundamental para compreender a concepção de presente, passado e futuro na perspectiva dos autores estudados, pois em suas falas o passado colonial brasileiro e o presente composto pela miscigenação seriam a origem do atraso civilizacional. O presente englobaria a generalização desses males, culminando na degeneração da nação, o que levaria

¹³ Compreende-se o termo a partir de Roger Chartier (2002, 2002). Tendo o entendimento que as representações se referem à maneira como em distintos espaços geográficos e temporais a realidade social é construída. Desta forma, criam-se figuras as quais dotam o presente de sentido. O autor também defende que esses códigos, padrões e sentidos são partilhados, e apesar de algumas vezes apresentarem-se de maneira naturalizada, seus sentidos modificam-se, tendo em vista que são historicamente construídos e determinados pelas relações de poder e pelos conflitos de interesses dos grupos sociais.

a sociedade ao entrave do progresso. Ao futuro se atrelariam as esperanças de rompimento com esse sistema e cura dos males através da difusão da eugenia. Neste sentido, do ponto de vista identitário estes intelectuais tiveram como característica essencial de seu pensamento o interesse pelo uso da ciência na relação da nação com o tema devir, demonstrando assim, a correlação entre as concepções de ciência e progresso (CARVALHO & MACIEL, 2014, pp.383-402, *passim*).

Na tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, o médico eugenista oriundo de Minas Gerais Alexandre Tepedino (1914), defendeu que a ciência eugênica equivaleria à puericultura antes da procriação, tendo como fim a pesquisa dos conhecimentos relativos “à reprodução, à conservação e a perfeição da espécie humana”. Nesta mesma perspectiva, os demais intelectuais estudados buscavam os elementos constitutivos dos padrões eugênicos ideais na antiguidade. Desta forma, “eugenia” seria uma nova palavra, mas não uma nova ideia. Tepedino alegava que os gregos, os hebreus e os romanos demonstraram interesse pelo aperfeiçoamento da espécie, e que no início do século XX esta seria tarefa dos cientistas: “eram antigamente os cultores da Eugenia os philosophos, os theologos e os prophetas. Actualmente os seus pioneiros os homens da sciencia e sobretudo os medicos” (TEPEDINO, 1914. p. 6). Outros intelectuais como o médico Estellita Ribas (1927) e Octavio Domingues¹⁴ (1933) também demonstravam em suas narrativas a retomada a um ideal clássico na constituição do padrão eugênico brasileiro. Utilizando como exemplo os espartanos, Ribas defende que Esparta teria sido o “berço da eugenia” e que, no início do século XX, os cientistas deveriam tomar para si a responsabilidade da concretude do ideal eugênico:

Que agora, neste seculo crysol se erga, á luz do sóes, o maior monumento que porventura é dado erguer o genio humano – que seja, simultaneamente, obra de arte, de vida e de amôr no que elle tem de mais divino e sublime – a concretisação do ideal eugenico! Elle, sosinho, uma vez que o consigamos, valerá por todos o monumentos da terra. O século XX, si de facto for o seculo das luzes será, fatalmente, o seculo da renascença eugenica! (RIBAS, 1927, p. 16)

Nas pesquisas de Octavio Domingues (1933), percebe-se que era na civilização helênica onde os eugenistas deveriam se deparar com as noções práticas, a tal povo o título de

¹⁴ Octavio Domingues, nascido no Acre, atuou como professor nas áreas de zootecnia e agronomia. Domingues seguia os princípios da genética mendeliana, representada por William Bateson (1861-1926) e outros, estudando a hereditariedade a partir de cruzamentos experimentais que levavam em consideração características herdadas de forma descontínua (STEFANO, 2009, p. 48).

“pioneiros do eugenismo no mundo antigo”. E, assim como Tepedino e Ribas, ressaltou a importância não apenas das leis, mas também de pensadores acerca da problemática:

Não são apenas seus legisladores, criando leis com uma visão unilateral do problema, como Licurgo em Esparta, mandando atirar ao Eurotas todos os recém-nascidos raquíticos, mal formados desde o berço – são ainda seus filósofos que se convencem e proclamam também a necessidade de operar uma certa escolha entre os genitores, para a formação de proles vigorosas, inteligentes, portanto capazes de elevar a raça física e moralmente (DOMINGUES, 1933, p. 15).

O emprego de termos como civilização, nação, pátria, progresso, barbárie no discurso dos autores estudados remete aos preceitos teóricos de Koselleck. Para o autor, um fato linguístico permite que se possa atuar sobre realidade de forma concreta, pois um conceito está sempre relacionado àquilo que se tenta compreender. Essa relação entre o conceito e o conteúdo a ser compreendido é fundamentalmente tensa. Em suma na concepção de Koselleck, todo conceito está articulado com o contexto sobre o qual também pode atuar de forma a torná-lo compreensível (CARVALHO & MACIEL, 2014, pp.383-402, *passim*). Contudo, ao abordar sobre conceitos como Pátria/Nação, patriotismo/nacionalismo, procura-se esclarecê-los a partir das perspectivas de John Breuilly (2000), compreendendo com “pouco valor analítico distinguir “patriotismo” e “nacionalismo” (BREUILLY, 200, p. 157). Neste sentido:

[...] certa doutrina nacionalista pode afirmar que a nação é uma questão de um compromisso subjetivo ativo, enquanto outra pode insistir que nação é uma comunidade racial, linguística ou religiosa, que se constitui independentemente das opiniões de seus membros (BREUILLY, 200, p. 158).

Em recente obra sobre o tema, organizada por Gopal Balakrishnan (2000), há uma introdução de Benedict Anderson, na qual o autor menciona diversas problemáticas no estudo da nação. Conforme Anderson, não há nenhuma definição amplamente aceita de nação, “ninguém foi capaz de demonstrar de forma conclusiva sua modernidade ou antiguidade e sua difusão global é interpretada ora pela metáfora maligna da metástase, ora sob os signos sorridentes da identidade e da emancipação” (ANDERSON, 2000, p. 7). Portanto, tendo em vista que a proposta do trabalho não é teorizar acerca dos conceitos em si, pátria e nação serão trabalhados como sinônimos. Optou-se por não elaborar nenhum conceito a priori de nação, e sim, trabalhar a partir dos múltiplos significados dos termos atribuídos pelos intelectuais analisados, sobretudo pátria que era utilizada com maior frequência por (SCHEIDT, [sd] pp.1-26, *passim*).

Os eugenistas visavam o melhoramento da raça, que em alguns momentos foi utilizado como instrumento na constituição do projeto de nação brasileira civilizada. Nesse sentido, a nação se apresenta para os intelectuais analisados não na busca de uma identidade cristalizada, mas circunstancial através de mobilização simbólica.

Outros conceitos que entram em debate nas teses e publicações analisadas, e que se torna relevante esclarecer seus usos são: “eugenia”, “eugenismo” e “eutechnia”. Octavio Domingues (1933) realizou tal debate conceitual, por acreditar que o propósito eugênico vinha se deturpando ao longo das décadas e sendo mal-empregado. Segundo a definição do autor, a eugenia se tratava da ciência que propunha estabelecer princípios e regras para a formação de proles sadias de “corpo e espírito” (1933, p. 21). Já o termo eutechnia, englobaria todas as medidas de “ordem exterior na orientação do desenvolvimento das heranças biológicas, sendo elas, entretanto, incapazes por si sós de mudar tais fatores genéticos, em qualidades intrínsecas ao ser” (1933, p. 21). Para a palavra eugenismo, o autor atribui um significado mais amplo. Sendo “o conjunto de todas as medidas eugênicas, eutechnicas e sociais, tendo por fim a geração de proles boas em ambiente melhor” (1933, p. 23). Desta forma, no decorrer do trabalho, tendo em vista que os intelectuais não se apresentavam homogêneos quanto à definição do caráter da eugenia no Brasil, será utilizada a perspectiva “eugênica” do melhoramento genético. Também será empregado “eugenismo” para se referir as suas práticas mais amplas e “eugenista” no sentido de propagador do ideal eugênico.

Para análise do discurso eugênico enquanto elemento constituinte de uma narrativa identitária, busca-se apoio teórico nas perspectivas de Ernesto Laclau (1992), compreendendo que as variações discursivas ocorrem onde a ideologia opera. Logo, o ato linguístico implica ação sobre a tese eugenista, pode-se qualificá-lo como um poder que implica o corpo. Neste sentido, há um agenciamento da política em meio a manutenção da ideologia e da ordem vigente. A partir de um regime de veracidade (no período pautado pela ciência), visualiza-se a ideia de verdade como legitimadora da dominação. Tem-se, nesse sentido, a questão nacional como ideologia que fundamenta a existência. No decorrer do trabalho, a percepção de ser no mundo é contextual. Trabalha-se com a ideia do discurso eugênico como uma visão de mundo que serve para manter ou não determinada ordem, buscando assim, como o contexto se constitui a partir da prática discursiva.

Um elemento que permeia as fontes analisadas é a ideia de sacrifício pela pátria. Portanto, categorias que são debatidas nos capítulos seguintes – como elementos de controle

social da população – são delineadas pelos eugenistas como dever patriótico. A eugenia para estes intelectuais se caracterizou como um dispositivo que disciplinaria e purificaria a raça¹⁵.

[...] a depuração de sangues inferiores não só tornaria a população mais homogênea racialmente como seria a única alternativa de, por meio da hereditariedade, “construir um homem brasileiro”, “a identidade nacional”, “o sujeito moral”, passível de intervenção de um poder disciplinar que penetra todas as esferas da existência e que se realiza pela “aceitação dos indivíduos e não por sua rejeição”. Tratava-se de constituí-lo, etnicamente, pela biologia, como ser superior, como cidadão. [...] Portanto, a eugenia oferecia ao país a perspectiva de vir a ser nação através da constituição da “raça brasileira” (MARQUES, 1994, pp. 38-39).

Em fins do século XIX e início do século XX, movimentos de eugenia apropriaram-se do discurso científico adquirindo popularidade em vários países. Foram assim, associados a programas de controle de reprodução tais como leis de esterilização compulsória através de políticas estatais sendo usados como legitimadores da busca pela “pureza racial”. Assim, as análises e leis restritas aos animais e vegetais foram aplicadas às sociedades, implicando as perigosas alocações hierarquizadas às diferenças humanas: “dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar” (SILVA, 2000, p. 82).

A partir da observação de intelectuais como Arthur de Gobineau, a situação racial do Brasil foi descrita para o resto do mundo como uma população totalmente mulata, violenta e feia. Nas análises da historiadora Lilia Schwarcz (1994) sobre o período, foi a partir dos recintos médicos baianos que se ponderava através de Nina Rodrigues que “se um país não é velho para se venerar ou rico para se fazer representar, precisa ao menos tornar-se interessante”. Por este aspecto, a caracterização do local não se dava mais pelas belezas naturais, e sim, pela composição racial “um certo espetáculo da miscigenação” visto pelos estrangeiros como fenômeno desconhecido, acabou transformando-se em um debate polêmico entre as elites locais. Elite que para Schwarcz se compunha de cientistas políticos, pesquisadores e literatos, os quais procuravam lidar com o destino da nação em meio a uma ciência positiva e determinista. Nesse momento, indagar sobre que nação era essa significava de alguma maneira, se perguntar sobre que raça era a nossa ou, então, se uma mestiçagem tão extrema não seria um sinal em si de decadência e enfraquecimento (SCHWARCZ, 1994, pp. 139-140). Como trabalha a autora, no período em que os discursos raciais vinculam-se a projetos de cunho nacionalista, tem-se o conceito de nação forjado a partir de termos

¹⁵ Conceito de raça no período servia de legitimação para hierarquização da sociedade com base nas diferenças de características genéticas ou fenotípicas e psicológicas da população humana. No decorrer do trabalho o termo será empregado sem a utilização de aspas, por se tratar da maneira como os intelectuais o utilizavam.

biólogicos buscando “uma futura homogeneidade”. Sobre a perspectiva de futuro e a noção de indivíduo, Schwarcz coloca que:

A constatação de que essa era uma nação mestiça gerava novos dilemas para os cientistas brasileiros. Se falar na raça parecia oportuno — já que a questão referendava-se empiricamente e permitia certa naturalização de diferenças, sobretudo sociais —, o mesmo tema gerava paradoxos: implicava admitir a inexistência de futuro para uma nação de raças mistas como a nossa. Isto é, o conjunto dos modelos evolucionistas não só elogiava o progresso e a civilização, como concluía que a mistura de raças heterogêneas era sempre um erro, e levava à degeneração não só do indivíduo como de toda a coletividade (SCHWARCZ, 1994, p. 138).

Apresentando-se como modelo de sucesso na Europa em meados dos oitocentos, as teorias raciais adentram tardiamente no Brasil, e, tiveram uma maior influência entre 1870 e 1930, principalmente em estabelecimentos de ensino e pesquisa, que na época incorporavam parte da “elite pensante nacional”. Tal conjuntura converge com a emergência de um saber médico, “pautado por novas ambições e projetos, que fazem desses profissionais concorrentes a altura na disputa pela hegemonia intelectual no país”. Neste processo percebe-se uma dicotomia entre as instituições de ensino no Brasil, pois “enquanto no interior da faculdade de medicina da Bahia percebe-se uma atenção especial aos temas da medicina criminal e toda uma batalha personificada por Nina Rodrigues”, no Rio de Janeiro, a atuação se vinculava mais à área da higiene pública. No início do século XX, estes dois elementos passam a convergir e tornam-se instrumentos da eugenia no país. Sobre tal distinção inicial nos campos de pesquisa Schwarcz defende que:

Os médicos da faculdade carioca, buscavam sua originalidade e identidade na descoberta de doenças tropicais, como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas higienicos, prova maior de avanço e contribuição. [...] Adotando os métodos da escola positiva italiana, os médicos baianos estabeleciam correlações rígidas entre aspectos exteriores e interiores do corpo humano, considerando a miscigenação, por princípio, um retrocesso, um grande fator de degeneração. Dessa maneira, os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a ser utilizados como provas da correção dos modelos darwinistas sociais em sua condenação ao cruzamento, em seu alerta à imperfeição da hereditariedade mista. Sinistra originalidade encontrada pelos peritos baianos: o enfraquecimento da raça permitia não só a exaltação de uma especificidade da pesquisa nacional, como uma identidade do grupo profissional. A Bahia vinha com a antropologia criminal, o Rio de Janeiro com as pesquisas sobre medicina tropical. Enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater doenças, para os profissionais baianos era o doente, a população, que estava em questão (SCHWARCZ, 1994, pp. 139-145, passim).

A hegemonia intelectual do período esteve em disputa entre os campos profissionais do direito e da medicina refletindo diretamente no debate eugênico, pois, “ora o remédio, ora

a lei”. Na perspectiva dos bacharéis em direito “a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado”, pautada nas leis. No entanto, para a classe médica – em consolidação no período - caberia ao seu saber técnico os “diagnósticos e a cura dos grandes males que assolavam a nação” (SCHWARCZ, 1994, p. 146). Sob perspectivas de mundo onde a ciência torna-se o classificador do homem as teorias eugênicas adentram no Brasil a partir de intelectuais, comumente ligados às faculdades de medicina. Através destes discursos científicos proliferaram no meio acadêmico os padrões eugênicos e a ideia de necessidade de limpeza racial. Todos os caracteres que não estavam coesos aos padrões ideais para futuros progenitores eram considerados entraves para o melhoramento genético do brasileiro. Deste modo, tais intervenções foram aplicadas não somente aos indivíduos, mas às raças, resultando em um determinismo racial. Neste período, “o Brasil era visto como uma nação ainda em formação, composta por uma grande população negra e miscigenada, muitos, inclusive, recém-saídos do sistema escravista” (SOUZA, 2008, p. 147). Nesse contexto a eugenia brasileira apresenta-se como uma ciência biossocial, proposta de reforma do ambiente social no processo de construção da identidade nacional.

1.1 Eugenia e suas Ciências Constitutivas

Para melhor analisar o cenário discursivo em que a eugenia se apresenta no Brasil, tem-se que levar em conta a circulação de ideias no país desde o início do século XIX. Diversas ciências demonstraram-se como fundamentais para a constituição da comunidade imagina, na medida em que elas lançaram os pressupostos apropriados pelos eugenistas e que foram utilizados para construção de seus projetos ideais do ser ou mesmo da nação. Neste sentido, as discussões raciais devem ser entendidas a partir do Evolucionismo. Este movimento pode ser considerado um marco, pois a partir dele tentou-se explicar a diferença associando esta ao desenvolvimento. Essa noção de evolução encontra-se ligada ao orgânico, ao biológico. Tais ideias eram baseadas na obra “A Origem das Espécies” (1859) de Charles Darwin. Porém, é importante ressaltar que essa noção biológica da evolução possui suas raízes nos pensamentos e discussões filosóficas dos iluministas do século XVIII. Além disso, Darwin não trata de seres humanos em suas teses, suas ideias foram interpretadas e adaptadas para o darwinismo social. “Devido à seleção, o homem pode certamente obter grandes

resultados e adaptar os seres organizados às suas necessidades, acumulando as ligeiras nas úteis variações que lhe são fornecidas pela natureza” (DARWIN, 2009 [1859], p. 75).

Pode-se dizer, que aliados à ciência, preceitos filosóficos também desempenharam seu papel na busca da criação de um novo homem. Estas perspectivas foram empregadas no regramento, organização e otimização das sociedades, assim como, se mostrou presente na perspectiva de construção de um novo mundo em meio às novas gerações, que seriam superiores às anteriores não apenas fisicamente como também moralmente. Sendo assim, a partir da obra publicada por Charles Darwin em 1859, desenvolveram-se diversas teses sobre a temática, algumas aplicando suas análises aos seres humanos. Diversos intelectuais observaram os cruzamentos realizados entre as espécies e concluíram que esse reproduzia as características dos progenitores. Em meados do século XIX isto já estava sendo amplamente admitido para os seres humanos, sendo as características individuais explicadas pela mistura de elementos que ambos os pais forneciam aos filhos. Tais teorias sobre o processo de transmissão de características entre as gerações foram amplamente debatidas e rearticuladas ao longo da segunda metade do século XIX.

Como explanado por Del Cont, os biometristas e os naturalistas estabeleceram um importante papel no primeiro momento frente às pesquisas que, posteriormente, deflagram na ideia de eugenia no Brasil. A partir das tipologias elencadas por estes indivíduos através de viagens a diversos países, possibilitou-se catalogar características de determinados grupos populacionais:

Como ciência da hereditariedade, a eugenia no final do século XIX ainda carecia de elementos mais sólidos, visto que as próprias teorias correntes até o final do século eram fortemente especulativas. Nesse sentido, os primeiros passos para o estabelecimento de uma ciência eugênica se constituíram enquanto um conjunto de práticas envolvendo os trabalhos de Francis Galton e a influência que começou a exercer sobre um grupo de indivíduos – conhecidos como biometristas – preocupados em encontrar regularidades estatísticas que pudessem indicar a prevalência de certas características em um dado conjunto populacional (DEL CONT, 2008, p. 202).

Como já mencionado, no decorrer do século XIX, diversas teorias científicas em relação à evolução da vida humana foram desenvolvidas. Dentre os intelectuais pode-se

destacar Gregor Mendel¹⁶, sendo o primeiro a explicar de maneira prática como se davam os mecanismos de hereditariedade através do estudo com cruzamento de ervilhas. A partir destes estudos, Mendel comprovou que as características transmitidas eram herdadas em pares de ambos os genitores, permanecendo intactas de geração em geração. Seu trabalho apesar de relevante, não teve muito impacto no meio científico do período. O filósofo inglês Herbert Spencer (1864), representante do positivismo e admirador da obra de Charles Darwin, foi quem ressignificou a teoria darwinista, ao elaborar a expressão “sobrevivência do mais apto”. Spencer aplicou à sociologia ideias que retirou das ciências naturais, desenvolvendo um sistema de pensamento extremamente influente no contexto intelectual do século XIX. O autor procurou no evolucionismo estruturas para os mecanismos e objetivos da sociedade. Posteriormente, suas ideias foram utilizadas na justificação da organização da sociedade em classes – aplicando desta forma à sociedade contemporânea a seleção natural.

Enquanto exemplo de desusos de habilidades e até partes do corpo devido aos hábitos, Lilian Martins (2004) define que o cientista concluiu a partir de suas experiências que “a diminuição no tamanho das mandíbulas não teria outra causa senão a continuada herança dessas diminuições em consequência da diminuição da função, devida ao uso da comida selecionada e bem preparada” (SPENCER, 1886, apud MARTINS, 2004, p. 285). A teoria de Spencer teria sido, segundo Martins, pautada na análise através dos esqueletos de cães encontrados no *Museum of the College of Surgeons*. Através desta metodologia, o cientista constatou a diminuição das mandíbulas nas variedades e sub-variedades de cães domesticados que para ele, não podia ser explicada pela seleção natural. Em sua obra, Spencer explicou o efeito pela diminuição do uso e herança que se acentuou em cada geração, enfatizando a importância do processo civilizatório nesta ação contínua. “No homem, a diminuição no uso dessas partes teria acompanhado a crescente adoção de hábitos civilizados, como o uso de talheres para cortar os alimentos, deveria ter sido a única causa dessa diminuição” (SPENCER, 1893, apud MARTINS, 2004, p. 285).

Para o evolucionista Charles Darwin a utilização do termo “luta pela existência” poderia ser utilizado tanto em um sentido geral quanto metafórico, o que implicaria “as relações mútuas de dependência dos seres organizados, e, o que é mais importante, não somente a vida do indivíduo, mas a sua aptidão e bom êxito em deixar descendentes”

¹⁶ Em 8 de março de 1865, Mendel apresentou um trabalho à Sociedade de História Natural de Brünn, no qual enunciava as suas leis de hereditariedade, deduzidas das experiências com as ervilhas. Publicado em 1866, com data de 1865, esse trabalho permaneceu praticamente desconhecido do mundo científico até o início do século XX.

(DARWIN, 2009 [1859], p. 77). A partir destas premissas, o denominado evolucionismo social representou no período uma tentativa de formalizar o pensamento social através de discursos científicos, conforme a teoria biológica da evolução. Apesar de Darwin não mencionar evolução humana em seu trabalho, este serviu para as mais diversas alocações hierarquizadas frente às diferenças humanas, assim como, explicações de atraso civilizacional com base também em determinismos geográficos. O evolucionismo biológico e o evolucionismo social se aproximaram e o segundo passou a ser o modelo de explicação das diferenças entre o “eu” e o “outro”. O resultado disso pode ser verificado na consolidação do etnocentrismo, no qual a sociedade do “eu” é considerada a mais avançada enquanto a do “outro” a mais atrasada. É nesse sentido, que a noção de progresso se torna primordial, pois os homens se encaminham para ele no decorrer do tempo, saindo de estágios primitivos para estágios superiores, em uma trajetória ascendente.

Os evolucionistas defendiam uma unidade cultural, enquadrando todos os povos nos mesmos problemas, pois consideravam que os primitivos conquistariam o grau de civilização ao longo do tempo. Sendo assim, pode-se concluir que existem dois extremos no evolucionismo, de um lado encontram-se os povos inferiores ou primitivos, enquanto de outro, os superiores ou civilizados. Todavia, vale ressaltar que mesmo marcado pela ideologia da superioridade, o evolucionismo manteve certa relativização na medida em que se propôs a pensar o outro. Autores como Arthur de Gobineau e Gustave Le Bon recuperaram as teorias de Darwin defendendo o caráter essencial das raças, dando origem aos chamados darwinistas ou deterministas sociais que “passam a qualificar a diferença e a transformá-la em objeto de estudo, em objeto de ciência” (SCHWARCZ 1996, p.8). Devido à ênfase dada em suas teorias, esses autores estavam divididos entre aqueles que privilegiavam o geográfico e aqueles que priorizavam a raça. Para Schwarcz,

Longe do princípio da igualdade, pensadores como Gobineau (1853), Le Bon (1894) e Kid (1875) acreditavam que as raças constituíam fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo cruzamento por princípio entendido como um erro. As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de “tipos puros” e compreender a miscigenação como sinônimo de degeneração, não só racial como social. (SCHWARCZ 1996, p.9).

Essas discussões sobre as raças culminaram em um discurso político que buscava solucionar a submissão ou eliminação das raças inferiores, convertendo-se “em uma espécie de prática avançada do darwinismo social, ou seja, na eugenia, cuja meta era intervir na reprodução das populações” (SCHWARCZ 1996, p.10). No Brasil, essas questões suscitaram

a preocupação com o devir nacional. Entre os autores brasileiros que trataram sobre a temática da mestiçagem desde fins do século XIX, pode-se destacar Nina Rodrigues que apresentando um determinismo científico e racial via a miscigenação como sinônimo de atraso e degeneração, e Sílvio Romero que encarava o branqueamento como solução para regenerar as raças inferiores, integradas e extintas pela mistura progressiva. Provém desse pensamento o incentivo à imigração, vista como elemento catalisador do processo de branqueamento.

Em suma, essas correntes defendiam a hierarquização das espécies, devido um progressivo melhoramento genético, itens que foram incorporados nos pressupostos eugenistas que ao serem acrescidos dos elementos da antropometria, noções de psiquiatria do período, assim como, elementos inovadores em relação à hereditariedade humana constituiu uma proposta inovadora. Esta apresentou inúmeras facetas de acordo com o lugar em que foi pensada, no Brasil sua ênfase encontra-se especialmente em relação ao espaço, às periferias que surgiam com o processo de urbanização e o problema social de inserção da população negra na sociedade brasileira. Estes debates posteriormente se apresentariam como o alicerce das obras de eugenistas, como, por exemplo, do médico e farmacêutico Renato Kehl, cuja preocupação consistia em resolver o “problema racial” através da superioridade do branco europeu, especificamente a do ariano. Kehl associava a mestiçagem aos híbridos, estes sendo originários de espécies diferentes. Neste contexto quando se classifica os mestiços como inferiores e “quase híbridos”, não seria descabido interpretar essa expressão como “semi-humanos” (MACIEL, 1999, p. 132). Ao que constam nas publicações, a preocupação não se vinculava à saúde física e mental, mas incluía a formação de uma “raça superior que possuísse os atributos intelectuais necessários à assimilação e ao desenvolvimento da cultura, dos quais dependia o progresso material da civilização” (AMARAL, 1929, p. 333). “No geral, as medidas eugênicas objetivavam também educar e regular os hábitos das classes sociais mais pobres, vistos como imorais, degradantes e perniciosos ao futuro racial da nação” (SOUZA, 2008, p. 158).

A eugenia nos países da América Latina teria como característica própria “um tipo especial de conhecimento científico e social produzido e aderido pelas propriedades históricas, culturais e políticas próprias da região” (STEPAN, 2005, pp. 75-106). Destacando assim, o interesse que a proposta eugênica apresentava nestes países em melhoramento do

meio, distinguindo-se da ideia original de Francis Galton¹⁷. O conceito de eugenia foi desenvolvido no decorrer da segunda metade do século XIX por Francis Galton (1892, 1906), tendo como princípio uma seleção artificial que visava o aperfeiçoamento da raça humana por meio da escolha dos progenitores.

No seu livro, Galton propunha que as forças cegas da seleção natural, como agente propulsor do progresso, devem ser substituídas por uma seleção consciente e os homens devem usar todos os conhecimentos adquiridos pelo estudo e o processo da evolução nos tempos passados, a fim de promover o progresso físico e moral no futuro (MENEGAT, 2008, p. 67).

Galton escreveu mais de trinta artigos sobre problemas de hereditariedade. Seu interesse por esse assunto que começara pelo indivíduo e pela família, abarcou a raça humana como um todo. Apesar de no período não haver clareza quanto ao que hoje chamamos de “mapa genético”, para Galton o controle reprodutivo constituía a forma mais eficaz de promoção do melhoramento e não degeneração da raça humana. Para Galton, a transmissão das características não se limitava apenas aos aspectos físicos, mas também a habilidades e talentos intelectuais (Galton, 1892, p. 6). Não havendo, no entanto, como consta na citação de Del Cont, importância no melhoramento das demais condições sociais.

Mesmo não havendo naquele momento uma ideia muito clara sobre o mecanismo de transmissão das características humanas, para Francis Galton, o controle reprodutivo seria um método eficaz de garantir a melhora geral da raça humana e, conseqüentemente, ao minimizar os comportamentos considerados viciosos ou degenerescentes, as condições sociais também se reverteriam na direção de uma melhora generalizada. Nesse sentido, em sua opinião, melhorar as condições sociais não seria o resultado, como muitos apregoavam, da melhoria das condições ambientais, salariais, educacionais, higiênicas, mas antes devido às medidas eugênicas, ao ampliar a ocorrência das melhores qualidades e impedir a proliferação das piores, as condições sociais problemáticas sofreriam uma melhora substancial em função da proliferação de indivíduos destituídos de comportamentos degenerativos (DEL CONT, 2008, p. 208.).

Para o filósofo Del Conte, na perspectiva galtoniana, os problemas sociais derivariam da “proliferação de indivíduos que se reproduziram mantendo no conjunto populacional, durante gerações consecutivas, características comportamentais e mentais viciosas, criminosas e degenerativas” (Galton, 1865, p. 319). As características humanas já estariam presentes nos

¹⁷ Na Europa, no sentido de melhoramento das espécies e da vida humana através de seleção e interferência nos cruzamentos dos seres vivos, Francis Galton (1892, 1909) – primo de Charles Darwin – também aplica as ideias evolucionistas à sociedade, com intuito de promover o conceito de melhorias hereditárias. Galton desenvolve o termo eugenia para denominar os esforços científicos destinados a aumentar a proporção de indivíduos com um patrimônio genético superior.

indivíduos desde o seu nascimento, ou seja, seriam inatas. Assim, o controle reprodutivo, através de uniões eugenicamente orientadas, se constituiria no ideal de aplicação da teoria da seleção natural à população humana. Neste sentido, “o que a seleção natural levaria milênios para realizar, programas seletivos, através da regulamentação dos matrimônios, poderiam transformar as características médias da população em algumas gerações” (Galton, 1906, p. 3). Para Galton, a união regulamentada cientificamente seria o aspecto da vida social através do qual se poderia estabelecer uma linha demarcatória em relação aos diferentes tipos de pessoas. Com isso, “poder-se-ia não somente discriminar espaços sociais, mas também estabelecer um programa de intervenção com o propósito de estabelecer quais características seriam científica e politicamente favorecidas” (DEL CONT, 2008, p. 206.).

Na segunda metade do século XIX, Galton desenvolveu uma teoria fisiológica de herança sem considerar suas consequências estatísticas. No entanto, somente após 1875 ele se preocupou mais com o desenvolvimento estatístico de sua teoria. Em suas pesquisas, Galton explorou a conexão que une o indivíduo hereditariamente, não só a seus pais e a seus irmãos, mas por extensão de uma ligação similar a parentes ainda mais distantes. Ele percebeu que um indivíduo podia transmitir alguma característica que ele mesmo não apresentava, o que o levou a considerar que essa característica poderia estar presente naquele indivíduo em sua forma latente. “A eugenia pode ser definida como a ciência que trata daquelas agências sociais que influenciam, mental ou fisicamente, as qualidades raciais das futuras gerações” (Galton, 1906, p. 3).

Neste sentido, a eugenia tem como base o estudo da hereditariedade. Entretanto para além da teoria galtoniana, o viés eugênico apresenta-se no Brasil, em fins do século XIX, paralelo a preocupação com a constituição do Estado Nacional e com a cultura do país colocava a questão do caráter nacional (MARQUES, 1994, p. 33), assim como, melhoramento do meio. O debate ganhou forças nas primeiras décadas do século XX, tendo como pressuposto a miscigenação do povo brasileiro como um atraso para a constituição do país enquanto civilização. Como salientado por Stepan (2005, p. 115), ainda que o aprimoramento do meio fosse de real importância na eugenia latino-americana, as técnicas mais notórias de “aprimoramento da raça” desenvolvidas pelos eugenistas implicavam a interferência na reprodução humana, o que resultou em processos compulsórios de esterilização e desenvolvimento de normas e padrões morais para o matrimônio. Para sua análise, a historiadora explora os três países mais populosos da América Latina - Brasil, México e Argentina. Para Stepan, mesmo que as ideologias raciais tenham sido articuladas de maneiras diversas, os movimentos eugênicos latino-americanos estavam unidos em torno de uma

mesma preocupação: a construção de uma “verdadeira nacionalidade”. Os esforços da maioria dos eugenistas latino-americanos foram empregados com o objetivo de superar a heterogeneidade de sua “população mestiça”, abrindo caminho para a homogeneização da identidade nacional.

As publicações vinculadas à análise ou defesa da eugenia, enquanto proposta para o Brasil, apresentam uma perspectiva que busca nos ideais greco-romanos da Antiguidade Clássica a legitimação da preocupação de ordem eugênica. Apesar da pesquisa se pautar no discurso médico jurídico primordialmente, é perceptível que o biólogo, o sociólogo e o economista, também se demonstravam atraídos para o estudo das múltiplas condições econômicas, biológicas e racias, que poderiam atuar como fatores degenerativos para a espécie humana. Desta forma, com o estudo de fatores submetidos ao controle da sociedade, susceptíveis de modificar, para melhor ou para pior, as qualidades da raça – físicas ou mentais – das gerações futuras, a eugenia, portanto, procurou cuidar do aperfeiçoamento moral e físico da espécie humana. No Brasil, principalmente no que tange aos aspectos morais, tais aperfeiçoamentos foram atrelados à perspectiva do determinismo geográfico. Pode-se dizer que a eugenia caracterizou-se como uma seleção artificial no meio natural. Apoiados nesses princípios, os intelectuais eugenistas buscaram em vários países eugenistas, exemplos de medidas tomadas pelo Estado relativas à higiene, proteção dos incapazes e puericultura, consideradas como contrárias à eugenia da raça, no intuito de impedir a livre “manifestação das leis naturais”, que por si só fariam a seleção física e moral da espécie, eliminando os incapazes e doentes, fazendo os fortes sobreviver. Para os eugenistas era imprescindível não somente a sobrevivência dos mais fortes, mas também o próprio melhoramento desses indivíduos: sobrevivência pela via natural não seria um sinônimo de aperfeiçoamento da raça que contemplasse integralmente as propostas do ideal eugênico. Dessa forma, o melhoramento provindo do meio natural, poderia ser aperfeiçoado e acelerado a partir dos mecanismos artificiais ou de gerenciamentos dos indivíduos. Resultante, em certa “superação” do próprio evolucionismo, apesar dessa corrente ter sido apropriada pelos eugenistas, eles repensaram seus pressupostos e readequaram para fazer parte de outro projeto de evolução progresso da sociedade via meios intervencionistas que, não excluía o natural, mas que o acelerava.

Ao analisar a produção intelectual dos “homens da ciência” (como se denominavam os eugenistas do período) percebe-se que a maneira como esses sujeitos pensavam sua sociedade na crise da construção da nação reflete nas fontes analisadas e nos tipos antropológicos ideais elencados para representar o brasileiro. Não bastava ser branco, deveria

corresponder a expectativas de saúde, moral e comportamento condizentes com o perfil eugênico. Durante os anos 1920, a eugenia passou a despertar interesse não apenas dos médicos, sanitaristas e educadores, mas também de outros setores da elite brasileira preocupada com a regeneração do “homem brasileiro” (SOUZA. 2012 p. 7). Devido ao número reduzido de cidadãos que tinham acesso à instrução, esta se tornou uma das preocupações dos eugenistas tendo em vista a implantação de hábitos de higiene e educação sexual como “meio de intervir no futuro da reprodução humana, gerando uma prole saudável, física e moralmente apta para tornar o Brasil uma nação ordeira e progressista” (SOUZA, 2008, p. 156).

As reflexões passavam pelo crivo do político e da cultura e, sobretudo, para uma tematização dos problemas que afligiam as nacionalidades a partir daquilo que se denominavam como as crises morais e valorativas das civilizações. Esses intelectuais relatavam situações que ameaçavam as soberanias nacionais, tais como os desvios responsáveis pela condição de atraso, estagnação e negação do progresso em que se encontrava o Brasil. Como bem demonstra a “árvore da eugenia”, ilustração utilizada no Segundo Congresso Internacional de Eugenia ocorrido em Nova York em 1921, a eugenia constituía-se de uma ciência instrumentalizada por uma série de outras ciências auxiliares, tais características evidenciam-se no discurso eugênico brasileiro, e, por muitas vezes, confundem-se com práticas do higienismo. Na busca da evolução para o “homem ideal”, utilizaram-se teorias e métodos da biologia, da zootecnia, da medicina, psicologia, história, sociologia, antropologia, filosofia, perspectivas religiosas e jurídicas, entre outras, justificando e aparelhando a prática eugênica.

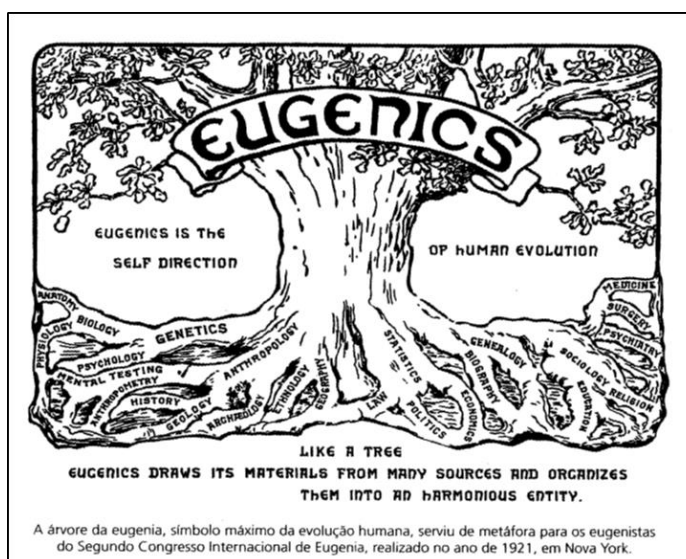


Figura 1 - "Árvore da Eugenia" (DIWAN, 2007, p.15)

Em período em que a Europa era pulsada por vários movimentos intelectuais, Thomas Malthus¹⁸ era de novo discutido. A constituição de novas nações, a reafirmação do valor de antigas, os fins da guerra e o prenuncio de outras pairando pelos ares, trazia ao espírito dos dirigentes e dos cientistas essas doutrinas sociais discutidas. Foi, entretanto, Galton, que conseguiu fundar a escola de onde saíram diversos cientistas de renome mundial, dentre os quais é necessário salientar Pearson, Weldon e Davenport, fundadores da celebre publicação “Biometrika”. Estes cientistas demonstravam uma concepção semelhante, presente até mesmo em alguns eugenistas mendelianos. Para o norte-americano Charles Davenport, por exemplo, “o alcoolismo teria grande influência degenerativa na composição das raças, inclusive para as futuras gerações” (SOUZA, 2006, p.99). Segundo Souza, Davenport dedicou toda a sua carreira intelectual aos estudos sobre genética e eugenia, sendo reconhecido, sobretudo durante as décadas de 1910 a 1940. Neste estudo, teria observado que o “pedigree” seria familiar, pois demonstrou uma ampla incidência de determinados caracteres. Esse fato o levou a acreditar na existência de muitos traços familiares herdados, chamando a atenção para a hereditariedade conforme sugerida pelas leis mendelianas.

Nesta mesma perspectiva de análise, os intelectuais brasileiros buscavam a ideia de melhoramento dos indivíduos para torná-los elementos do progresso geral, objetivando fazer de tipos fracos, tipos fortes, “elevar o nível de camadas sociais, eis o verdadeiro fim para que trabalham os pesquisadores nos laboratórios retirando o máximo que for possível de imperfeições do observador” (SILVEIRA, 1929, pp.101-102). Segundo Fernando Silveira, seria neste trabalho que o “cientista reconhece que, se o homem é explicado pela humanidade, a humanidade deve ser estudada pelo homem”. Desta maneira, estudava-se a Biometria humana para chegar à Sociologia. Pois, a partir de tal reflexão, ter-se-ia uma nação bem constituída. Para o autor, a biometria seria a base fundamental da educação física, da educação científica, “dentre os limites da verdade de que supomos ser donos em cada geração”, estes resultados realizariam a satisfação pessoal do cientista, pois, ele teria uma perspectiva de coletividade através da ciência, para a qual ao cientista caberia o papel de fornecer as vias para o progresso chegando a conhecer-se a si mesmo e notando a sua posição

¹⁸ A teoria malthusiana foi elaborada por Thomas Robert Malthus, cientista britânico e pastor protestante, por volta de 1798, para fins de contenção do aumento populacional. Ele acreditava que a população tinha potencial de crescimento ilimitado, enquanto a natureza, inversamente, recursos limitados para alimentá-la. Enquanto as populações crescem, segundo ele, em PG (Progressão Geométrica), a produção de alimentos cresce em PA (Progressão Aritmética). Para evitar as tragédias da subnutrição, fome, doenças, etc. Malthus pregava a sujeição moral como forma de controle, que previa a abstinência sexual e o adiamento de casamentos, e era estritamente contra o uso de contraceptivos (CABELEIRA, 2012, passim.).

em relação a todos os mais seres. E, mais do que tudo, permitiria efetivar o único meio de uma nação ser grande que, para o autor, era a de formar-se dentro dos limites científicos “não de orientações sociais meramente hipotéticas, não de alvitres passageiros, mas de princípios firmes impostos pela ciência, de modo a formar a única vereda de valor compatível com mundo atual que é a constituição da Teoria Biológica do Estado” (SILVEIRA, 1929, p.106).

1.2 Identidade, Nação e Progresso: Discurso Eugênico e seu Propósito Político

A citação de Belizário Penna conota a importância de “braços fortes” e sadios para o crescimento da pátria em nível de civilização, demonstrando o apreço não apenas pelo melhoramento genético, mas também, social da população:

Que importa que tenhamos 25 milhões de habitantes se estes não valem 8 milhões? Se 70% dessa gente quase nada produz, e, antes uma grande parte dela apenas consome as pequenas sobras dos restantes 30%? Que valor tem o aumento de uma população, que desde a infância está condenada á idiotia, á paralyisia, ás lesões do coração e da thyroide, ocasionadas pela doença do barbeiro? A'anemia, á cachexia, á degeneração pela opilação e pelo impaludismo? Ou á podridão em vida pela lepra, pela leishmaniose e por outras ulceras? A'cegueira pelo trachoma, pela syphilis, pela gonococia e pela variola? E a degradação pela cachaça? (PENNA, 1919, p. 21)

Como já referido, no Brasil, a perspectiva eugenista se evidenciou no decorrer do final do século XIX e início das primeiras décadas do século XX, momento no qual o país passava por uma série de mudanças políticas e econômicas. Desta forma, utilizando-se do discurso científico europeu, buscou-se validar a hierarquização das ditas raças que compunham a sociedade brasileira fazendo parte de um processo que a autora Lilia Schwarcz (1996) denominou de naturalização das diferenças em sua análise das teorias raciais que compunham o quadro intelectual a partir da segunda metade do século XIX.

No período tais movimentos eram fortes dentro de um grupo de intelectuais formado por médicos e juristas em sua maioria. Desta forma, não se pode dizer que se caracterizavam como movimentos populares. Esses movimentos institucionalizaram-se no país a partir da Sociedade Eugênica de São Paulo, fundada pelo médico Renato Kehl, em 1918. Menos de uma década depois, foi fundada a Sociedade Brasileira de Higiene, composta por membros, em sua maioria, pertencentes ao departamento de Saúde Pública e a outras instituições da área. Renato Kehl distinguia os campos de maneira que à higiene caberia o desenvolvimento

de propostas para a melhoria das condições do meio e dos indivíduos, enquanto que à prática eugênica – intermediária entre higiene social e medicina prática - competiria o favorecimento dos fatores sociais de tendência seletiva, ou seja, na multiplicação de indivíduos aptos à sociedade.

A ciência eugênica tinha como objetivos no Brasil a melhoria e a regeneração racial que no período era apontada como causa principal do atraso do país frente aos processos de progresso do capitalismo e do que se compreendia por sociedade desenvolvida. Para Kehl, a pretensão da eugenia constituía-se em regenerar os indivíduos para melhorar a sociedade. Sobre a questão de raça no Brasil Renato Kehl defendia que o país não possuía uma raça definida, sendo constituído por sub-raças que fragmentaram a composição social brasileira. No combate deste entrave os intelectuais e políticos deveriam ficar atentos “a toda uma arvore etnológica complicada, em que o enxerto negro, o enxerto aborígene, o enxerto árabe, o enxerto teutônico, o enxerto italiano sobrecarregam e modificam o velho tronco português” (KEHL, 1929, p. 86).

Importante destacar, que mesmo oriundas de distintas instituições, as teses e publicações analisadas abrangem uma perspectiva em comum. Amparadas pelas teorias de Galton e Kehl, defendiam quais seriam os padrões ideais para o corpo e comportamento feminino e buscavam amparo legal para as propostas da eugenia¹⁹ positiva e/ou negativa no intuito de promover padrões biológicos e sociais ideais para o período. Em uma conferência durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), Kehl busca explicitar os problemas do Brasil e os principais aspectos da eugenia. Na perspectiva do autor, o progresso da humanidade estava ocorrendo de maneira unilateral. Por isso ele menciona em seus primeiros momentos de fala a barbárie ocorrida na Europa entre 1914-1918, afirmando que:

[...] a educação e as injunções religiosas não bastaram para moderar as paixões, para tornar a humanidade melhor, mais equilibrada, mais filantrópica. Isto porque o homem continuou escravo de sua natureza particularíssima, indelével e simples influencias morais e mentais, preso a uma força que o subjuga biologicamente, que lhe imprime o temperamento, o caráter, de modo inexorável – a hereditariedade (KEHL, 1929, p. 47).

Algumas décadas depois, observa-se que o discurso eugênico continuou instaurado no país: “é inadiável dar pronta solução ao problema do fortalecimento da raça, assegurando o

¹⁹ Dois vieses de intervenção são constituídos, a intervenção direta e invasiva no corpo dos sujeitos, chamada eugenia negativa, ou através da profilaxia, tendo como veículos efetivos a educação e a propaganda (SILVA, 2013, p. 5).

preparo cultural e eugênico das novas gerações – Getúlio Vargas” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 9). A partir da citação do então Presidente Getúlio Vargas na página de abertura do Congresso de Brasilidade ocorrido em 1941, pode-se perceber que o debate eugênico se manteve vigente nas políticas públicas e com maior aproximação para com o Estado. Durante o 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (1929), se debatia mais amplamente com outras categorias profissionais a importância não só da eugenia, mas também, do saneamento. No Congresso de Brasilidade (1941) existia a defesa que o homem não “é apenas um animal gregário em função egoística, mas um ser social de responsabilidades firmadas no ambiente em que vive” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 9). Ao analisar as publicações de ambos congressos, percebe-se que o discurso eugênico direciona-se para uma centralização do Estado e, delimitação do ato de eugenicizar a profissões específicas e ou, conselhos técnicos. Assim, caberia ao Estado em legislação preventiva social, “traçar as normas mestras da educação eugênica, protegendo a saúde dos sãos, orientando a técnica para o aproveitamento dos fracos e incapazes, e estabelecendo princípios positivos de valorização física geral” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 9).

O Primeiro Congresso de Brasilidade foi realizado de 10-19 de novembro do ano de 1941. Representando um movimento intensivo de exaltação cívica, “dentro de todas as esferas de atividades brasileiras, dentro do elevado espírito do Estado Nacional” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p.5). Em relação a unidade étnica debatida no Congresso defende-se a valorização eugênica do homem brasileiro em meio à expressão consciente do valor social e do trabalho e fundamento da riqueza pública. Têm-se forte ênfase nas práticas de educação física e cuidados com a saúde para melhor formação étnica brasileira. O termo “raça” passa a ser suprimido por “étnico”. Atrela-se ao regime patriarcal a crescente miscigenação, e enfatiza-se a importância de um forte empoderamento do Estado frente à questão eugênica no país. O cerne do debate do congresso se define na ideia de progresso social atrelado à unidade étnica. Para tanto, discute-se a eugenia por três vias: saúde, trabalho e beleza, como demonstrado no diagrama a seguir:

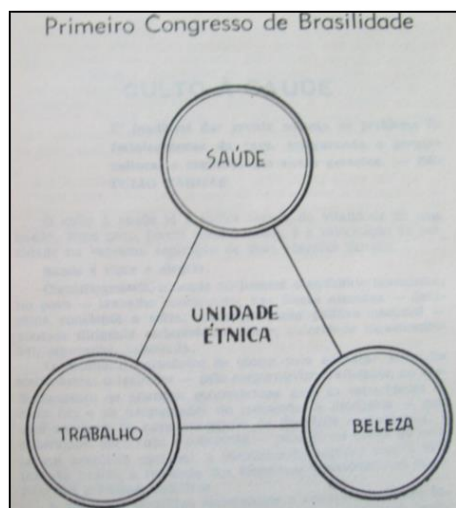


Figura 2 – Diagrama dos elementos defendidos no Primeiro Congresso de Brasilidade - (1941, p. 1)

Um ponto entre os dois congressos analisados é a distinção que fazem ao tratar o padrão eugênico brasileiro em comparação ao estrangeiro. O que antes era espelho tornou-se irrelevante. No Congresso de Brasilidade (1941) colocou-se que o padrão eugênico brasileiro não se configura como inferior ao padrão clássico estrangeiro – pautado pela “raça ariana”. Pelo contrário, não só declara-se que possuímos qualidades superiores de “agilidade, destreza e perspicácia, como o nosso tipo central de beleza eugênica, cientificamente já obtida em cânones preciosos, são harmônicos e graciosos em suas linhas estruturais” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, p. 23). O posicionamento dos eugenistas participantes do Congresso era de que a eugenia no Brasil deveria seguir seus próprios caminhos e métodos dados as especificidades do país. O cuidado e a disciplina para com a saúde eram vistos como dever de todo brasileiro, percebendo este papel como o fundamento da família e fundamental para a grandeza da pátria.

Discutiu-se ainda que a educação do corpo deveria apresentar duas características fundamentais, a eugenia e nacionalismo, salientando mais uma vez, a importância da ingerência matrimonial:

A proibição do matrimônio dos incapazes é, assim, medida eugenica de grande importância social. A melhoria da raça exige legislação cuidadosa no sentido de afastar os declaradamente anormais da função genésica. O exame pre-nupcial completa a ação preventiva e favorece a eugenia da prole. [...] a formação quantitativa e qualitativa da defesa da raça está, por este modo, assegurada pela clara e sempre firme visão do Presidente da República. A organização da Juventude Brasileira vem completar essa maravilhosa obra de unidade étnica que ao Brasil Novo cabe instituir (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, pp. 17-18).

O cuidado ao corpo era considerado um dever de todo brasileiro quanto às realidades nacionais, mas também, seu aperfeiçoamento social. Cada vez mais, a importância da disciplina individual em nome do bem comum é clamada. Neste sentido, pode-se dizer que o caráter da educação apresenta-se como um aparelho de dominação e elemento de controle tendo como fim, a implementação do ideário de nação eugênica pretendida. Vinculado ao culto da saúde, discute-se a formação étnica brasileira. No Congresso de Brasilidade (1941) defendeu-se que:

O Estado Nacional, legislando sobre o trabalho e a imigração, e pondo a família, a educação, a cultura e a saúde sobre proteção especial, deu rumo claro e definitivo ao assunto. A “unidade étnica” no Brasil é, por isso, mais um problema de valorização do homem (saúde, trabalho e disciplina) que, realmente, questão racial ou de miscegenação. [...] Na situação atual, porém, o preparo isolado do brasileiro, o seu índice de robustez, as suas capacidades biológicas, devem estar restritos a esta outra finalidade eminentemente necessária: a de bem servir o Brasil. Não mais se concebe que o homem seja preparado para uma vida fora dos interesses comuns, que os seus recursos físiopsíquicos continuem a segrega-lo da realidade nacional e afastá-lo dos seus mais elementares deveres de cidadão e de defensor da Patria. O aspecto eugênico deve apresentar-se, por este modo, perfeitamente conjugado com o aspecto nacionalista (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, pp. 10-19).

O vínculo entre a preocupação com a saúde e o melhoramento da raça fez, em certo ponto, que o higienismo se apresentasse como um instrumento eugênico, assim como, o investimento em educação tendo como fim deter as “doenças morais”. Segundo Marques (1994) a escola constituiu-se como um centro irradiante de práticas higiênicas moralizadoras e disciplinares, tornando-se o veículo de formação harmônica entre corpo e espírito. Contemplando faculdades físicas, intelectuais e morais. Higiene e eugenia seriam os pilares, e a tarefa de regenerar pela educação passou a ser predominante no discurso educativo dos anos 20. Era necessário instruir o povo para que conquistar a cidadania, pois somente o conhecer proporcionaria vencer e progredir, fazendo do país uma nação civilizada. Tal como salientado por Marques (1994), esse era o princípio constituinte de todos os povos modernos, numa ótica positivista.

As práticas médico-sanitaristas estruturadas sob a “consciência sanitária” que a educação propiciava mostravam-se como um projeto de longo prazo. A higiene das crianças também era muito salientada já que não afetava somente o indivíduo, mas principalmente a nação, já que eles seriam os homens de amanhã – a força de trabalho que substituiria a imigração, tal como Marques (1994) demonstrou. Nesta perspectiva, a autora chama a atenção para o fato de que nas novas gerações superiores às anteriores, a higiene e sua propaganda foram fundamentais para o processo eugênico da sociedade. As estratégias de gerenciamento

populacional centradas no corpo-máquina, adaptado para processos produtivos em que a força física disciplinada devia adaptar-se perfeitamente à máquina, para tornar-se extensão dela, desenvolveu-se em forte medida nas práticas educativas da higiene e eugenia.

O uso de políticas públicas para fim de melhoramento e progresso social foi ampliando a perspectiva para além da regeneração genética, pode-se perceber tal elemento na citação da fala de Getúlio Vargas ao assinar o decreto lei instituindo o Salário Mínimo, no Congresso de Brasilidade ocorrido em 1941: “O estabelecimento de um padrão mínimo de vida para grande maioria da população, aumentando, no decorrer do tempo, os índices da saúde e produtividade, auxiliará a solução de importantes problemas que retardam a marcha do nosso progresso” (CONGRESSO DE BRASILIDADE, 1941, pp. 14-16).

Mesmo não sendo o aspecto mais importante salientado por Renato Kehl, diversas teses apontam para a importância do processo educativo. Defendia-se a necessidade não apenas de um melhoramento físico, mas também, cultural da população. Neste ponto percebeu-se a escravidão como um erro, não pelo esforço em desumanizar os negros, mas por impedir a entrada de imigrantes brancos no país, dificultando o branqueamento da população. Desta forma, como já estava “impregnada” na sociedade, a raça negra no processo de higienização seria suprimida culturalmente e extinta a partir da mestiçagem eugênica.

No decorrer das décadas analisadas o perfil do discurso eugênico varia, não se mostrando homogêneo. Iniciou com a preocupação de saneamento e branqueamento da população, e posteriormente, direcionou-se para a ideia de centralização e formação de conselhos técnicos especializados evidenciando a articulação entre discurso e ação política do período que se caracterizava por um Estado centralizador e autoritário. Apresentou-se um forte apelo às práticas domésticas de eugênica da sociedade como dever patriótico, mas também apontou a necessidade de controle pelos “homens da ciência”: “Eugenizar quanto possível a família, é um dever da boa política e uma tarefa para os futuros estadistas. E é também um dever domestico, confiado á vigilância de todos os homens inteligentes e cultos” (TEPEDINO, 1914, p. 3).

Um elemento se mostra constante no discurso eugênico: a preocupação com o progresso da nação e da civilização. Nas teses analisadas, a perspectiva de progresso envolve a superação do presente e a concretização no futuro do seu projeto de brasileiro ideal. No entanto, para alguns destes intelectuais não era suficiente apenas a modificação no ambiente, a educação poderia engrandecer algumas qualidades, porém restringir outras, podendo dar um verniz mediante o qual são disfarçadas as más características morais. O processo educativo para Kehl, por exemplo, apresentava-se como alavanca do progresso social e deveria ser

desenvolvido em conjunto com o progresso biológico por meio da eugenia. Kehl evidenciou como exemplo os Estados Unidos e seu alto nível de violência, o que contrasta com a seriedade com que governo e as instituições tratam as campanhas contra o analfabetismo no país. Para ele isso ocorre devido ao forte fluxo migratório que o país hospedou em sua constituição. Sobre sua perspectiva de Brasil o autor colocou em sua conferência:

Numa terra grandiosa, bela e rica como a nossa, tudo nos impõe o dever de sermos otimistas, - otimistas no bom sentido devemos frisar. Precisamos, portanto, no congregar sob a bandeira de um ideal em comum, para torna-la cada vez mais próspera e feliz. O ideal máximo seria o da regeneração eugênica do nosso povo, - regeneração esta que pressupõe saúde, paz, justiça e educação. Precisamos vê-lo sob uma administração moralizada e sinceramente patriótica. Só então poderemos ter maior orgulho de sermos brasileiros. Por enquanto nos envaidecemos do céu, da terra, das nossas riquezas inexploradas; precisamos nos ufanar de alguma coisa mais que não tenha sido dádiva da natureza, - dos nossos empreendimentos, das nossas ações, do nosso valor como habitantes deste maravilhoso recanto de terra (KEHL, 1929, p. 58).

Contudo, na maioria das publicações a campanha eugênica vinculada a programas educacionais se manifestam com maior ênfase.²⁰ Considerando que em termos de quadro social brasileiro das primeiras décadas do século XX, tais circunstâncias apresentam-se de forma que estes ideais serviam ao discurso de constituição da identidade nacional com base na hierarquização das diferenças internas. Desse modo, a disputa pela definição do tipo ideal que representaria o “ser brasileiro” vai definindo-se a partir de uma série de pré-requisitos que se configuram para além da cor de pele e salubridade. “Neste processo, implicitamente, esse modelo de conhecimento científico admitia pensar a associação direta entre a eugenia e o lema central da República positivista brasileira: ordem e progresso” (SOUZA, 2008, p.156). Como colocado por Souza (2008) a introdução da perspectiva eugênica no país, assim como sua difusão entre os intelectuais, conota um sentido de melhoramento não apenas genético, mas também, a melhora e regramento do social tendo o entendimento que ambos acarretariam em benefícios que seriam passados às demais gerações, abarcando posteriormente um debate interno sobre a tipologia eugênica, neolamarckista ou mendeliana²¹.

²⁰ Conforme imagem no Anexo A, pode-se perceber um demonstrativo de possibilidade de campanha eugênica, articulando ensino primário, secundário e superior, assim como, divulgação via imprensa e materiais didáticos.

²¹Ver CARVALHO, 2013, p. 36.

O progresso da humanidade é pois, não há negar devido a um aumento sempre maior do padrão de habilidade legado pelos antepassados. E note-se, não falamos aqui somente da capacidade *physica*. Os meios de herança, os processos em acção são muitos. O que é essencial é a noção exacta de que todos eles beneficiam o futuro e mais ainda tomam parte activa, essencial na determinação das qualidades de raça das nações (TEPEDINO, 1914. p. 19).

Neste sentido, ao se trabalhar o projeto eugênico desenvolvem-se duas categorias: nação e identidade (ou processo de identificação). Assim, procura-se compreender o processo histórico que envolve as construções simbólicas das nacionalidades no contexto brasileiro da primeira metade do século XX. As nações, segundo Hobsbawm (2002), são entidades historicamente novas fingindo terem existido durante muito tempo. Martins (2007) atrela o carácter nacional à questão cultural. Para ele, a nação é, em primeiro lugar, o produto da determinação coletiva dos indivíduos que a compõem. Ela é uma opção, uma decisão de viver em comum, mas também de se desenvolver, de enfrentar os adversários e as dificuldades da competição internacional, em outras palavras, a nação é resultado de uma vontade comum e coletiva, mas também é assumida por chefes carismáticos ou encarnada por figuras históricas convocadas expressamente, na forma mais comum, pelo Estado que lhe garante continuidade.

Martins defende que o discurso nacional é uma linguagem política flexível e de grande plasticidade onde são articulados elementos esparsos de modo, sobretudo, simbólico, delimitando assim um espaço unificado de ação política. Para o autor, essa é a razão pela qual não é possível fixar uma definição conceitual ou empírica de nação: nem a língua, nem a história, nem o Estado, nem a etnia podem defini-la isoladamente. A nação não é um fato, mas somente uma projeção, uma criação simbólica. Na análise do discurso eugênico enquanto projeto constituinte de nação tem-se como aporte a perspectiva definida por Ernesto Laclau sobre processo de constituição da narrativa identitária:

Pois se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. Derrida mostrou como a constituição de uma identidade está sempre baseado no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois pólos resultantes – homem/mulher etc. Aquilo que é peculiar ao segundo termo é assim reduzido – em oposição à essencialidade do primeiro – à função de um acidente. Ocorre a mesma coisa com a relação negro/branco, na qual o branco é, obviamente, equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “negro” são, assim, “marcas” (isto é, termos marcados) em contrastes com os termos não-marcados “homem” e “branco” (LACLAU, 1993, p. 49).

Em se tratando da eugenia, é imprescindível pensar também sobre as relações entre poder e cultura. Martins entende que esse pode ser compreendido como expressão da força das ideias no processo histórico das sociedades. Para ele, a própria noção de poder é difusa e

requer delimitação conceitual prévia, pois há diversas compreensões do mesmo. Quanto à cultura Martins (2007) diz que esta abrange os elementos distintivos pelos quais cada indivíduo refere sua identidade pessoal ao conjunto de fatores que a definem: língua, espaço, época, religião, parentesco, sexo, liames particulares, enfim, o feixe de interseções historicamente dado que é processado e incorporado subjetivamente por cada pessoa. Em princípio, a identidade pessoal e a dimensão social não dependem da estrutura formal do Estado. No entanto, a formação cultural das identidades se processa em três diferentes níveis: identidade nacional, identidade social e identidade pessoal. Em todos eles, os Estados desempenham papel preponderante.

Neste sentido, entende-se que a preocupação dos intelectuais eugenistas brasileiros em pensar sobre a nação é um esforço de interpretar a sociedade, de esclarecer suas novas configurações a fim de criar uma identidade nacional, ou seja, é também um esforço de levar a cabo um projeto cultural baseado em tipos ideias para a sociedade brasileira. Como dito por Giralda Seyferth, o princípio de nacionalidade foi marcado pelos pertencimentos baseados na equação estado-povo-nação e o nacionalismo vinculou a identidade nacional a uma comunidade de cultura, língua, raça, etnia ou civilização, entre outros critérios de forte apelo simbólico. Existe uma dimensão do nacionalismo que excede seu conteúdo político (SEYFERTH, 2008, p. 1). Nesta conjuntura, o racismo teve papel importante na concepção da “sinonímia entre raça e nação; por outro lado, a eugenia de conteúdo racial influenciou as políticas imigratórias na maioria dos países ocidentais desde seu aparecimento como ciência dedicada ao controle de populações” (SEYFERTH, 2008, p. 2). Para a autora, a ideia de raça teria influenciado o pensamento social brasileiro, sendo debatida, inclusive, por altos funcionários públicos e políticos, em grande parte vinculada à miscigenação ou ao branqueamento da população.

De maneira geral, neste período defendia-se que o Brasil deveria constituir uma eugenia com características próprias. Contudo, o exemplo externo ainda era manifesto na construção identitária da comunidade nacional eugênica. Segundo Kehl (1931), os estudiosos cada vez mais deviam estar atentos à situação de miséria “física, psíquica e moral” (1931, p. 1) que crescem pelas populações. Para o autor, o Brasil deveria ainda seguir o modelo de demais países contra os corpos inválidos que apenas oneravam a parte produtiva da população. Na análise de Kehl, evidenciava-se por diversos países a preocupação dos governos em encontrar solução para “abrigar e alimentar a elevadíssima percentagem de incapazes, de mendigos, de criminosos, de anormais de todo gênero, que dificultam e oneram, pesadamente, a parte sã e produtiva da sociedade” (KEHL, 1931, p. 1). Sobre estes “fardos”

onerosos para a sociedade - pessoas que aparecem no debate eugênico como corpos desvalidos/ inválidos/ inaptos/ inadequados - e a necessidade de posicionamento efetivo do Estado sobre as práticas eugênicas compulsórias, Octavio Domingues apresentou-se entre discursos de questionamento às leis, aos princípios de liberdade individual e a moral da sociedade quanto ao processo de esterilização:

Entretanto o Estado sempre assumiu e assume o direito de matar, incluindo no seu Código Penal a pena de morte. Se esta é aceita de boa mente, ou pelo menos tolerada pela moral burguesa dos tempos, por que negar áquela os foros de uma medida digna de acautelar a sociedade contra os malefícios inegáveis, fatais de uma descendência espúria? Ou será que a pena de morte não restringe a liberdade individual? Entre o infeliz, que o Estado torna inhabil para passar, a outra geral, a fatalidade de sua própria biologia, e o infeliz que o Estado manda matar em nome da moral, do direito, e dos costumes, – qual dos dois teve mais cerceada sua liberdade, qual dos dois teve mais alienadas as suas prerrogativas humanas? (DOMINGUES, 1933. p. 131).

Ao articular o poder sobre a vida no processo de constituição de identidade nacional moderada pela eugenia encontram-se elementos como estes da citação de Domingues, nos quais pode-se perceber um agenciamento não apenas quanto às regras sobre a vida, mas também sobre a morte. Segundo Thomas Silva (2000, p. 86), o argumento de inferiorização de gênero ou grupo étnico pautado em características naturais ou biológicas não é “simplesmente um erro “científico”, mas a demonstração da imposição de uma eloquente grade cultural sobre uma natureza que, em si mesma, é - culturalmente falando– silenciosa”. Nos escritos de Stuart Hall, evidencia-se a identidade cultural moderna por meio de sistemas de representação cultural. O autor discorre sobre categorias discursivas fazendo assim, um diálogo teórico com Michel Foucault, ao defender que nos processos onde mais nos individualizamos é onde já nos assumimos enquadrados em poderes disciplinares (música, moda, padrões de beleza...). Assumimo-nos como sujeitos, mas em estruturas que assim nos aceitam.

Ponderando o contexto a partir da categoria de análise “horizonte de expectativas” de Koselleck (2006), compreende-se que no quadro de regeneração racial e social pretendido para o país a partir da perspectiva de futuro no discurso eugênico, há um prognóstico racional, há uma ideia de futuro como um campo de possibilidades, assim, as ideias políticas eugenistas buscavam defender e mover a expectativa de futuro próspero a partir da delimitação de ser dos indivíduos.

2. NAÇÃO, RAÇA E GÊNERO NO DISCURSO EUGÊNICO

Para o filósofo e historiador Estevão de Resende Martins (2007), em sua análise do quadro nacionalista da América Latina, há uma dupla significação desse processo: marcar a alteridade da antiga Metrópole e cessar as disputas internas nas sociedades que se constituíam como meio de consagrar a nação como instrumento de legitimação da estrutura interna de poder. Neste sentido, o autor aborda a diferença na constituição identitária das sociedades originárias e sociedades implantadas, termos que aplica ao distinguir a colônia, onde a nação se constrói instrumentalmente, da metrópole onde, em tese, teria sido constituída pela aglutinação de elementos em comum.

Desta forma, tendo como base a análise feita por Martins sobre a linguagem da nação podem-se apontar três conjuntos de teorias nacionais interligados: republicanas, civis e populares. No primeiro caso, as republicanas associam a vontade à razão, a mobilização à modernização. Desenvolvem uma concepção estatal da nação, pois atribuem ao Estado um papel central, identificando aos valores universais e contraposto a uma sociedade ainda amplamente tradicional. No segundo conjunto, as teorias civis associam a razão à justiça, a modernização à equalização das condições. Trata-se de uma visão contratual da nação, com o papel central atribuído à sociedade civil e redução, consequentemente, da função do Estado. A vontade é, nesse caso, uma consequência da construção nacional. No último conjunto, o das teorias populares, ocorre a associação da vontade com a justiça, da mobilização com a equalização. É uma visão identitária e unitária da nação, na qual o papel central é o povo e a modernização fica-lhe subordinada. Trata-se de uma concepção de nação como identidade cultural e popular comum, de que decorre a identidade. Sendo assim, a identidade do indivíduo é resultante da identidade nacional.

Neste sentido, pode-se dizer que os projetos civilizatórios que permeavam a América na virada do século XIX para o século XX compunham um movimento de constituição da nação com pressupostos de grupos civis – porém, com forte influência na esfera política - dentro da conjuntura de estruturação de um Estado Republicano, tendo em vista que visavam a modernização e o processo civilizatório por meio da razão. O escritor Ernest Renan em sua fala “Que é uma Nação” ([1882] 2004)²² trabalha acerca dos conceitos de “indivíduo” e

²²Conferencia proferida em Paris, em 11 de março de 1882. Posteriormente publicada.

“coletivo” submersos na ideia de nação. A partir desta análise, evidencia-se no discurso eugênico de quem compõe e quem não compõe a estrutura social do Brasil na construção do eu nacional. Os conceitos acabam rebatendo a ideia de autodeterminação da nação, a concepção de indivíduo, responsável por seus atos, sendo que o indivíduo mergulhado na coletividade passa a ter um sentido moral de dever com a pátria e com a sociedade. No início do século XX, o “indivíduo” teve de veras importância no debate intelectual brasileiro, a respeito da composição do indivíduo nacional e seu papel frente à nação. Neste sentido, pode-se visualizar a simbiose sujeito/nação, a partir da análise de Ernest Renan, da seguinte forma:

Uma grande agregação de homens, saudável em espírito e quente de coração, cria uma consciência moral chamada de nação. Enquanto essa consciência moral prova sua força pelos sacrifícios que exigem a abdicação do indivíduo em favor de uma comunidade, é legítimo, tem o direito de existir (RENAN, [1882] 2004, p.12).

Nesta mesma perspectiva, destaca-se a defesa por parte de intelectuais como, por exemplo, o médico Olegário de Moura no sentido de que o cuidado com a raça nacional seria a tarefa maior a que os brasileiros, sobretudo os governantes e os homens letrados, precisariam ater-se, destacando que o verdadeiro nacionalismo deveria consistir na eugeniação do Brasil (SOUZA, 2008, p. 152). Desta maneira, a eugenia deveria ser compreendida como um grande eixo de estudo em torno do qual o problema nacional brasileiro deveria girar.

2.1 Narrativas Identitárias Instrumentalizadas pela Ciência

Considerando que a temática identitária está presente no discurso dos intelectuais analisados, principalmente nas delimitações do “ser” brasileiro e suas relações com outras nações, as concepções de Stuart Hall tornam-se um importante referencial para esse estudo. Segundo Stuart Hall ²³ (2000) para otimizar o entendimento do conceito de identidade é necessário levar em conta um outro, o de identificação. Para Hall a identificação é um processo de articulação ou uma sobredeterminação e como todos os processos de significação

²³ Essa é uma discussão também problematizada na dissertação *Arquétipos rodonianos: o lugar da América Latina na História Ocidental*, no desenvolvimento das discussões sobre os fundamentos dos modelos de civilização rodonianos a partir dos aspectos identitários e exteriores constitutivos. Ver MACIEL (2014).

ela também está sujeita ao jogo da diferença. É nesse processo de contrastes, que implica um trabalho discursivo, que as fronteiras simbólicas são delimitadas. Para consolidar o processo de identificação é fundamental recorrer ao exterior que a constitui.

Para Hall a identidade deve ser entendida como algo que nunca é unificado, como múltiplas e construídas ao longo do tempo por práticas ou posições que podem se aliar ou se opor. Segundo Hall (2000, p.108) “as identidades estão sujeitas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação”. As identidades nascem dos jogos de poder e são mais produtos da demarcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, em seu significado tradicional sem diferenças internas. As identidades, neste sentido, são constituídas na diferença e não fora dela. Dessa forma a constituição da identidade do “eu” está atrelada ao seu exterior constitutivo, ou seja, ao outro, ao diferente transformado em exterior, ao que foi deixado de fora. Assim, a pretensa unidade das identidades é constituída no interior do jogo do poder e da exclusão. O processo de identificação deve ser então entendido não como um elemento que fixa o jogo da diferença em ponto de origem e estabilidade, mas sim como aquilo que é construída na própria diferença e por meio dela, sendo frequentemente atingida por aqui que deixou de fora (MACIEL, 2014, pp.20-80, passim).

Para o autor a relação de identidade e diferença tem a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno desta atribuição:

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais singulares, no interior de formações e práticas discursivas peculiares, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades particulares de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente construída de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, a mesmidade que tudo inclui uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (HALL, 2000, p. 109).

Levando tais apontamentos em consideração, assim como já rapidamente explorado no primeiro capítulo desta dissertação, compreende-se que a identidade é ponto de encontro dos discursos ou práticas que nos permitem assumir nossos lugares enquanto sujeitos sociais de discursos particulares com os processos que constroem as subjetividades e que nos constituem enquanto sujeitos. Em suma, pode-se dizer que as identidades são as posições que o sujeito é obrigado a assumir em determinado contexto. No processo de eugeniação da sociedade propondo uma unidade étnica tendo como fim um projeto de nação, encontram-se tais elementos de definição destes padrões identitários delimitados pelos cânones da ciência. Os

intelectuais analisados buscavam a partir da imagem das nações civilizadas, a construção da nação eugênica brasileira.

No período analisado o Brasil era visto por alguns intelectuais como um imenso contingente de homens incapazes e degenerados devido a sua constituição populacional a partir da miscigenação. Para muitos intelectuais estrangeiros e mesmo para as elites nacionais e alguns intelectuais, o Brasil se apresentava como uma nação marcada pela inferioridade racial, pelo atraso econômico e político e pela falta de civilidade do seu povo. Como já referido anteriormente, a análise de Hobsbawm, demonstrou que o período entre guerras se caracterizou pela expansão do nacionalismo em várias partes do mundo, especialmente de um discurso nacionalista que associava à ideia de raça enquanto um importante elemento de construção das nacionalidades.

O clamor pela regeneração do homem brasileiro tornou-se uma preocupação não apenas de médicos sanitaristas, mas também, de alguns setores da elite brasileira. Neste sentido, o discurso eugênico vinculado ao emergente nacionalismo estimulava parte da intelectualidade a compreender a realidade brasileira por ela própria (STEPAN, 2004, p. 335). Neste sentido, pautada pelo ideal de veracidade científica, os representantes do poder na busca de reestruturar a sociedade brasileira, via na eugenia um instrumento fundamental para a formação da nacionalidade brasileira, colocando desta forma, o Brasil no mesmo patamar de busca pelo progresso e processo civilizador de outros países que aplicavam a prática eugênica. Tal ideia “já se mostrava como consenso no Brasil, já que sua atuação previa uma ampla reforma social, principalmente nos valores estéticos, nos hábitos higiênicos, na conduta pública, na educação intelectual e nos valores morais ligados a sexualidade” (SOUZA, 2012, p.7). Neste sentido, a eugenia se tornava instrumento de diversos projetos de reforma social atrelados à ideia de regeneração racial, social e da construção da nacionalidade. Isto evidencia-se a partir da “metade da década de 1920 quando a palavra eugenia havia se transformado em referência obrigatória tanto para os intelectuais e cientistas ligados ao campo médico quanto para literatos, sociólogos e antropólogos” (SOUZA, 2012, p. 11).

Na constituição do “ser mulher” a eugenia visava a utilização máxima dos corpos femininos a partir de controle e tecnologias de reprodução, a função social da reprodução se demonstrava fortemente ligada à noção do feminino e da feminilidade. “A instituição social do casamento e seu corolário, a maternidade, aparecem como elementos constitutivos do “ser mulher” enquanto locus ideal do feminino” (SWAIN, 2000, p. 54). Pode-se assim, compreender este processo a partir do conceito de biopolítica foucaultiana pautado por redes de micro poderes disciplinares que atuavam de modo a gerir a vida humana visando a

possibilidade de utilização do corpo social e a exploração otimizada de suas capacidades e potencialidades. Trabalha-se então, no sentido da maneira na qual o governo rege a população, a ingerência do poder político sobre os aspectos da vida humana. Para Giorgio Agamben, a biopolítica não apenas se refere à modernidade, mas à própria tradição do pensamento político do Ocidente. Desta forma, compreende-se que a biopolítica trata do campo onde a vida da espécie humana tornou-se o princípio e a finalidade das estratégias de poder no ocidente. As características do poder, nos Estados modernos, bem como a redução da vida em mera vida natural, através do poder normalizador, estão diretamente correlacionadas com a violência e o poder, podendo-se matar sem juridicamente ter cometido homicídio. Neste sentido, a definição de pertencimento e exclusão geridos pelos padrões de normalidade definidos pelo discurso eugênico, pode ser desenvolvida a partir da biopolítica como uma categoria de análise:

A redefinição das relações entre o homem e o cidadão e, por mais que isto possa parecer paradoxal, se tornam plenamente inteligíveis somente se situados sobre o plano de fundo biopolítico inaugurado pela soberania nacional e pelas declarações dos direitos. [...] Uma das características essenciais da biopolítica moderna é a sua necessidade de redefinir continuamente, na vida, o limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora (AGAMBEN, 2002, p. 137-8).

Pode-se dizer que na eugenia a questão da identidade se atrela à biopolítica no sentido de como nos relacionamos e enxergamos o outro. Impõe-se uma responsabilidade e uma ingerência relativas ao futuro, ou, ao direito das gerações futuras. Neste sentido, o filósofo e cientista jurídico Fabrício Pontin alega que, a ética é pensada do presente para o futuro, existindo desta maneira, uma conexão entre o passado e o futuro. Pontin (2007), discute sobre a temática do ser humano ter domínio sobre seu próprio corpo, e propõe um estudo genealógico da forma como o conceito de vida é apropriado politicamente na contemporaneidade para que possamos compreender a forma como as relações de poder se estabelecem como relações de biopoder no decorrer do século XX, e como as questões da eugenia, eutanásia, manipulação e controle genético se apresentam nesse limiar biopolítico.

Tal conceito de biopolítica resignificado por Agamben, se configura quando o poder se exerce pelo meio do controle da vida dos cidadãos. Em relação à política ocidental e noção de vida, o filósofo define que:

A política ocidental que, desde os primórdios, tem a ver com a vida e a exclusão da vida. A nossa cultura não define o conceito de vida. No entanto, o divide e articula constantemente em vida intelectual, vida biológica, vida vegetativa, vida política. A vida é indefinível, mas sempre divisível em pedaços. Creio que a relação entre vida e política deveria ser repensada desde a base. Seria importante perceber nossa vida privada como não sendo privada, a vida natural como já política e vice-versa. Perceber o avesso da nossa experiência cotidiana. Sermos conscientes de como o poder estrutura a nossa vida moderna (AGAMBEN, 2004, p.78).

No período estudado a eugenia definiu padrões ideais, promoveu a seleção dos indivíduos e o extermínio dos anormais em nome da regeneração da raça. Os intelectuais analisados percebiam o Brasil como um país frágil, que havia se revelado ao mundo como obra do acaso. A colonização portuguesa no Brasil foi criticada pelo seu isolamento em relação ao resto do mundo e pela estagnação do país em um estado de barbárie. Alguns ensaístas defendiam a ideia que a nossa formação social não se manifestou como um estado de consciência, a mesma teria sido uma à imposição cega e violenta, artificial de uma civilização e de uma cultura em um território bárbaro. Dessa tragédia inicial, onde se cruzam, “numa confusão cosmica, em verdadeiro heterogenismo, sangues e raças as mais dispares, costumes e idéas as mais cultas e exóticas, delineou-se, formou-se a base da brasilidade. Instintivamente. Inconscientemente. Amorfa, bruta, numa variedade kaleidoscópica de tipos” (GODOY, 1927, p. 8). Na tese “Eugenia e Seleção” datada de 1927, o autor demonstrava claramente em seu texto a necessidade imperativa de ordenar e orientar a nossa evolução racial e sua relação com a nação:

A nacionalidade parece gritar, latejar, inflamar-se no corpo adolescente da terra americana. E' a geração nova que se levanta inquiéta pela idéa da raça, pela ancia da brasilidade, pela valorização do homem brasileiro, cristalizando-o na atmosfera vital em que vive. Em plena elaboração, no "confuzo baralhamento das migrações", o Brazil actual, estremecido por uma reação política, social e biológica, sugere uma força nova, aneia por formar a conciencia da nacionalidade. Precisamos compreender a nossa terra, jovem, ainda inculta, de ritmos livres, de uma natureza pletórica, exuberante e selvagem, precisamos formar uma raça forte que a possa sentir para afirmá-la, que a possa compreender para dominá-la e civilizá-la (GODOY, 1927, p. 10).

Como pode ser observado, Godoy fez defesa do melhoramento do social o melhor caminho para a eugenia no país, para ele, o brasileiro sob o ponto de vista da sua origem étnica, não era um degenerado. Seguindo esse pensamento, Alberto Torres (1914, passim) alegou que: “temos verificado em 5 séculos de vida, que as diversas variedades humanas habitantes do nosso sólo são capazes de atingir o mais alto grau de aperfeiçoamento moral e intelectual alcançado por qualquer outra raça”. Desta forma se o povo brasileiro permanece apático e atrasado, seria por estar doente.

O apelo às gerações e a responsabilidade destas com o futuro da nação é evidenciado na defesa de que cada geração tem sua missão histórica. Para Godoy, seus contemporâneos e descendentes tinha por finalidade imediata orientar cientificamente a formação da raça, organizar a sua valorização, providenciar para eugeniização. “Criar com o sangue dos povos que formavam Brasil, a raça síntese, “a raça cósmica”, o produto caldeado, eis o dever primordial dos que creem no nosso grande futuro!” (GODOY, 1927, p. 12). Segundo suas palavras, para alcançar tal objetivo nobre e transcendental, seria imprescindível o uso da eugenia como seleção. Subordinar-se o problema sexual à inteligência e não somente ao instinto. “O amor será então sempre saúde, beleza e inteligência e não somente libido animal, a cobiça egoísta e nefasta para a raça. Só assim conseguiremos o aperfeiçoamento sómato e psíquico desta” (GODOY, 1927,p.15).

As narrativas instrumentalizadas pela ciência conotam que a existência humana é um esforço em marcha, um caminhar para frente. Tal noção de evolução, transformação é sinônimo de renovação, de progresso, significa o alcance da civilização. Defendiam que a vida supõe um impulso inicial, com uma velocidade original. Assim como uma pedra projetada vai cair mais ou menos longe, segundo sua propulsão, o indivíduo é lançado no meio cósmico, como um ser vivo atirado na “arena da vida”, segundo as forças da raça de que é oriundo e se desenvolverá alcançando sua meta ou sucumbirá em meio caminho. A partir deste espaço de experiência, começa a constituir-se um fechamento do horizonte de expectativas, a causalidade da vida humana deixa de ser mistério para ser manipulada pela técnica. Como argumentação, alguns eugenistas se utilizam da história da humanidade, alegando que alguns povos desapareceram em tenra idade, como os indivíduos psicastênicos²⁴, são dominados e absorvidos; outros, enfim, os povos eugenizados, que souberam nascer e viver, que cuidaram do ideal da raça, constituem os povos criadores de civilização, dominam, vencem e perduram. Essa seria a morfologia da História. Neste sentido, no “Brasil, paiz em formação e para onde afluem imigrantes de todas as origens, valôres indefinidos, germens desconhecidos, numa transfusão dezordenada de sangue, ha necessidade vital, imperioza, de uma organização eugenica da raça” (GODOY, 1927,p.17).

²⁴ Os sintomas da psicastenia diziam respeito à presença de ideias fixas, obsessões e impulsos, manias mentais, dúvidas, tiques, neurastenias, sensações de despersonalização. Esse rol de manifestações teria sido até então descrito sob o nome de doença de Krishaber. Os doentes, por sua vez, já teriam também sido descritos com diferentes denominações, tais como delirantes, degenerados, neurastênicos e frenastênicos. Ver em ZORZANELLI, 2010.

Em meio a estas noções emergem perspectivas que defendem a criação de uma civilização propriamente humana, vital, biológica, sem dogmas. Para os intelectuais analisados a tarefa do seu tempo consistia em submeter a razão à realidade, isto é, localizá-la dentro dos limites biológicos. Nos tempos passados, fazia-se a vida depender da moral. A missão do “tempo novo” era precisamente inverter essa relação e mostrar que a cultura, a razão, a moral, a ética social são funções da vida e devem variar com ela:

A nossa época de renovação, profundamente vital e biológica, procura a valorização e a libertação do espírito humano das idéas teoréticas, infecundas, extra-vitais. As variações da sensibilidade vital se nos aparecem sob a forma de gerações. Mas uma geração não é um punhado de homens egrejos, nem simplesmente uma massa, "es como um cuerpo nuevo social integro, con su minoria selecta y su muchedumbre que ha sido lanzado sobre el ambito de la existencia con una trayectoria vital determinada." Cada geração representa um momento vital na evolução duma raça e tem uma (GODOY, 1927,p.7).

Por este aspecto pode-se compreender a eugenia como uma tentativa de politização profunda de todos os aspectos da vida do indivíduo, uma transformação da técnica genética e biológica em instrumento de poder e controle. Suspendendo a proteção do que é a vida, o sistema autoriza que a vida se torne disponível: “assim, toda vida se torna vida-nua, exposta a uma violência soberana permanente, e que fundamenta e legitima o Estado” (PONTIN, 2007, p.13). O sujeito da comunidade eugênica imaginada é dotado de uma ética de responsabilidade em relação com as possibilidades para o futuro, para com as próximas gerações. Algumas fontes analisadas apresentam uma linguagem ontológica teológica, buscando o ser perfeito à imagem de Deus como meio de conviver com o paradoxo ciência-religião, outras abarcam um caminho crítico não teológico. Pontin defende que esta obrigação do sujeito, não o define como sujeito político, mas na própria facticidade do ser, e sua possibilidade de ser-autêntico para além da sua redução ao mero objeto biológico, ou caracterização política.

Ao focarmos na questão da eugenia e das experiências feitas em células embrionárias desde um ponto de vista fenomenológico-antropológico podemos compreender melhor as consequências biopolíticas dos avanços biológicos, e como nossa própria autocompreensão fica abalada diante do progresso científico e totalização normativa do homem, demonstrando que as perspectivas clínicas e biopolíticas do problema do limite da pesquisa com embriões estão interligadas, especialmente quando verificamos que a questão do melhoramento genético enquanto eugenia está sempre presente no debate (PONTIN, 2007, pp.13-14).

A perda da autocompreensão do ser humano enquanto ser, na análise de Pontin (2007) ao revisar as teses de Hans Jonas, Habermas e Foucault, começaria quando a concepção de ser

humano surge para funcionalizar uma forma de ser determinada. Desta forma, desaparece o espaço para o indivíduo. Agamben sugere que a partir da vigência de uma vida nua dentro da política contemporânea que a perda de sentido acerca do indivíduo ocorreria. Esta perspectiva integrada sugerida por Agamben permite problematizar como a questão eugênica pode marcar um rompimento com a cesura entre a vivência natural e a existência política, que é fundamental para que possamos compreender o ser humano enquanto tal.

Assim como Agamben, Pontin demonstra a relação entre “bio” e “zoe”. Ele defende que o natural se faz necessário para a existência do cultural, a essência da animalidade é fundamental para o entendimento da essência do ser, e da mesma forma, “é preciso que exista um ambiente ou um campo onde a natureza ocorre para que possa haver um mundo onde o homem possa habitar” (PONTIN, 2007, p. 23). Tal interpretação metafísica da vida enquanto fenômeno humano define o animal não como um ser vivo, mas como um vivente. No decorrer do processo eugênico pode-se dizer que houve uma “animalização” dos anormais, sendo estes passíveis de qualquer intervenção por serem meros viventes, não participantes da formação do mundo através de um agir moral. O dever patriótico apresentado em grande parte das narrativas dos intelectuais eugenistas, apresentou-se como imperativo categórico fundamentado por uma responsabilidade ontológica, uma ética orientada para o futuro. O projeto eugênico apresenta-se como um imperativo, uma obrigação das gerações presentes para as gerações futuras. Neste sentido, pode-se dizer que o discurso eugênico se aproxima da ética kantiana, por se demonstrar voltado para o indivíduo e orientada para o presente, criando, com seu “imperativo categórico, um recurso metodológico que possibilita a abertura de um horizonte temporal, a uma dimensão aberta que nossa ação no mundo hoje remete a um futuro real e previsível” (JONAS, 1995, apud PONTIN, 2007, p. 25). Desta maneira, o horizonte de expectativas no discurso eugênico constituía-se com a disciplinarização do tempo, compunha-se de forma teológica, delimitada, finalista e intencional.

Sobre a vida da humanidade enquanto vida autêntica, para Pontin, ela só pode ser mantida através de um imperativo da responsabilidade, de uma relação com o conjunto dos costumes e hábitos fundamentais, que não vá reduzir a vida dos seres humanos futuros a uma mera vivência, uma vida pobre-de-experiência e sem autenticidade. Pode-se concluir que, a manipulação genética e a ingerência na procriação humana proporcionada pela eugenia, fecharia o horizonte de expectativa da vida humana. A imprevisibilidade do futuro para o ser humano é uma dimensão que a eugenia positiva abre, portanto, há um fechamento do horizonte do ser enquanto ser-indeterminado, enquanto “ser jogado”. A instauração de uma eugenia permitida normativamente, coloca no horizonte uma nova categoria de pessoas, cujo

surgimento é absolutamente planejado: suas características, seu futuro, seu vir-a-ser, é esperado. Apesar do teor de veracidade da ciência no período de análise:

Não há certeza quanto a substituição do imprevisto pelo planejado no futuro do ser humano, mas sim, uma perda de sentido de continuidade da natureza na cultura, perda de sentido esta que remete a uma perda de sentido do próprio ser, que não tem mais seu caráter constitutivo de abertura, mas uma vida perfeitamente planejada por um agente externo a sua constituição natural: uma intervenção técnica que vincula de forma contingente seu futuro (PONTIN, 2007, p. 37).

Pode-se dizer que nesta conjuntura a técnica e o saber científico passaram a direcionar aos homens a mesma responsabilidade radical antes atribuída ao teológico. O temor pelo futuro da humanidade torna-se uma obrigação ética decorrente deste progresso técnico, os intelectuais eugenistas tinham como base da sua ciência um prognóstico cético em relação ao futuro das raças. Para fins de conter este temor, foi proposta nos discursos a renúncia do eu e o sentimento de comunidade e nação deve existir. Quando se trata da eugenia, fica evidenciado como “a dimensão do como viver e do como morrer de sujeitos futuros pode ser afetada pela técnica biomédica, e de como a autocompreensão do ser é fechada no momento que se decide por sujeitos futuros a respeito de suas próprias mortes e do como de suas vidas” (PONTIN, 2007, p. 36). A metodologia eugênica agiu enquanto técnica criadora de uma nova forma de ser humano e, esta técnica jogaria às cegas o futuro na natureza humana, pois, a eugenia positiva teve como base critérios de supostos benefícios futuros ou de desejos por determinadas constituições fenotípicas ou genéticas, das quais não se poderia saber dos resultados futuros deste pretendo melhoramento. Neste sentido, a utilização de uma razão instrumentalizada pela ciência, no entanto com fundo tecnológico, a partir da modernidade tardia, institui, segundo Pontin uma tecnocracia, que se apresenta enquanto modelo totalitário de Estado.

Sob estes preceitos pode-se dizer que no período a eugenia brasileira se configurou como biopolítica no sentido da funcionalização do desconhecido. O homem não estaria mais exposto ao conhecimento de si. Ainda que a vida humana não fosse exaustivamente integrada em técnicas que a dominem e a gerem, o biopoder esteve presente como uma intervenção no como viver dos sujeitos de direito²⁵. Pelo viés eugênico houve uma espécie de domesticação dos corpos por parte do controle médico-jurídico, o ser humano foi tomado enquanto objeto

²⁵ Indivíduos caracterizados como anormais pelo viés eugênico não encontravam-se na categoria de sujeitos de direito.

empírico. No entanto, a principal característica biopolítica do debate eugênico foi o controle da estrutura biológica do homem, feito a partir de um controle médico da população. Na relação poder-saber está implicada a ideia de dispositivo, onde o dispositivo “e, na biopolítica, a aplicação de um determinado saber no próprio corpo de uma população, ou na determinação de uma população homogênea” (PONTIN, 2007, pp. 62-63). Nesse aspecto, as instituições médicas, escolares e militares articularam estes saberes cumprindo a função estratégica de disseminação e implementação da eugenia.

Agamben utiliza o conceito de “vida nua” elaborado por Walter Benjamin, que seria a vida sobre a “regência” de um poder soberano. Neste sentido, toda vida se torna uma vida-nua, uma vida desprovida de autenticidade e sentido. Para Pontin (2007) esta disseminação, aliada a uma invasão sem precedentes da técnica científica no campo da política, permite que o conceito de Vida seja controlado e tomado politicamente em todos seus aspectos. “O esquecimento da própria humanidade pela humanidade é o fator principal de uma simplificação da vida” (PONTIN, 2007, pp. 77-78). Sobre a ressignificação do conceito de biopolítica, a tanatopolítica, Agamben coloca:

Se, em todo Estado moderno, existe uma linha que assinala o ponto em que a decisão sobre a vida torna-se a decisão sobre a morte, e a biopolítica pode deste modo converter-se em uma tanatopolítica, tal linha não mais se apresenta hoje como um confim fixo a dividir duas linhas claramente distintas; ela é, ao contrário, uma linha em movimento que se desloca para zonas sempre mais amplas da vida social, nas quais o soberano entra em simbiose cada vez mais íntima não só com o jurista, mas também com o médico, com o cientista, com o perito, com o sacerdote (AGAMBEN, 2002, p.128).

Por meio do saber biotécnico, um futuro indivíduo poderia ser determinado com base na sua potencialidade de viver uma vida mais digna no futuro. Por outro lado, aqueles considerados inválidos seriam descartados no momento do diagnóstico, esta prática faria com que se vissem e promovessem vidas indignas de serem vividas. Toda experiência é característica de um horizonte para a morte que permanece em aberto, e, com isso, a tanatopolítica²⁶ estabelece-se com a manipulação da hereditariedade, já que se instaura um elemento necessário na formação de um novo indivíduo, que não terá de sofrer determinadas dificuldades resultantes de uma doença. “A possibilidade de experiência é perdida quando o horizonte da morte some enquanto evento característico, enquanto destino, e reaparece como

²⁶ Por tanatopolítica entende-se o cálculo que do poder sobre a morte. O uso da vida do outro com possibilidade de eliminação desta. Neste contexto de debate, procura-se explorar a dialética entre biopolítica (o cálculo que o poder faz sobre a vida com objetivo de manter-se enquanto dominante) e tanatopolítica, por compreender que a regência sobre as formas de vida relaciona-se diretamente com as formas morte ou de deixar morrer.

um evento previsível, controlado: sem sofrimento” (PONTIN, 2007, pp. 81-82). Perspectiva que cabe em relação à eutanásia, mas também, pode ser aplicada ao quadro eugênico ao “poupar” a vida dos inválidos por não ser uma vida plena.

A “vida indigna de ser vivida” não é, com toda evidência, um conceito ético, que concerne às expectativas e legítimos desejos do indivíduo: é, sobretudo, um conceito político, no qual está em questão a extrema metamorfose da vida matável e insacrável do *homo sacer*, sobre a qual se baseia o poder soberano. Se a eutanásia se presta a esta troca, isto ocorre porque nela um homem encontra-se na situação de dever separar em um outro homem a *zoe* do *bios* e de isolar nele algo como uma vida nua, uma vida matável. Mas, na perspectiva biopolítica moderna, ela se coloca sobretudo na decisão soberana sobre a vida matável e a tarefa assumida de zelar pelo corpo biológico da nação, e assinala o ponto em que a biopolítica converte-se necessariamente em biopolítica. [...] Na biopolítica moderna, soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal. A vida, que, com as declarações dos direitos, tinha sido investida como tal do princípio de soberania, torna-se agora ela mesma o local de uma decisão soberana (AGAMBEN, 2002, pp.148-149).

Tal politização da vida gera um espaço de exceção que permite instaurar normativamente o que se entende como “morte” e “vida”. Para a eugenia brasileira, os organismos pertenciam ao poder público e ao saber médico, os quais detinham o poder de definir o *status* dos organismos dignos ou não de proteção, passíveis ou não de serem manipulados, possibilitando a intervenção sobre “aquilo que está vivo, mas não é protegido enquanto vida”. Em meio a definições dos critérios de normalidade pautadas no biológico a partir do saber médico, o discurso eugênico buscou acelerar o processo evolucionário tentando “fazer nascer” indivíduos mais aptos. A perspectiva de futuro eugenista para uma humanidade higiênica, sem doenças hereditárias, estava diretamente vinculada à ideia de pureza e integralidade de raça, assim como, noção de funcionalidade da mesma. A partir das palavras da historiadora Tânia Navarro Swain, pode-se analisar o discurso eugênico e suas aplicações como narrativas identitárias que foram instrumentalizadas pela ciência, pois, são nas práticas sociais em que:

o “eu” se forja em peles, delimitando corpos normatizados, identidades contidas em papéis definidores: mulher e homem, assim fomos criados, por uma voz tão ilusória quanto real em seus efeitos de significação, cujos desígnios se materializam nos contornos do humano. Estes traços, desenhados por valores históricos, transitórios, naturalizam-se na repetição e reaparecem fundamentados em sua própria afirmação: as representações da “verdadeira mulher” e do “o verdadeiro homem” atualizam-se no murmúrio do discurso social (SWAIN, 2000, p. 48).

Ainda acerca da interpretação de Swain, pode-se tratar a identidade como algo nômade, de certa forma, “a reinvenção de mim enquanto outro”. Neste sentido, a constituição

de uma narrativa identitária pautada pelo viés eugênico formularia espaços identitários “estando em ligação com todos os outros espaços de um “eu”, que os critica, designa ou reflete, temos aí uma heterotopia identitária” (SWAIN, 2000, p.76). Portanto, trabalhar com os discursos acerca dos indivíduos que compunham o ser nacional brasileiro, se torna mais complexo que uma mera explicitação de estereótipos, vincula-se mais com a ideia de uma heterotopia identitária de desvio ao voltar o olhar às pessoas que não se encaixavam ou não comungavam com o ideal eugênico consolidando assim, os espaços e instituições onde eram internados indivíduos cujo comportamento se demonstrava indesejado, como hospitais psiquiátricos, internatos, asilos, prisões, entre outros. A referida identidade nômade e transitória conferida pela modernidade traz consigo espaços vazios, um lugar sem lugar, “espaço outro onde se pode “re-criar” o ser no mundo, onde as normas e os modelos não legislam” (SWAIN, 2000, p.76). Não cabe a este trabalho buscar a consolidação das narrativas identitárias na sociedade brasileira, mas vale a reflexão acerca do sentido de pertencimento a um lugar que o projeto de comunidade nacional eugênica propunha. Para tal, a busca dos exemplos da aplicação da eugenia em outros países demonstra que a ideia de uma divulgação geral da eugenia contribuía para reforçar os argumentos brasileiros, no sentido que estes países eram exemplos a serem seguidos a nível de civilização.

2.2 Políticas Eugênicas: uma Análise Comparativa

A noção de um mal de origem atrelado à nação brasileira estava vinculada à busca de novas imagens identitárias que ressignificassem passado e presente em detrimento ao que se construía como um projeto de futuro: não mais a naturalização da identidade pelo nascimento em dado território, mas sim, o nascimento em uma boa prole. Ao retomar na Antiguidade Clássica preceitos de estética e moralidade, corrigir-se-ia, através da busca do entendimento do passado, a trajetória que se desviara e rumara à degeneração.

Momento agitado de embate político, especialmente no início do século XX, projetos nacionais diferentes expostos por uma infinidade de intelectuais engajados, portanto, tentaram responder de certa forma ao exotismo existencial da América Latina, e do Brasil em particular. Em outras palavras, precisava-se criar um Brasil moderno (CANCELLI, 2004, p. 120).

A citação de Cancelli exposta acima, de maneira geral, demonstra o contexto em que o discurso eugênico emerge no Brasil, na necessidade de resolver os problemas sociais para fins de elevar o país em grau de civilização. Para isso se tornava necessária à busca de um modelo político para supressão da miséria. Neste sentido, ao buscar uma centralização do poder e atribuições de divulgação e implementações das leis eugênicas, o discurso do período direcionava-se para uma perspectiva que posteriormente se aproximou de um ideal autoritário. Partia-se de uma ideia de atraso para elaborar as estratégias de modernidade. “Raça e meio, ditavam a ciência infalível que estes intelectuais preconizavam *ad nauseum*, construíram as mentalidades deste mundo não simbiótico, periférico; ou, como querem alguns, deste terceiro mundo” (CANCELLI, 2004, p. 127, grifos do autor).

É nesse sentido que é possível afirmar que os eugenistas apresentam modelos de civilização em disputa da identidade brasileira. Através das novas gerações seria possível conquistar o progresso e concretizar o projeto de civilização construído por eles. Nos escritos de Renato Kehl, é perceptível a definição de civilidade a partir da ruptura com o passado colonial e com o presente degenerado em busca da efetivação do projeto de uma nação progressista moderna. Dentro desta perspectiva de futuro, há um prognóstico racional, a ideia de futuro como um campo de possibilidades, assim, as ideias políticas eugenistas buscavam defender e mover a expectativa de futuro.

Segundo Souza (2012), o discurso eugênico brasileiro chegaria à década de 1930 com grande vigor, aproximando dos métodos da eugenia negativa que vinha mobilizando o norte da Europa e os Estados Unidos. No contexto nacional, “a Revolução de 1930 instalaria um ambiente político e ideológico que contribuiria para estimular a propaganda eugênica, devido especialmente à centralidade atribuída ao tema da imigração e da formação da nacionalidade (SOUZA, 2012, p. 15)”. A Comissão Central Brasileira de Eugenia seguia o modelo a Sociedade Alemã para Higiene e Raça, tais padrões também serviam ao Instituto Brasileiro de Eugenia que Renato Kehl buscava apoio do Governo de Vargas para sua fundação.

Neste momento, o debate eugênico entre os intelectuais clamava um posicionamento claro e efetivo do governo. Paralelo à instalação do Estado Novo, a política nazista para a higiene racial se intensificara na Alemanha. Para Souza, Kehl argumentava que era imprescindível que o governo começasse a pensar na criação de um Instituto de Eugenia “nos moldes dos que existem na Alemanha, na Noruega e na Suécia” (SOUZA, 2012, p. 16), tendo em vista que para Kehl a eugenia somente alcançaria resultado frente aos problemas nacionais se obtivesse um programa sério desenvolvido e controlado por conselhos técnicos científicos. No entanto, como Souza demonstra em sua pesquisa sobre o eugenista Renato Kehl, tal

projeto não se concretizou devido “às críticas que começavam a ser formuladas no Brasil contra a eugenia nazista”. Isso se evidencia também na queda de publicações e congressos que debatiam a aplicação da eugenia negativa no país. Neste período, as publicações demonstram promoção de simbologias e ritualísticas nacionalistas, assim como, discussão sobre os imigrantes e suas práticas culturais e, também, cobrança extensiva dos eugenistas sobre a obrigatoriedade do exame pré-nupcial e da implantação da educação eugênica nas escolas públicas.

Para fins de promoção da higiene da raça, os eugenistas propunham um programa de aperfeiçoamento da raça humana, de acordo com os ensinamentos das leis da evolução e herança genética, resultando crescimento das aptidões individuais, o qual defendia ser questão de interesse vital a todos os governos bem constituídos. Na América Latina, de maneira geral, a prática de medidas sociais buscava atender a idealização de Galton e exigia dos governos pronta execução. Os intelectuais analisados defendiam que a civilização moderna não permitia o descaso com “tão grave problema que interessa tão de perto a vida das nações” (TEPEDINO, 1914, p. 27). O aprimoramento teórico e a aplicação eugênica em países como Estados Unidos, Suécia, Alemanha e Rússia serviram de exemplos práticos para o desenvolvimento de tais teses entre os latino-americanos. “O povo americano procura na medida do possível accentuar os bons caracteres da raça, invidando esforços numa ingente luta para o aniquilamento dos caracteres inferiores que tão maleficamente os compromettem” (TEPEDINO, 1914, p. 27). Alexandre Tepedino (1914) destacou que: a “noção da hereditariedade nas suas grandes linhas interessa grandemente a sociedade e ao estado”. O médico defendia que: “o presente é filho do passado, a nossa trajetória na vida não se guia pelo simples acaso, porém pbedece estrictamente á geração dos antepassados; todos os caracteres innatos podem ser transmitidos de geração em geração” (TEPEDINO, 1914, p. 75).

A doutrina de melhoramento racial se legitimou e fortaleceu ao se apropriar da autoridade científica da genética e do evolucionismo. Considerava-se que a orientação a partir destas disciplinas permitiria conduzir o progresso das nações. Como colocado por Laura Guazo (2009), neste sentido se passou a interpretar cientificamente as causas naturais da estratificação social. Nos Estados Unidos do México, a eugenia apresentava alguns aspectos no art. 131 do Código Sanitário, que, assim como no Brasil, visava a exigência do exame pré-nupcial. Com as exceções que os regulamentos determinassem, os juizes do Registro Civil, e os Sacerdotes dos cultos existentes no país, tinham a obrigação de exigir dos que pretendiam casar-se, a “declaração que acreditavam, nos termos dos respectivos regulamentos, que não padeciam de nenhuma das enfermidades neles determinadas, e que sofreram a reação de

Wassermann²⁷, ou qualquer outra equivalente, a juízo do Departamento de Saúde” (RIBAS, 1927, p.68). Sem esses requisitos não poderiam autorizar a celebração do matrimônio. É interessante perceber, que neste caso unem-se questões que geraram um grande paradoxo moral no discurso eugênico, na ciência e na religião.

La primera sociedad eugenésica latino-americana fue la Sociedad Eugénica de São Paulo fundada en 1918. En Argentina en 1932 surge la Asociación Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social; otras instituciones latinoamericanas relevantes fueron el Instituto de Medicina Social de Perú, fundado en 1927 y la Sociedad Mexicana de Eugenesia para el mejoramiento de la Raza, que surgió en 1931. Estas dos últimas, tuvieron una estrecha relación y enfocaron sus programas eugenésicos a la enorme variabilidad racial, tanto por la composición étnica, como cultural. A diferencia de Argentina, en que la eugenesia se instrumenta a partir de los problemas sociales derivados de la inmigración, la sociedad mexicana se encontraba constituida fundamentalmente por criollos, indios y mestizos. Los viejos debates acerca de la falta de una real integración de los indios a la vida nacional y el problema de poder garantizar la salud de los pobres, condujo a las ideas del mejoramiento racial y con éstas a tratar de impulsar las tesis de la doctrina eugenésica. Antes de la Revolución Mexicana, en la primera década del siglo XX, la oligarquía positivista mexicana, conocida con el mote de los “científicos”, impulsó la continuidad de la dictadura de Porfirio Díaz, que les garantizaba conservar su privilegiada posición social (GUAZO, 2009, p. 19).

No México em 1910, foi publicado um folheto denominado “Higiene de la Especie: Breves consideraciones sobre la stirpicultura humana”, de Francisco Hernández e um ano depois, Blanche Z. de Baralt, publicou uma ampla resenha do livro feminista inglês Caleb Saleeby, “El Feminismo Eugénico”, que discutiu a eugenia como uma proteção à mulher frente as enfermidades venéreas e sobre sua saúde reprodutiva. Segundo Guazo, esta seria a primeira alusão na imprensa mexicana sobre os princípios eugênicos. Neste salienta-se:

Las mujeres deben considerarse como los agentes principales por los cuales la raza ha de continuarse y evolucionar, hacia un nivel físico, intelectual y espiritual más alto; [...] La educación de las niñas y las jóvenes debe prepararles para esta gran misión y al alcanzar la edad del matrimonio tengan una idea tan alta y tan clara de ésta, que se nieguen a casarse con hombres cuya condición física, intelectual y moral sea inferior. La selección natural no sería del todo incompatible con el amor si estas tremendas cuestiones se estudiaran y comprendieran mejor por todos (GUAZO, 2009, p. 20).

A autora também destaca o quanto era exaltado o fortalecimento da Sociedade Mexicana de Eugenia com a participação de muitos médicos e educadores, os quais centravam sua atenção para com a educação sexual, demonstrando assim como no Brasil, uma

²⁷ Exame sorológico para diagnóstico de sífilis.

combinação de atitudes modernistas e conservadoras. Guazo menciona em relação às campanhas, a existência de manifestações anti-álcool, antifeminismo e antipornografia. Também projetos sobre controle de natalidade, difusão de saúde matrimonial e a obrigatoriedade do certificado pré-nupcial. Igualmente demonstra que, assim como nos demais países da América Latina, no México houve convergência entre o fortalecimento do nacionalismo e do eugenismo. Sendo maior o salto nacionalista a partir dos anos 1920, no entanto, se expressou na inquietude e anseio por estabelecer o conceito de mistura racial constitutiva como reflexo da identidade racial mexicana. “Os membros da Sociedade Mexicana de Eugenia debatiam a nacionalidade no sentido de heterogeneidade racial: índios, europeus e mestiços” (GUAZO, 2009, p. 20).

O trabalho de Guazo demonstra que a maior parte dos eugenistas mexicanos tinha formação médica, no entanto, a mesma evidencia o pouco uso da genética até os anos cinquenta do século XX. Nas propostas de melhoramento da população mexicana estariam muito presentes os fatores ambientais, demonstrando uma postura oposta às ideias originais de Galton, como já evidenciado por Nancy Stepan em sua análise sobre a eugenia na América Latina. Guazo realiza uma aproximação da prática mexicana em relação à valorização da cultura francesa, em especial a educação dos progenitores e sua responsabilidade para com suas proles. Para a autora, a biologia serve apenas como campo ideológico, como meio de racionalização e legitimação do exercício de poder que mascara seu sentido social. Demonstrando que, na prática eugênica mexicana a ingerência sobre o matrimônio também foi efetiva:

El uso de conceptos como adaptación, más o menos aptos, lucha por la sobrevivencia, así como la propuesta de muchos eugenistas ortodoxos con gran influencia en el ámbito de salud pública, de realizar una cuidadosa “selección artificial de los generadores humanos”, a partir de la elaboración de historias familiares, refleja la intención de limitar la reproducción de los caracteres considerados socialmente indeseables y promover la reproducción de los deseables, concepción sostenida por Galton, desde el último cuarto del siglo XIX (GUAZO, 2009, p. 22).

Segundo pesquisa demonstrada na tese de Ribas (1927), na Turquia, desde 1904 o chefe supremo dos católicos Armênios, em uma encíclica ao seu clero recomendava que se não realizasse nenhum casamento sem a apresentação de um certificado médico. Segundo relatos expostos na tese, a cerimônia era exclusivamente religiosa, e, quase sempre a ordem foi obedecida, e obteve aplicação relativamente satisfatória até o ano de 1920, havendo um relato do secretário da União dos Médicos armênios de Paris, afirmando que o exame pré-

nupcial passaria a ser obrigatório por lei, para os Armênios da Turquia, por determinação do Patriarca Armênio de Constantinópolis e por iniciativa da referida União medica de Paris:

Muito recentemente encontramos na revista “Brasil Medico” de 22 – 1 – 927 a seguinte noticia: Foi na Turquia o exame medico pré-nupcial, por lei recente dispondo que o exame será feito pelo medico do vilayet ou pelo clinico de confiança dos candidatos ao matrimonio, submettido o certificado deste ultimo ao controle do primeiro. Ao contrario dos homens, as mulheres poderão ser examinadas nas mãos, no rosto, no pescoço, nos labios, na bocca, na garganta, no peito, no dorso. O exame deve levar em conta todas as molestias contagiosas e sociaes; em casos de duvida, poder-se-á recorrer á reacção de Wassermann. Os individuos affectados de molestias venereas serão tratados gratuitamente e o casamento somente lhes será consentido depois da cura. Relata-nos o dr. Schreiber que o medico põe nos individuos passados por este exame uma tatuagem no punho esquerdo afim de evitar substituição de pessoas (RIBAS, 1927, pp. 54-55).

Ribas (1927) mencionou o livro do Dr. Almeida Junior sobre “O Exame médico Pré-nupcial” do qual, segundo o médico, é de onde viria parte dos conhecimentos no assunto. Esse livro foi publicado nos Estados Unidos e apresenta uma série de dados sobre a eugenia no país. Na década de 1920, cerca de vinte Estados da União Americana exigiram por lei, dos candidatos ao casamento, um certificado de exame pré-nupcial. O atestado declarava o candidato isento de “moléstias venéreas” como a gonorreia, a sífilis e o cancroide e era somente é exigido para os homens nos Estados do Maine, Lousiana e Alabama. No Oregon, North Dakota, Wisconsin, Wyoming, o certificado visava somente a sífilis. No Novo México tanto os candidatos do sexo masculino como os do feminino eram obrigados a apresentar estes atestados. Alguns textos de lei especificam que a moléstia, para ter efeito proibitivo, devia encontrar-se em estágio contagiante. No Estado de North Dakota exigia-se a lei do candidato, para se casar o individuo não poderia sofrer de tuberculose em fase contagiante, tampouco um “idiota, imbecil, alienado, epiléptico e alcoolista confirmado”.

Aos que infringissem tais disposições, caberia multa de 50 a 500 dólares ou até mesmo condenação ou pena de um mês a um ano de reclusão, sem exclusão da ação civil que o cônjuge lesado poderia impor. Nos Estado de Nova-York, Pensylvania, Virgínia e Washington o candidato devia declarar, sob juramento, não sofrer de “moléstia venérea”, constituindo crime de felonía o juramento falso. Na Virginia e Washington o juramento somente era exigido “dos candidatos pertencentes ao sexo forte”. Em New Hampshire era crime o indivíduo casar-se sendo sifilítico e no Estado de Indiana constituía o mesmo fato um delito quando se trate de todas as doenças transmissíveis. Nas circunscrições estaduais de Michigan, New-Jersey, Oklahoma, Utah, Pensylvania e Vermont também era passível de punição o indivíduo que se casasse portando qualquer mal venéreo. O Código do Estado de

Iowa de 1924 pelo seu art. 2308 estabelece: “E’ crime infectar alguém com molestia venerea, ou simplesmente expôr alguém a um ser infectado, pelo commercio sexual” (RIBAS, 1927, pp. 55-56).

Porto Rico e Noruega também eram mencionados no estudo, no território da América Central a partir de 24 de Junho de 1924 foi proibido, por lei, casamentos entre leprosos ou leprosos com indivíduos não “atacados do mal”. Na Noruega, em primeiro de janeiro de 1919 foi promulgada uma lei referente à obrigatoriedade da apresentação do atestado pré-nupcial. Sobre a Suécia, Ribas explica que desde 11 de novembro de 1915 havia sido promulgada uma lei sobre a exigência do certificado de boa saúde. Se tornando vedado o casamento aos “epilépticos, alienados, e portadores de mal venereo no periodo de contaminação cabendo ao rei, em todo e qualquer caso, a faculdade de autorisar o casamento” (RIBAS, 1927). O candidato deveria responder a um questionario declarando-se insento das doenças referidas e, no caso de falsidade, a pena imposta é a anulação do casamento. Na Suécia, a metodologia eugênica não previa esterilização compulsória, mas conforme registros era informalmente induzida.

O referido estudo que Estellita Ribas desenvolveu, abarcou ainda outros países, com intuito de desenvolver uma proposta de exame pré-nupcial que atendesse as demandas sociais e raciais do Brasil²⁸. Entre os demais países, encontra-se a Dinamarca, que, segundo o médico, desde 30 de junho de 1922 já propunha uma lei proibindo o “consorcio de individuos atacados de molestias venereas”. Essa lei focaliza o delito de infecção prevista no Código Dinamarquês, no caso de o cônjuge contaminar a esposa. No caso do indivíduo já estar contaminado pela infecção venérea o atestado fornecido declara a natureza, a data do início da doença, o hospital e o médico que o tratou, assim como, tratamento realizado. O atestado era apresentado às autoridades incumbidas de realizar o matrimônio com 14 dias de antecedência da data prevista e, sem o qual o casamento não se realizaria. O certificado ainda especificava que o seu dono estaria isento de transmitir à esposa ou à descendência a infecção. Assim como na Nova Escócia (Canadá) o casamento também era vedado aos portadores de infecções venéreas.

Um dos principais referenciais para a eugenia brasileira foi o desenvolvimento desta como política de higiene social, tal como o modelo aplicado na Alemanha, estando vinculada ao pensamento do francês Conde de Gobineau, que demonstrava a “perspectiva de dominação

²⁸ Imagem da proposta de exame pré-nupcial de Estellita Ribas ao final do trabalho como Anexo B.

de uma raça sobre as demais dentro de um mesmo território, conforme sua superioridade, assim como o das nações umas às outras no colonialismo” (MENEGAT, 2008, p. 68). Desta forma, “os arianos, germânicos, seriam a raça superior, e seu avanço seria impedido somente pela ação das raças inferiores, representadas pelos povos invasores”. Na Alemanha, ao menos até 1927, não havia obrigação corporificada em lei para que os candidatos ao matrimônio se submetessem a exames pré-nupciais a não ser um decreto de 19 de fevereiro de 1926 estabelecendo consultas livres, funcionando estas, na capital, Berlim, e nas cidades de Dresde, Hamburgo, Magdeburgo, Linz e outras. Há referências também a uma lei, de 11 de Junho de 1920, onde se vê que o “parlamento germânico procura, por meios suasórios, incitar os candidatos a se submeterem ao exame ante-matrimonial. E’ grande movimento neste paiz em favor do exame pré-nupcial e a propaganda a esse respeito é chefiada pelo Officio de Hygiene alemão” (RIBAS, 1927, p. 59).

Paralelamente, Moscou também se mostrou por um determinado período um grande centro de pesquisa genética. Segundo Ribas, na “patria dos Soviets, segundo comunicação em officio de 25 de Junho de 1927, recebida pelo Dr. Almeida Junior do Chefe do Departamento de Informações para o estrangeiro, do Commissariado do Povo”, existiam referidas as seguintes disposições:

Pelo Codigo de casamento, da familia e da tutella, art. 132, as pessoas que registrarem seu casamento devem declarar, por escripto, que conhecem o estado de saude, um do outro, e sobretudo, o que diz respeito ás molestias venereas e psychicas e á tuberculose. A pessoa encarregada de effectuar o registro deve prevenir os nubente sobre as suas responsabilidades perante a lei, no caso de declaração falsa. Os que, sabendo-se atacados de molestia venerea, vierem a infectar outra pessoa, são passíveis, segundo o art. 150 do Codigo Penal, de prisão até tres annos. Os que, por commercio sexual, ou de outro modo, puzerem alguém em perigo de infecção, podem ser punidos com a pena de prisão ou de trabalhos forçados até 6 mezes (RIBAS, 1927, p. 60).

Alguns eugenistas de vertente comunista defendiam que apenas em regime que não houvesse exaltação da família enquanto instituição a real eugenia seria possível. “Eugenia é a ciência que pode maximizar a produtividade de nosso país. E isso só será possível com o socialismo depois de consumada a abolição da família” (COEHN, 1998). Na União Soviética, o enfoque das pesquisas eugênicas era o cérebro e a capacidade do intelecto, com intuito de reproduzir uma elite intelectual. Desenvolveu-se também, uma série de pesquisas sobre inseminação artificial, tendo como pressuposto que um homem saudável teria maior capacidade de produção de bebês eugênicos que uma mulher. A procriação deveria ser vista de maneira desassociada ao amor, porque este seria um assunto privado, enquanto procriação

seria uma responsabilidade social, nesta perspectiva o desenvolvimento requeria crianças saudáveis e a sociedade teria direito de “exigir um produto de qualidade”. Ao invés do sentimento maternal e de orgulho com seus filhos era estimulado que as mulheres apreciassem a proeza da criação de “um novo tipo de ser humano”. Aproximando-se do lamarckismo e também, com intuito de afastamento da Alemanha nazista, em 1930 foi suspensa e proibida a pesquisa eugênica na União Soviética.

Retomando a análise proposta por Ribas, demonstrou-se um quadro em outros países onde o exame pré-nupcial não alcançou foros de lei, mas apresentou intensa propaganda pela adoção integral da medida. Era o caso da Espanha onde eugenistas publicavam protestos ao governo sobre a adoção da obrigatoriedade do exame. Na Bélgica, funcionavam consultas pré-matrimoniais livres em Bruxelas e Antuérpia. Na Itália, sob os auspícios da Cruz Vermelha, em Milão, uma Consulta pré-nupcial podendo os candidatos, caso queiram, guardar o anonimato:

O governo de Mussolini da mão forte á efficiente medida, e, no Hospital Central de Roma, já tem havido expedições de certificados pré-matrimoniaes de habilitação ao casamento; na cidade de Padua o governo italiano subvenciona o Centro de diagnosticos com o fito exclusivo de auxiliar a prepação da opinião publica afim de bem receber a medida quando a mesma se tornar lei (RIBAS, 1927, pp.60-61).

No contexto das definições de métodos e práticas eugênicas em diversos países, a eugenia brasileira se constitui de maneira não homogenia entre os intelectuais que buscaram seu estudo, divulgação e implementação no país. No entanto, algumas chaves interpretativas aparecem nos discursos e podem ser observadas como fios condutores da narrativa eugênica. Caracterizam-se principalmente pelo apelo à moral e o fomento à família, os indivíduos nestas perspectivas são percebidos como viventes que compõe com deveres pré-estabelecidos a constituição de uma civilização. São reduzidos à somente vida natural instrumentalizada pela ciência. A apreciação das aplicações eugênicas em diferentes países demonstra diferentes tradições do pensamento científico, político e cultural, no entanto, permite uma análise comparativa, pois o ponto comum se dá principalmente no combate à sífilis e ao estabelecimento do exame pré-nupcial e do delito de contaminação, sendo estas medidas de ordem social imposta a todas as “sociedades civilizadas”, para que se pudesse exigir da mulher uma maternidade consciente.

3. SUJEITOS DA COMUNIDADE NACIONAL EUGÊNICA

Na definição de quem compunha ou não o quadro social da comunidade nacional eugênica, os seres são reduzidos à mera existência biológica. São “homo sacer”²⁹ à mercê do poder que o soberano tem de decidir sobre quem tem o direito ou não de viver, ou seja, em decidir qual vida merece ser vivida. Uma vida insacrificável, porém matável, afinal, como afirma Slavoj Žižek:

[...] a distinção entre os que se incluem na ordem legal e o Homo sacer não é apenas horizontal, uma distinção entre dois grupos de pessoas, mas, cada vez mais, também uma distinção vertical entre as suas formas (superpostas) como se pode tratar as mesmas pessoas – resumidamente: perante a Lei, somos tratados como cidadãos, sujeitos legais, enquanto no plano do obscuro super-eu complementar dessa lei incondicional vazia, somos tratados como Homo sacer (ŽIZEK, 2003, p.47).

Para a socióloga Sylvia Walby, um ponto central na análise da nação tem sido as condições em que um grupo étnico é capaz de reivindicar e, possivelmente, obter o *status* de nação. A autora trabalha a relação de sexo, etnia e raça na constituição da nação. Segundo Walby, existem cinco grandes maneiras da mulher se envolver na questão do nacionalismo: enquanto reprodutora biológica dos membros da coletividade; como reprodutoras das fronteiras dos grupos étnicos ou nacionais; como tendo participação da reprodução ideológica da coletividade e como transmissora de sua cultura; como significantes de diferenças étnicas/nacionais, um foco e um símbolo dos discursos ideológicos usados na construção, reprodução e transformação das categorias étnicas/nacionais; como participantes das lutas nacionais, econômicas, políticas e militares (WALBY, 2000, pp. 250-251). Na análise dos constitutivos do “ser mulher” na constituição do projeto eugênico, evidenciou-se nas teses o envolvimento feminino principalmente voltado à reprodução e à transmissão de cultura.

As mulheres e as relações entre os sexos são efetivamente usadas em alguns projetos étnicos/nacionais devido sua importância sob os fatores demográficos como a taxa de natalidade. No projeto de Brasil eugênico era de grande importância a definição que quem

²⁹ “Homo sacer” é um termo romano que designa aquele que é condenado à exclusão das leis civis, cuja vida não pode ser tirada de maneira sacra ou ritualística, mas podendo ser exterminada por qualquer indivíduo. Autores como Giorgio Agamben, Slavoj Žižek e Hanna Arendt o empregam no sentido de humano que não pertence à estrutura da sociedade.

deveria ou não procriar, demonstrando uma flexibilidade do discurso sobre a maternidade, em detrimento de sua fixidez biológica. Para a autora, a noção de “civilização” se mostra saturada de ideias sobre as relações corretas entre os sexos e as formas de relações sexuais. Segundo Walby, o comportamento feminino senhoril foi um suporte da civilização imperialista, assim como “o saneamento e o cristianismo, a respeitabilidade feminina almejava convencer os colonizadores e os povos colonizados de que a conquista estrangeira era correta e necessária” (WALBY, 2000, p.251). Além da feminilidade, também a masculinidade se demonstra como uma importante questão. No caso eugênico, os quartéis e a formação do soldado ideal em sua constituição moral e física demonstram articulações práticas realizadas a partir do projeto eugênico de nação. “Por projeto nacional compreende-se um conjunto de estratégias coletivas, voltadas para as necessidades percebidas de uma nação, que incluem o nacionalismo, mas podem incluir outras” (WALBY, 2000, p.256). Pode-se dizer que há uma influência mútua, a nação impacta o sexo, como esta causa impacto na nação. Portanto, a categoria sexo e as relações de gênero não devem ser analisadas fora das relações étnicas e nacionais.

O corpo biológico, fundamento “natural” da diferença foi percebido como criação do social. Poder-se-ia tratar o corpo como “uma superfície pré-discursiva, pré-existente, que sofre as coerções, as disciplinas, a modelagem social? Ou, ao contrário, uma construção social que lhe confere imagem e forma?” Tais questionamentos da historiadora Tânia Swain (2000, passim) irão direcionar este subcapítulo em busca de resposta ou mais questionamentos ao analisar a narrativa eugênica. Segundo a historiadora as narrativas feministas, devido sua pluralidade e dinamismo, “penetraram as redes discursivas do século XX, desafiando os regimes de verdade que instituem o mundo e suas significações, tais como o corpo biológico (natural) e o papel social (cultural)”. Desta forma, a partir da análise acerca da eugenia e suas delimitações para os indivíduos, pode-se compreender os processos e mecanismos que moldaram os corpos em feminino e masculino, que foram “interpelados pelas práticas de dominação, de assujeitamento ou de resistência” (SWAIN, 2000, p. 48). Não é o intuito desta pesquisa analisar as vertentes feministas no discurso eugênico, mas sim, a partir da leitura de mundo proposta pelos intelectuais, perceber as correntes que interrogam ou confirmam o social e suas instituições.

Mesmo utilizando a categoria de gênero e suas representações sociais do período analisado, não há como vincular o discurso eugênico a um feminismo meramente por este reivindicar melhores condições de salubridade para as mulheres, estas políticas apenas reforçam a ideia de divisão sexuada do mundo. Ao definir o papel e o “ser mulher” atrelado à imagem do frágil e do maternal, a retórica eugênica atribui sentido às práticas sociais da

comunidade nacional, pautadas a partir da procriação como eixo de relação entre os sexos regendo assim, as práticas sexuais em torno das noções de “normalidade” e “natureza” (SWAIN, 2000, p. 50). De fato, o dever para com a maternidade não se demonstrava apenas como uma resposta às necessidades do indivíduo masculino, mas também, como uma obrigação moral para com a pátria e sociedade. Para Swain, a identidade da mulher nesse sentido ao ser vinculado com o:

Reprodutor, receptor, passivo, o sexo da mulher não existe senão para responder aos desejos, às necessidades do masculino individual e social. Assim, a identidade generizada se estabelece moldando os corpos e define o feminino. Desta maneira, o binômio sexo/gênero se traduz de maneira implícita e natural em sexualidade reprodutiva, heterossexual e instala então a imagem da "verdadeira mulher", cuja função materna desenha os contornos e as funções sociais de um corpo sexuado (SWAIN, 2000, p. 50).

Neste sentido encontram-se binarismos na constituição dos indivíduos pertencentes à comunidade nacional eugênica e na divisão do mundo de valores. O lícito e o não lícito em relação ao sexo, a boa e a má conduta em relação à sexualidade são determinadas em torno da possibilidade ou não de procriação. “Os corpos são identificados pelo sexo e a proliferação de práticas sexuais se faz ainda segundo o modelo central de uma sexualidade binária e reprodutiva” (SWAIN, 2000, p. 56). Fundamentada no biológico, a representação da mulher se dá associada à da “verdadeira mulher”, a mãe. Desta forma, pode-se dizer que:

O sexo-discurso produz corpos aos quais confere uma "sexo-significação" sobre uma matriz binária e normalizadora, fundada sobre a reprodução, bem como sobre uma pluralidade de sexualidades que não cessam de se referir ao "sexo originário", o procriador. Desta forma, os mecanismos de construção dos corpos, as estratégias e táticas se desvelam nas práticas sociais, que definem os corpos "femininos" e os marca de inferioridade (SWAIN, 2000, p. 60).

Neste sentido, pode-se dizer que o processo de identificação do “ser mulher” se dá sob um desempenho social pautado em um fundamento biológico, no entanto, a adoção do gênero “é um ato performativo, mecanismo criador do sujeito biológico feminino nomeando-o e designando-lhe seu lugar e seu papel degenero”. No processo de construção de uma sociedade eugênica no Brasil, pode-se analisar o sexo, como “uma “in-corporação”, criação de corpos sexuados inseridos em uma ordem sócio histórica, definida através de suas práticas discursivas, normativas, pedagógicas” (SWAIN, 2000, passim). Cristalizando desta forma o: “natural”, o “instinto materno” ou a heterossexualidade como reguladores de identidades e do ser no mundo. Tais conceitos nada mais são que uma ilusão “construída e repetida para

manter sua própria instituição” (SWAIN, 2000, p. 68). Assim, o sexo passa a ser pensado “não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos” (BUTLER, 2013, p.28) vinculando o casamento e a instituição da família como cerne do debate eugênico.

Segundo o intelectual mendelista Pedro Monteleone, o papel da eugenia seria o de “evitar nas uniões sexuais, a reprodução de seres morbidamente tarados”. Para ele, a hereditariedade seria a base material da eugenia. Neste sentido, os casamentos deveriam ser eugenicamente orientados para “diminuir e atenuar os vícios de família”, evitando a transmissão de disposições mórbidas de pais a filhos e “a procriação de entidades malformadas, degeneradas, inúteis á família e á pátria” (MONTELEONE, 1929, p. 28).

Durante o período analisado além da preocupação com a genética da prole também havia, como mencionado por Marques (1994), a preocupação de constituir uma vasta rede institucional de controle da população. Se o progresso ocasionava a exclusão dos não aptos a ingressarem no dito processo civilizatório, quais ações seriam desenvolvidas para manter essa parte da população? A fim de evitar uma desordem no sistema social, forças sociais foram mobilizadas, como instituições escolares, médicas e quartéis. Ao desenvolver tal análise percebeu-se que o quadro de indesejáveis para a composição da sociedade, para além do determinismo racial, abarcava indivíduos que apresentassem sintomas de uso de tóxicos como álcool, morfina, cocaína (substâncias presentes no cotidiano de grande parte da população e que ao serem consumidas provocavam mudanças de comportamento). Também era considerada inapta qualquer pessoa que apresentasse estados atípicos de degeneração ou perturbações psíquicas como delírio, paranoia, psicose, manias, depressão, esclerose, ocasionando assim, acúmulo de pessoas em manicômios devido aos diagnósticos imprecisos. Indivíduos portadores de sífilis eram considerados um mal a ser combatido com urgência, pois, além do quadro clínico apresentavam características de depravação moral. Tendo como parâmetro os seres indesejáveis, dever-se-ia impossibilitá-los de gerar descendentes, pois, estes carregariam em seus caracteres a tendência aos mesmos vícios e “defeitos”. Desta forma, planejava-se constituir um futuro mais “limpo” em aspectos de beleza física, social e moral.

Assim, buscou-se quem são esses sujeitos na história do pensamento científico e político do período, como este atribuiu sentido ao próprio contexto. No país a perspectiva eugenista sempre apresentou caráter de busca por modernidade civilizacional. Debater sobre a eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, o que possibilitaria retirar o estigma do atraso civilizacional no Brasil. Ratifica-se o fato de que essas teses não formaram

um conjunto homogêneo, mas apresentaram diferentes concepções no mesmo grupo de intelectuais.

3.1 Padrões de Normalidade: Eugenia e o “Ser Mulher”

Na prática eugênica, a reprodução caracterizou-se como um mecanismo do dispositivo da sexualidade, tornando-se uma ação controlada por seus agentes, buscou-se substituir o mistério que envolvia o surgimento de um novo indivíduo pela certeza científica do surgimento de um organismo cujas características seriam pré-estabelecidas. Tratando a biopolítica e o biopoder como uma forma de intervenção no fazer viver e na maneira de viver, a partir do discurso eugênico têm-se as delimitações dos padrões de normalidade de definições do ser no mundo. Neste sentido:

A percepção do corpo como o local da subjetividade humana, permite que ocupemos nossos lugares, no entanto, a constituição deste corpo pautado por outro, colocado para fins de seleção ou regeneração racial, tem-se interferência na autonomia do ser. A eugenia interfere principalmente, em primeiro momento o ato de auto reconhecimento, supondo preferências e, prioridades de terceiros que ainda não vieram-a-ser (PONTIN, 2007, p. 54).

Na tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1921, pelo médico, Manoel Tavares Neves Filho, debateu-se acerca da definição dos anormais e dos processos de esterilização necessários enquanto fator eugênico. O médico defendia o processo de esterilização, atribuindo-lhe o caráter de “excelência da medida eugênica” e alegando que através dos registros de hospitais, manicômios judiciários, reformatórios e asilos de toxicômanos seria possível o rastreamento daqueles que apresentariam risco à sociedade. Para o autor, devia-se encarar essas pessoas com “taras acentuadas” e “tendências nefastas a sociedade humana” sob o ponto de vista do peso morto que eles representam para o Estado. Dessa forma, era necessário ficar atento para sua fácil reprodução e para perpetuação da sua descendência maléfica. Para tal, seria “necessário um programa de estudos de onde, sem discordâncias, resultaria uníssono o elogio da esterilização dos anormais como fator eugênico” (FILHO, 1921, p. 20).

Neves Filho desenvolveu sua argumentação baseado nos estudos de Darwin, Haeckel e Spencer e classificou as sociedades humanas em duas grandes classes: os “normais”, isto é,

os dotados das melhores disposições para continuar a vida e deixar descendência e os “degenerados”, que trazem consigo taras hereditárias patológicas. O médico também trabalhou com os preceitos de Bénédict Augustin Morel³⁰, o qual em seus estudos foi definidor de vasta classe dos degenerados. Segundo Neves Filho, Morel era católico e na tentativa de harmonizar seus sentimentos religiosos com as suas ideias científicas, buscou um tipo de comparação no ser supremo. Partindo deste princípio, todos os indivíduos que não se assemelhassem ao tipo original, eram considerados degenerados. Desta forma, Morel diagnosticava degeneração pelo menor defeito físico observado no indivíduo. Os diversos fatores que intervinham na produção da degeneração seriam: as intoxicações, o meio social, as profissões industriais, a miséria, as transformações patológicas hereditárias, as enfermidades congênitas e adquiridas. Conforme estas causas classificavam-se em classes distintas os tipos de degeneração, por intoxicações, por uma afecção mórbida anterior ou por um temperamento doentio. Seguindo esta influência, Neves Filho compôs um quadro dos eugenistas brasileiros que defendiam a importância da higiene e do processo de higienismo como ferramenta eugênica.

Na tese demonstrou também estudos sobre as relações entre a degeneração e as enfermidades moral e congênita, sob influência da herança. Não deixando desta forma, o conceito de hereditariedade de lado. Desprezando o tipo perfeito de Morel e apoiando-se em bases positivas, para Neves Filho o degenerado físico seria um indivíduo que poderia apresentar “estigmas morphologicos e physiologicos de degeneração, mas que apresenta sempre estigmas degenerativos psychicos acampanhados a meúde de um agravamento hereditário” (FILHO, 1921, pp.22-23). O sentimento de família e de religião demonstrou-se conflitante com os processos de esterilização, como um atentado à liberdade individual e uma ausência de sentimento de humanidade. No entanto, Neves Filho defendeu que: “Não podemos taxar de desumano um tão salutar meio de aperfeiçoamento”. Alegou que em alguns países como a Suíça, se cometia uma espécie de abuso científico ao praticar a esterilização ilegalmente em “loucos e idiotas nos manicômios de Will e São-Galo”. Para o autor, no Brasil, dever-se-ia esperar que os dirigentes, os legisladores, interpretando todos estes

³⁰ Com formação na França, psiquiatra franco-austriaco (1809-1873). Foi o primeiro a utilizar o termo “démence” precoce que se referia ao que hoje é conhecido como esquizofrenia, estudava doenças vinculadas e causadas por degeneração. Atestada a degeneração, por sua vez, daria lugar a distintas enfermidades mentais: epilepsia, debilidade, loucura e, inclusive, ao comportamento criminal. Para ele, loucura, crime e degeneração estariam significativamente associados.

sentimentos, se pronunciassem em prol desta “medida salutar”. O médico eugenista defendia que a esterilização era sim um fator eugênico significativo, mas que este deveria ser praticado uma vez preenchidos alguns requisitos que, somados, dariam em resultado a chamada “indificação científica”, seriam algumas destas condições:

A esterilização dos anormaes é medida de elevado alcance para a formação das Sociedades validas e para o aperfeiçoamento physico, moral e intelectual da raça. As suas vantagens incontestaveis decorrem dos conhecimentos das leis da hereditariedade e se afirmam nos bons resultados que d’ella colheram os paizes que por lei a praticam. A sua realização deve obedecer a disposições legaes e deveria ficar a cargo de uma comissão composta de quatro membros: **um psychiatra, um antropologista, um medico clinico e um cirurgião**. O processo ideal seria aquelle que não determinando graves alterações ao organismo, **reduzisse o individuo á impotencia gerandi**, suprimindo-lhe o poder fecundante (FILHO, 1921, p. 55, grifos nossos).

Estes controles reguladores sobre os processos biológicos, o corpo e a espécie, a partir de uma ação eugenética restritiva compreendia três medidas principais: regulamentação do casamento, segregação e esterilização. A chamada eugenética construtiva era a baseada, sobretudo, na educação higiênica e na propaganda dos princípios da eugenia e da hereditariedade. A categoria sexo, nesse momento, era pensada como passível de intervenção por parte do Estado, desta forma, ocupou as mentes dos eugenistas durante os anos 20 e 30 no país, sob o cânone neutro da ciência. Entre o indivíduo e seu sexo encontravam-se as campanhas intervencionistas buscando estabelecer padrões médicos para regulação da sexualidade e da natalidade (MARQUES, 1994, p. 75). No texto de 1929, “A Eugenia Prática”³¹, Renato Kehl também defendeu o processo de esterilização, alegando que compreendia que a proposta poderia parecer “um atentado, uma brutalidade, uma pratica anti-christã”, mas acreditava que tais críticas às medidas eugênicas eram úteis no sentido de divulgar e promover a curiosidade sobre as ações “arejando os grandes problemas, e para avivar ou despertar a consciencia de muita gente, cujo cérebro se acha encapsulado na ignorância, na indiferença, ou utilitarismo” (KEHL, 1929, p.9). Ainda na defesa da urgência do processo de esterilização, Kehl atrelou egoísmo aos que se demonstravam contra o procedimento:

³¹ Este texto foi em resposta à críticas que as medidas eugênicas começaram a despertar.

Para espíritos que, combatendo tal medida e ultraphylaxia, admitem, entretanto, que um louco, um criminoso reincidente, um alcoolista delinquente, contraia matrimonio e gere um, dez, vinte outros degenerados, e estes, outro muitos, numa escala infinita; ou para outros espíritos que, si não concordam, fazem vista grossa ás esterilizações que todos os dias são praticadas, apenas, com fins egoisticos (1929, p.6)

Na análise de Sampaio (1928), a segregação constituía-se como uma medida relativamente branda em relação às outras medidas seletivas, e seria talvez melhor recebida que aqueles outros projetos eugênicos. O autor defendeu também que a segregação apresentava sérias dificuldades por se tratar de uma medida dispendiosa, pois implicava na criação e manutenção de institutos especiais, assim como, haviam as dificuldades provenientes da determinação precisa dos indivíduos que deviam ser segregados nessas instituições. Portanto, defendia que o melhor método eugênico deveria consistir nas restrições ao direito de casar, que seriam estabelecidas por lei, ou seja, baseando-se no princípio de que os dispositivos legais não deveriam cuidar somente de “salvaguardar os interesses individuais, mas também os da espécie”. O casamento foi assim considerado como uma instituição de ordem pública, interessando mais à sociedade que ao próprio indivíduo. “As restrições legais do casamento em relação aos interesses da espécie se referem a um controle da quantidade e da qualidade dos indivíduos, aparecendo assim como medidas eugênicas da maior importância” (SAMPAIO, 1928, p.17).

Ao contrário de outros processos de seleção artificial (segregação, práticas neomalthusianas³², restrições ao direito de casar), em que o indivíduo era colocado em determinadas condições, de modo a não poder manifestar a sua faculdade reprodutiva, na esterilização eugênica esta capacidade, por meio de alterações anatômicas e fisiológicas que o indivíduo poderia sofrer, seria abolida de modo transitório ou permanente, como acontecia na maioria das vezes. As indicações desta última se confundem com profilaxia social. Esta prática seletiva, segundo o intelectual, teria sido sempre motivo de acalorados debates nos vários países. De modo geral, a esterilização eugênica era indicada nos casos em que o indivíduo se mostrava portador de um caráter patológico, “cuja transmissão hereditária é indiscutível e em que a incurabilidade do defeito hereditário é também estabelecida” (SAMPAIO, 1928, p.19). Sampaio definiu a esterilização eugênica como uma medida de seleção artificial, obtida na grande maioria dos casos por meio de processos cirúrgicos,

³² A teoria neomalthusiana pregava uma forma de controle na qual o Estado deveria patrocinar todo o tipo de assistência, inclusive aborto, vasectomia, ligadura de trompa etc. (CABELEIRA, 2012, passim.).

podendo ser voluntária ou obrigatória. Como exemplo da seleção artificial voluntária, o autor mencionou aquelas realizadas em hospitais particulares europeus e em relação à seleção artificial obrigatória fez alusão às realizadas em instituições autorizadas, nas circunscrições territoriais em que está estatuída em lei. A esterilização eugênica apresentaria suas indicações gerais nos casos de caracteres degenerativos transmissíveis por herança, contanto que estes defeitos hereditários fossem incuráveis.

Sobre a definição dos “anormais” e processo de identificação, apresentou-se um binarismo contido no “nós” social, criando em torno da norma um espaço de rejeição e inclusão. Homem/mulher sexuada com práticas definidoras de seus corpos, essencializando identidades na integração entre o sexo e o gênero, “entre um biológico tido como natural e um esquema de atribuições sociais a ele atrelado”. Swain destacou a categoria da maternidade enquanto representativa da “verdadeira mulher”, delimitando assim um corpo feminino com determinadas funções biológicas as quais, tem um destino pré-determinado. Desta maneira, a reprodução teria sim um lugar central no discurso eugênico, pois enquanto traço biológico adquire uma “significação e um peso que delineiam o feminino na rede de significações sociais”. Swain alocou a reprodução como um dos signos “que criam as mulheres e o feminino em um sistema de poder e de hierarquia, subordinando-as ao masculino” (SWAIN, 2000, pp. 49-50). Ao se tratar da constituição da comunidade nacional eugênica imaginada, pensando nos indivíduos como seres imersos na coletividade, seria o discurso eugênico uma relação de mera submissão ao patriarcado?

O assujeitamento, como resposta individual à observação do social que cria as identidades e a identificação a um grupo, pode definir sua inclusão no espaço social. O discurso eugênico demonstrou mecanismos sociais produtores e reprodutores de representações cristalizadas de discursos dotados de autoridade com resguardo legitimador, na história quanto à retomada da estética clássica, religiosa no apelo à moralidade cristã, médico e científicos na argumentação da melhora da prole, e, políticos na busca da constituição de uma identidade nacional pautada pela eugenia. Sob este aspecto, celebra-se a maternidade “como um duplo nascimento: da criança e da mulher, que realiza assim seu potencial procriador e desta forma, seu destino” (SWAIN, 2000, p. 51).

Dessa maneira, pode-se concluir que os sentidos atribuídos aos corpos são uma invenção social que superestima um dado cuja importância, culturalmente variável torna-se um destino natural e indispensável para a definição do “ser mulher”. De fato, grande número de análises dedicaram-se sobre as esferas do privado e do público, enquanto domínios de exclusão ou de pertencimento. Por este aspecto, a instituição do casamento tanto no civil

quanto no religioso, assim como a maternidade, aparecem como elementos constitutivos do “ser mulher” enquanto lugar ideal do feminino. A partir de normas e valores morais o corpo se configura e impõe uma identidade e um lugar no mundo. A reprodução em algumas teses demonstra-se como algo que deve ser mecânico, longe dos preceitos do romantismo, mas, ainda assim, a ternura e o manto do estereótipo do “instinto materno” inerente a toda mulher de verdade, é celebrado e desejado como padrões moralizadores da sociedade a partir da instituição da família. Desta forma, as funções corporais biológicas regem as relações simbólicas e sociais que homem e mulher devem ter perante a sociedade e à pátria. Assim, a representação social do ser humano se dá pelos corpos definidos por um sexo biológico, dando-lhes um lugar e funções: privado, esposa e mãe para as mulheres; público, marido e provedor do lar para os homens.

Sobre alguns paradoxos que podem ser gerados na propagação da eugenia, Domingues (1933) definiu que existiam três grandes problemas: um de ordem biológica, outro de feição moral e por fim um problema social. Para o intelectual, o problema biológico, já estaria sendo resolvido, embora parcialmente, em matéria de hereditariedade. Domingues defendeu que salvo algum ou outro extremista, em geral os eugenistas teriam uma elevada compreensão moral da natureza humana, e por isso a eugenia no Brasil não pretendia “fazer da humanidade um mero rebanho”, cujas procriações sejam determinadas exclusivamente por motivos de ordem genética. O que a eugenia divulgava, pedia e exigia é que os homens, ao escolherem sua companheira, não desprezassem, nem colocassem em plano secundário, a questão biológica do matrimônio porque “o essencial, antes de tudo é opor um dique às fontes de degeneração, é educar convenientemente os adolescentes para uma escolha matrimonial, que pelo menos – como diz o padre Muckermann – *não arrisque a saúde dos porvindouros*” (DOMINGUES, 1933, p. 117, grifos do autor). Se há o dever moral de respeitar o bem-estar, a paz, a saúde dos nossos semelhantes, muito mais digno de respeito deveria ser o bem-estar, a paz, a saúde dos nossos descendentes. Sobre o paradoxo dos preceitos da moral religiosa e a ciência em relação aos descendentes, Domingues expressa que:

[...] a ninguém é permitido espalhar a dôr, a miséria, fazer de seu semelhante um aleijão. Razões mais poderosas ainda não devem permitir que alguém faça aleijões a sua própria prole, crie uma descendência capaz de um dia maldizer o instante que nasceu. Ha eugenistas que sacrificam o progresso da propria Eugenia, pedindo uma reforma de costumes, a destruição da moral religiosa, um quase apêlo á moral comunista, talvez... As religiões que estabelecem as leis morais há mil e quinhentos ou mil e seiscentos anos, não podem continuar impondo seus dogmas a uma humanidade inteira nos momentos críticos em que torna excessiva a população (DOMINGUES, 1933, p. 120)

Sob este aspecto, para o autor, existia o mesmo perigo na superpopulação como na baixa natalidade. Na perspectiva de Domingues, as velhas normas morais das teologias deveriam ser substituídas por uma moral mais conforme com as leis naturais e com os postulados da ciência. Para ele, o preconceito científico também se constitui como um preconceito, a eugenia possuía uma base científica, da qual tirou conclusões práticas, que iria se sobrepôr aos dogmas religiosos ou não religiosos, “sem buscar reformas da moral comum, porque ela não é contra a moral, ou contra qualquer coisa. Sua grande inimiga é tão somente a ignorância biológica” (DOMINGUES, 1933, pp. 120-122).

No que tange o problema social, Domingues derivou da própria conclusão tirada do aspecto moral da questão. Se os indivíduos detinham o direito de multiplicar suas “taras, criando descendentes inferiores”, a sociedade teria por sua vez o direito de providenciar para que ele cumprisse esse dever moral, que assumiu implicitamente com a posteridade. Ou, no mínimo, deveria procurar fazer o possível para que o homem compreenda que:

[...] o ato de gerar, na sua espécie, não é um ato apenas fisiológico, como entre os irracionais, e que decorre da satisfação de um instinto, apenas. Ao contrário, é um ato que tem uma finalidade moral das mais elevadas e dignas de serem atentamente consideradas, nas suas consequências fatais (DOMINGUES, 1933, p. 123).

O radicalismo evidenciado na década de 1930 usava como argumentação, o sucesso dos programas de esterilização em outros países. Considerando que o Brasil era visto como uma nação amplamente miscigenada, “uma das principais discussões que passaram a mobilizar os eugenistas brasileiros a partir dos anos 1930 dizia respeito à imigração e a formação de sua identidade racial” (SOUZA, 2012, p. 17). Averigua-se que, nesta conjuntura a ideologia oficial do Estado brasileiro, apesar de ambígua em determinadas ações, consistia na valorização da mestiçagem, contrariando desta forma, diversos aspectos de uma intervenção eugênica pautada no biológico em detrimento do meio. Como já mencionado no capítulo anterior, durante a década de 1930 trabalhos como o do intelectual Gilberto Freyre vinham obtendo maior atenção do Estado brasileiro devido a busca de uma unidade nacional cultural. Neste período, eugenistas como Roquette-Pinto, passaram a publicar que o mestiço brasileiro não era racialmente inferior. Ao contrário, esses autores procuravam destacar que a diversidade racial e cultural existente no Brasil contribuía para aumentar a harmonia e a singularidade da civilização luso-tropical (SOUZA, 2012, *passim*). No entanto, isto não significou que a eugenia que visava o combate da miscigenação, como proposta por Renato Kehl e Oliveira Vianna, deixaria de ser pesquisada e publicada.

Em um discurso Nereu Ramos (1939), interventor federal em Santa Catarina, abordou a questão da nacionalidade no período em que a língua alemã era proibida no país:

Em livro encontradiço nas escolas estrangeiras que, por desfigurarem a alma da nacionalidade, foram ultimamente fechadas, depara-se a afirmativa de ser Blumenau cidadezinha puramente alemã – *reindeutsche Städtchen*. Blumenau não é cidade alemã. É cidade brasileira, pelo trabalho de seus homens e pelo coração entusiasmado de seus filhos. Os que aqui nasceram, não nasceram para servir a outras pátrias, nem para cultivar outras tradições, nem para alimentar outros sentimentos que os despertados pela bandeira incomparável do Brasil. Si língua diferente da nossa aqui predominou, culpa não cabe aos aqui nascidos, sinão as instituições brasileiras, exageradamente liberais, e àqueles homens públicos que, refugindo criminosamente à realidade, não encararam o problema com o destemor e a segurança com que o fez o Estado nacional, implantado a 10 de novembro pela clarividência política do grande Presidente Vargas e pelo patriotismo das nossas gloriosas fôrças de terra e mar (RAMOS, 1939, pp. 8-9, grifos do autor).

O interventor salientava a força dos idiomas enquanto instrumentos poderosos de unidade política. Desconhecer a língua da pátria era pecar gravemente contra ela. “É faltar a um dos seus grandes mandamentos. Desestimá-la, atentar contra sua unidade” (RAMOS, 1939, p. 10). Em sua fala, a cultura física também tinha grande destaque para o renascimento nacional, deveria ser parte integrante da vida brasileira. “Não cumprirá o seu dever para com o Brasil a juventude que não se afeiçoar aos exercícios físicos, deles fazendo artigo de fé e mandamento cívico” (RAMOS, 1939, p.21). Estellita Ribas também já destacava em sua tese cerca de uma década antes, a importância de um controle mais rígido por parte do Estado, defendia que este deveria controlar as uniões, porque a liberdade de procriar estaria se tornando “a faculdade de presentear a sociedade com seres anormais, tarados e inúteis. É preciso combater o mal que se avoluma e que, ameaça a geração de amanhã, afogando-a na crescente massa de abortos e de debéis infantis, dessas creanças que morrem unicamente por falta de vida” (RIBAS, 1927, p.67).

Durante o período do Estado Novo, para os eugenistas e indivíduos vinculados ao Estado, o novo governo não se constituía apenas pela simples atitude, mas sim, através da realização em todos os setores da vida brasileira. Nesses aspectos, políticas vinculadas às delimitações de padrões corporais tornaram-se mais evidentes. Segundo Ramos (1939), no Código Civil de 1916, estabelecia-se a obrigatoriedade da educação física em todas as escolas primárias, normais e secundárias, tendo sob perspectiva que o progresso de uma nação estaria sempre em proporção de seu zelo pela educação física. Para o interventor, onde se definia a decadência da cultura corporal, podia-se ter, por certa, a decadência geral do país, cuja base econômica forçosamente estaria no vigor físico de seus filhos. Como comumente utilizado na

narrativa eugênica, seria esta a lição, que herdamos dos gregos e romanos e dos demais países que podiam ser considerados padrões de civilização e modernidade. Neste período também, incentiva-se a especialização de professores de educação física com intuito fomentar um saber especializado para cuidar da saúde física nas instituições de ensino.

“êsses fanaticos da forma que não compreendiam sinão o homem bem feito, belo, elegante e forte”; dessa antiguidade helênica – genetriz de toda a beleza, que de Hercule e Teseu fazia deuses, de Milão de Crotona, um semi-deus e dos Titans, heroes; é ainda êsse o ensinamento, com que modernamente nos estimulam e censuram os Estados Unidos, a Finlândia, a Inglaterra, a Alemanha, os Belgas, a Suécia em que a cultura física, antes de ser guinada à categoria de instituição oficial ocupava há o primeiro plano nos hábitos do povo”. Foi sob a sadia inspiração dessa verdade indisfarçável que instituímos, com a competente e habil direção do professor Aloir de Queiroz, posto à disposição do Estado pelo eminente Interventor do Espírito Santo, o Curso de educação física aqui hoje nos congrega para consagrar solenemente os seus primeiros professores. Lacuna das mais sensíveis a que marcava o nosso aparelhamento escolar, preocupando quase que exclusivamente da parte espiritual da educação. Assim falo, porque a educação física que, em traços fugidos, praticavam os nossos estabelecimentos de ensino, mas escapava áquilo de Gustavo Capanema: “ao invés de aprimorar a infância e a juventude, não raro lhes levava a deformação ou lesão irreparável”, porque ministrada por “mestres improvisados no preparo e errados no saber” (RAMOS, 1939, pp.17-19).

Neste sentido, estimulava-se a prática da educação física nas escolas e fora delas: “o esporte, não como simples diversão, sinão sobretudo como meio de revigoroamento da raça” (RAMOS, 1939, p.22, grifos do autor). Para Monteleone, a eugenia já vinha contribuindo para a transformação lenta, mas eficaz das gerações, “não póde haver contraste mais violento e, ao mesmo tempo, mais confortador. Estabeleça-se cotejo entre o joven de agora e o desse mesmo tempo. Só o saudosismo doentio não consegue ver as vantagens da cultura physica do nosso século” (MONTELEONE, 1929, p. 129). Nas figuras a seguir, pode-se perceber as definições corporais do perfil eugênico:

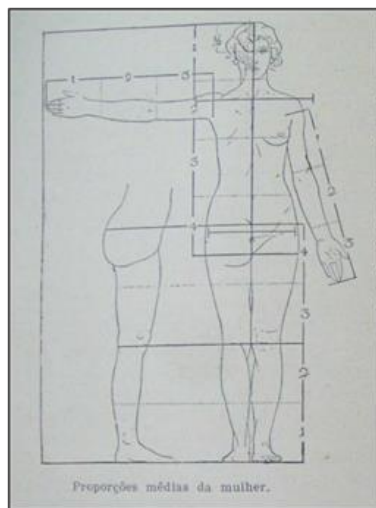




Figura 4 – Padrão corporal não desejado (ROCHA, 1926, p. 39)

Sobre o esporte e a definição do corpo da mulher eugênica, o médico Virgílio Mauricio Rocha, apresentou sua tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1926. Seu estudo é voltado inteiramente à mulher, ao interesse eugênico vinculado à constituição, o desenvolvimento e a forma. A partir do ideal de beleza proporcionado por demais práticas eugênicas e especialmente devido ao esporte, o médico construiu sua argumentação quanto aos métodos para banir a degeneração. Para o autor a mulher foi sempre esquecida no quadro das proporções e o homem o eixo de todos os estudos. Rocha (1926) apontou que os corpos de ambos os sexos repousavam sob um padrão único e defendeu que a anatomia seria a mesma para ambos. Todavia, para ele existia variantes que poderiam ser encontradas não somente no sexo, mas também em cada indivíduo: descrever as formas da mulher é indicar sobretudo em que elas diferem das do homem. Neste sentido, a proporção da mulher, em conjunto, está em relação direta com a do homem, para o médico o corpo segue as mesmas subdivisões e as marcações obedecem a idêntico critério. Porém, ressalta que pela sua estrutura, a mulher apresenta outras proporções, na extensão dos diversos diâmetros transversos, comparadas com as verificadas no sexo masculino. Rocha (1926) visualizou a mulher de maneira romantizada, vinculando sempre à feminilidade, à maternidade, àquela que apesar do cansaço físico é capaz de mover todos obstáculos por seus filhos e entes queridos, o altruísmo também seria uma de suas qualidades intrínsecas, um ser basicamente ligado ao teológico. E por tais características e abdicação da própria vida em função de outrem, também atrelou a ela certo “poder” sob o homem:

Vemos Santo Agostinho regenerado por uma mulher – Monica, sua mãe, Hollophermes abatido por mão feminina – Judith; observamos nos antigos impérios a predominância da mulher; Salomão é dominado pela rainha de Sabá, domínio mystico e amoroso; as letras, as artes, as sciencias, foram igualmente prestigiadas pela mulher. A história está opulenta de numerosos e significativos exemplos. Ella é pois nosso único conforto e objetivo único em nossa jornada. É a razão-de-ser de nossos destinos. Esse culto nós lhe somos devedores desde que abrimos os olhos para o mundo. Nosso primeiro sorriso é o sorriso de nossas mães; nossa primeira lagrima o inicio de seu sofrimento, Mãe, palavra que nunca encontrará equivalente em nunhum dicionário, em nenhum tratado, em nenhuma expressão. Esquece o indispensavel repouso, quando ao lado do berço seu filho reclama seus olhar, sua caricia; permanece dia e noite, sustentada pela sublimidade de seu destino, esquecida d’ella mesma, alheia a tudo que se passa em derredor, com o único ponto no seu olhar e no seu peusamento – o filho que a deseja, que necessita de seu amparo. Nada a demove; o cansaço physico, o somno, o mal estar, lhe são indiferentes e só abandona o berço quando o perigo está conjurado, quando o fruto do seu amor repousa e adormece. Ao coração da mulher-mãe só é comprável o tabernáculo onde, na hóstia consagrada, permanece, vivo e latente, o corpo de Deus. Estudada pelos poetas que exaltaram suas qualidades, pelos moralistas que desnudaram seus defeitos, pelos publicista que discutiram seus direitos, os medicos suas molestias, pelos physiologistas que revelaram os mais íntimos segredos de sua organização, segundo escreve o Doutor Cerise, a mulher mereceu de todos assignalado relevo e a justiça ao seu devotamento, altruísmo, abnegação, não lhe tem sido recusada (ROCHA, 1926. p.20).

Mas o principal viés argumentativo de Rocha estava na beleza adquirida e aperfeiçoada em meio aos exercícios que aliam o esporte à higiene. O esporte auxiliaria a obra da natureza; corrigindo e individualizando as formas. Ao moldar os corpos às leis de higiene e da estética, coordenando todos os movimentos, enquadrando na atitude e no gesto, dentro do ciclo da beleza física que proporcionam os que praticam o esporte e a cultura racional, o resultante dessa união da força e do belo seria “uma perene e ascensional conquista da perfeição humana”.



Figura 5 - Padrão de Beleza Feminina Ideal (ROCHA, 1926, p. 15)

A cultura física, que corresponderia ao embelezamento geral, demonstraria que tão útil e necessária quanto a cultura intelectual se demonstra também a nutrição. O alimento seria o fator primordial para a perfeição do corpo humano (ROCHA, 1926, p.28). Rocha defendeu que cabe aos poderes públicos a iniciativa de uma propaganda sistemática em favor da criança brasileira, pois é nela em que consiste toda a esperança do porvir, todo o orgulho da nacionalidade. Sobre os “anormaes”, ele alega que a melhor forma é a prevenção meio às noções de higiene e profilaxia.

Como conservar a saúde? Seguindo os preceitos da hygiene, a saúde é a hygiene. Muito tem ella feito para melhorar nossas condições de vida. A mulher, pela sua natureza, deveres socieaes, é a maior victima que os tratados de pathologia descrevem. Actuam para este resultado a hora incerta das refeições, a falta de um repouso regular, a ausência de um exercício methodico e sobre tudo a influencia imperiosa e definitiva da moda (ROCHA, 1926, p.47).

A vida é o movimento e viver é agir. Para Rocha, a ociosidade é a paralisia aparente. Dedicar-se aos esportes é prolongar a mocidade, e a mocidade é a beleza. Para o autor beleza é saúde e a saúde encontra nos exercícios metódicos e moderados sua estabilidade e resistência. O antídoto para todo o mal da sociedade brasileira seria o exercício físico. O trabalho, a vida ao livre, os esportes. A mulher, mais que o homem, necessitaria do esporte, moderado, regular, metódico, tudo em excesso se torna prejudicial. A maneira pela qual a mulher deveria adotar um exercício físico reside nas suas condições pessoais. A idade seria fator primordial, se o exercício é regular, desde a primeira juventude, a mulher poderá dedicar-se a todos os esportes. Rocha compreende que a mulher já formada e que não solidificou ou educou seus músculos, não poderá entregar-se à prática de exercícios violentos.

A ideia da educação física como fator eugênico, como bem da saúde e do desenvolvimento da raça abriu caminho para que no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) fosse feito um apelo à classe médica a fim de aprofundar a cultura nacional no que diz respeito às bases e orientação científica da Educação Física e começar pela escolha do método apropriado aos brasileiros e ao seu clima. O 1º CBE incita o Governo da República a que, com máxima urgência: organizasse Escolas Superiores de Educação Física para conveniente preparo dos professores indispensáveis à cultura física nacional; institua o Conselho Superior de Educação Física Nacional, órgão consultivo e orientador do grande problema eugênico e promova o preparo de Ginásios e campos apropriados à ginástica analítica e jogos ao ar livre para uso do povo em geral. A educação deveria ser intelectual, física e moral na escola e fora dela no lar doméstico e na vida pública, com propósito de esclarecer, orientar, punir, premiar,

remunerar. Tendo como público alvo a criança, mãe e o adulto e como objetivo principal curar os doentes, nutrir o débeis, corrigir os viciados, fortalecer os bons.

Nesse sentido, destacava-se a necessidade de impor uma profilaxia antimicrobiana aos lares. Caberia então, à mulher o cuidado com a saúde e o bem-estar da família, de modo que se ampliaram suas responsabilidades como dona de casa no controle dos mandamentos da higiene doméstica e em relação à infância. A educação feminina tornava-se chave para a eugenia, pois através dela pretendia-se o aperfeiçoamento físico e moral da mulher, da mãe e das futuras gerações do país. “A “nova mulher”, submetida à tutela médica, além de ser uma agente familiar da higiene social, tornava-se o suporte da moral da sociedade.” (MATOS, 2003, p. 110). Afirmava-se um discurso médico que desqualificava as mulheres que não desejavam assumir o papel de mãe e questionava-se o advento da luta feminina pela igualdade de direitos sociais, alegando que as mulheres deveriam concentrar sua luta por deveres morais equiparados, como a castidade masculina antes do casamento e a fidelidade após, pois só assim a “sagrada família” centrada no casamento monogâmico poderia ser preservada, tendo aí a mulher sua plena realização (MATOS, 2003, p. 113).

Nesta polarização de definição homem/mulher assume-se que:

O “homem é o indivíduo forte e que, com sua agressividade e inteligência, impôs o desenvolvimento da civilização urbana, ao passo que a mulher, por sua natureza passiva e fecunda, deve perpetuar essa civilização através da maternidade. A incapacidade e/ou recusa desse papel por parte da mulher definiria um caráter desviante, estranho à própria natureza. A fragilidade física da mulher a tornaria inapta para se expor aos perigos do mundo exterior, enquanto sua fragilidade mental implicaria a incapacidade de atuar satisfatoriamente na esfera pública (FERNANDES, 2009, p. 1056).

Na análise da enfermeira e mestre em práticas obstétricas Maria Fernandes, as características corporais da mulher foram utilizadas para explicar e legitimar posições sociais e as capacidades cognitivas inferiores atribuídas às mulheres. Por implicação, os corpos das mulheres são presumidamente incapazes das realizações masculinas, sendo mais fracos, mais expostos a irregularidades (hormonais), intrusões e imprevistos (FERNANDES, 2009, p. 1056). O fator biológico foi determinante para a configuração de um ideal vinculado à feminilidade, à doçura e à maternidade como inerentes de toda mulher.

3.2 Discursos Periféricos Atrelados à Mulher e seu dever Patriótico

A família e a maternidade tornaram-se discursos periféricos, porém, intrínsecos ao “ser mulher” e seu dever patriótico. Enquanto mãe, a mulher torna-se um corpo inteligível, pois as significações atribuídas ao feminino aferem-lhe um único sentido: mulher-mãe, sentido do qual a maternidade revela sua razão de ser.

A maternidade é, para a imensa maioria das mulheres, o resultado direto de relações sexuais e, portanto, a prática da sexualidade é o princípio organizador de sua identidade inteligível, em um jogo de "verdades" que cria a ilusão de um sujeito, ontologicamente definido por seu assujeitamento ou resistência às normas reguladoras (SWAIN, 2000, p. 58).

Deste modo, a regulamentação da procriação, as leis que gerem os corpos femininos, a normatização dos comportamentos, conotam a noção de “instinto materno” e a ênfase na importância dada à instituição família enquanto mecanismo de construção dos corpos. Pode-se perceber que a imagem negativa da “mãe” é a mulher nervosa, sem controle, sem limites, promíscua, uma vez perdida sua função e seu funcionamento específico de reprodutora. Em alguns países eram construídos locais afastados para as mães solteiras de boa genética terem sua gestação e parto longe da crítica moral da sociedade, como um método de eugenia positiva que estimulava a procriação. Neste sentido, a eugenia positiva requeria a subordinação da sexualidade à qualidade da prole:

No seio das práticas sociais/históricas, a sexualidade é forjada como ponto de inflexão discursiva que confere ao corpo um sentido sexuado "natural", cuja objetivação cria campos assimétricos de normas. Meu argumento, portanto, é que o sexo é uma construção social, que o estabelece sua importância nos papéis generizados, fixados em torno de um valor máximo que naturaliza as relações heterossexuais: a reprodução. A noção de "maternidade" se enxerta sobre o materno com uma ampla significação que compõe a imagem, as funções, os deveres e ao mesmo tempo, os desejos as pulsões e os sentimentos de uma "verdadeira mulher." (SWAIN, 2000, p. 62).

No contexto do debate eugênico brasileiro o importante não eram os indivíduos em si, mas sua colaboração para o bem-estar da sociedade. A busca pela constituição de um povo brasileiro “forte, hygido, pela razão, pela Eugenia” (RIBAS, 1927, p. 19) e a instituição do casamento e da família, foram as bases da sociedade, sem as quais a ideia de pátria não poderia subsistir. Nesta conjuntura, a ideia de casamento se constituía pela união legal de dois seres de sexos diferentes, segundo Ribas (1927), esse ideal remetia a busca tal como Grécia

antiga, pelo matrimônio com vistas a atingir um fim: religioso e político, ou seja, haveria uma necessidade de assegurar a permanência da família do culto religioso doméstico. Ribas salientou que também para “o direito romano o casamento era encarado como uma das fontes do poder paterno” (1927, p. 23). Desta forma, a eugenia proposta não buscava interferir nos padrões morais patriarcais vigentes na sociedade presente, procurava reforma e regeneração social, mas sem rupturas totais. O matrimônio era assim concebido como um contrato onde homem e mulher completavam-se para, na conjugação dos mesmos esforços e dos mesmos anseios, “cumprirem missões que os tornem um pouco divinos e onde os sêres se tornem menos homem que Deus, mais divino que humano. Missão vasta, elevada, complexa e social é dos sêres que se unem pelo casamento” (RIBAS, 1927, p. 24).

Para tal união ocorrer da melhor forma possível, o exame pré-nupcial se apresentava como um dos meios – senão o melhor – de inibir a “criminosa liberdade de procrear tarados, imbecis e idiotas”. Para Ribas, seria possível reduzir a mortalidade infantil na sociedade brasileira, apenas com a introdução na legislação o impedimento aos sífilíticos, no período contagiante, de se casar. A liberdade individual tornava-se um problema quando o ser se julgava imune para gerar “monstriparos” e infeccionar a prole inteira que, “tarada, irá amanhã cometter crimes de roubos e assassinios afogando a liberdade social bem mais ampla e mais sagrada que aquella!” (RIBAS, 1927, p.69) A argumentação consistia no fato que se exigia apenas “pouco mais que a vacina obrigatória”. Em relação à intervenção do Estado e de órgãos competentes, o autor defendeu que o povo brasileiro era demasiadamente ignorante e não teria capacidade necessária para compreender o alcance da medida e nem a receber ou realizá-la, com eficiência.

Falta-nos compreensão! Sempre que vejo ou que ouço debates sobre um assumpto qualquer de magnitude vem logo a chapa obrigada, batida e reabatida de que falta-nos compreensão. Não vamos esperar que o povo brasileiro tome uma indigestão de compreensão, porque, é claro, no dia em que todos compreenderem de facto o quanto é necessario, no casamento, o exame pré-nupcial, nesse dia então deixará de ser também necessaria a preconisação da lei obrigando o individuo a dito exame. Os mandamentos da lei de Deus não teriam razão de ser se o homem fosse perfeito e não cometesse os desatinos que elles condemnem... (RIBAS, 1927, p.69)

Para além das doenças venéreas, família, maternidade, educação e exame pré-nupcial, outro elemento periférico à mulher e à família analisado nas teses foi a questão do alcoolismo que muito afligia os eugenistas. Ao ser empossado na presidência de honra da Associação Brasileira de Educação o médico Miguel Couto proferiu, sobre o álcool:

o álcool é o maior agente de degeneração do individuo e da raça; a todos os tecidos ataca e á todos degenera; mas se um aparelho da economia se tivesse de designar como o preferido para as suas devastações, seria o systema nervoso – dede o delirio agudo da embriaguez até o “delirium termens” e a demencia alcoolica (RIBAS, 1927, p. 46).

Do estágio de delírio agudo por embriaguez resultaria a falta de caráter do alcoólatra. Para Ribas, que em sua tese estabeleceu um diálogo com as ideias de Miguel Couto e Alexandre Tepedino, caráter seria a consciência à espreita e o álcool a extrairia, caráter seria a substância mesma de cada um e o álcool a dissolveria, caráter “é o aço da criatura que a torna em si mesma igual em qualquer situação e o álcool transforma em cera inconsistente e amoldável” (RIBAS, 1927, p. 45). Nas análises do intelectual, a prole dos alcoólicos seria uma progênie de alcoólicos com estigmas de degeneração física e somática. No entendimento de Ribas, a família alcoólica seria constituída por beberões, epiléticos, imbecis, loucos, deformados e monstros. O alcoolismo dos pais se prolongaria aos filhos através do óvulo:

paes bebados, filhos beberazes, netos criminosos, nas suas representações sociaes – a amoralidade, a malignidade, a brutalidade, a perversidade, a instabilidade, a vagabundagem, impulsões ao roubo, ao incendio, ás fugas, ao homicidio, ao suicidio; e ainda como corollario, a pobreza, a fome, os maus tratos, a indiferença, o desasseio, a super-mortalidade infantil. Na estatistica de Legrain, sobre 761 individuos de descendencia ethylica numeram-se 322 degenerados, 131 epilepticos e 155 loucos (RIBAS, 1927, p. 46).

Na obra sobre o registro individual e arquivos familiares, Kehl, explanou a respeito dos estudos de Galton sobre a questão do talento ser transmitido mais pelo pai do que pela mãe. Kehl salientou as ressalvas que Galton fez acerca da influência do meio sobre a gênese do talento e que estas influências poderiam inclusive retardar ou impedir o aparecimento de certas habilidades. Sobre o fato de certas características, como a inteligência, serem transmitidas geneticamente, Kehl salientou que o fundador da Eugenia pertence, também, a uma família em cuja genealogia se apontam diversas celebridades. Como se sabe, Galton pertenceu à família de Darwin, conforme genealogia exposta por Kehl:

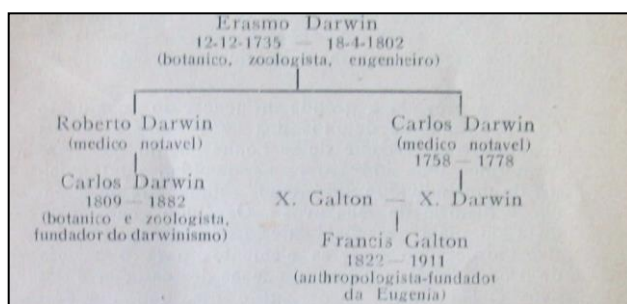


Figura 6 - Genealogia de Francis Galton – (KEHL, 1929, p. 4)

Este exemplo dado por Kehl teve por intuito de demonstrar o fato de que nas famílias com grande estabilidade de aptidões, seus membros revelam de geração em geração a mesma habilidade, o mesmo talento, os mesmos caracteres físicos, vocação e nobreza de caráter. Ele concordava que existem exceções, no entanto, sem invalidar, porém, a regra. É assim evidenciada a importância eugênica do registro individual e do arquivo genealógico de família com o fim de estudar os caracteres familiares, verificar quais são os dominantes, para com isso “prever e preservar os valores hereditários sob o ponto de vista individual, social, nacional, racial, bem assim para prevenir e evitar a multiplicação de máos caracteres” (KEHL, 1929, p.3). Segundo o eugenista, seriam os documentos no presente organizados que serviriam de base para o controle de amanhã. “Não ignoramos a dificuldade, talvez mesmo a impossibilidade de obter proveitos imediatos com os registros propostos. Por enquanto, servirão eles apenas para orientar os mais zelosos e caprichosos na defesa da família” (KEHL, 1929, p. 5). Kehl buscou demonstrar a importância do conhecimento destes fatos para evidenciar o valor prático das informações que se podem colher dos registros individuais e dos arquivos genealógicos de família, no sentido de evitar a degeneração pelas ligações matrimoniais que serão sustadas em tempo.

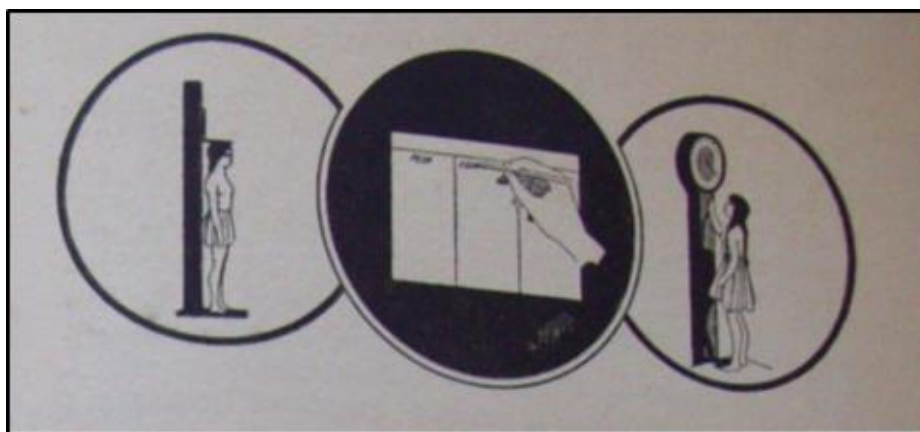


Figura 7 - Registro Individual (AZEVEDO, 1920, p.255)

O registro individual era constituído pelo histórico e dos pelos dados sobre o desenvolvimento “somato-psychico”, dados estes que seriam anotados seguidamente pelos pais e orientados pelo médico de família, até que o interessado pudesse, ele próprio, com auxílio de uma pessoa competente, prosseguir nesse trabalho. Do registro constariam as informações principais sobre as medidas antropométricas e condições de saúde dos pais e dos avós. As informações fornecidas pelos registros individuais dariam elementos para a

organização do que se denomina “pedigree” na zootecnia (KEHL, 1929, p.5) A instituição família e as noções sobre a infância e o casamento se configuram neste período pautadas pelo viés médico-científico.

Kehl comentou em seu texto aspectos sobre o Congresso Nacional de Pediatria realizado em 1923 e destacou a participação de Huerta, um dos mais competentes e esforçados eugenistas espanhóis. Huerta apresentou um trabalho que afirma a importância de um “pedigree” organizado desde o nascimento de uma criança, e que seja completado no decorrer de sua existência, o qual serviria de guia aos pais, aos educadores e mais tarde a ela própria para a escolha do ofício ou profissão e para o critério a adoptar relativamente ao casamento. Desta forma, o registro individual se tornaria um documento vivo, por estar em constante construção, visando melhor orientação da família, da escola e da comunidade. O registro em questão não tinha o intuito de se tornar generalizado, mas sim de ser adotado entre as famílias de certa educação e meios, que dispusessem de um médico que pudesse orientar os pais interessados. Mas a adoção progressiva desse registro de maneira ampliada também foi defendida, levando-se em consideração que a partir deste documento seriam demonstrados os “pedigrees”, estimulando as pessoas a fazerem uma espécie autobiografia. Isso seria de inestimável valor para os casamentos por apresentar os dotes físicos e morais, imprescindíveis para o futuro aperfeiçoamento da espécie. Na defesa deste tipo de registro Kehl coloca que:

Os estudo genealogicos são de grande importancia eugenica. Os pincipaes institutos de eugenia no mundo consideram-n-os valiosos, entre outros motivos porque servem para indicar o papel qualitativo desempenhado pelos elementos que constituem uma população. Innumera e preciosas consecuencias praticas resu'tam das investigações detes genero. A reunião de grande numero de fichas desta ordem constitue uma especie de cadastro de uma determinada população, por meio do qual se poderá deduzir seu valor ethnico, intellectual, social e economico (KEHL, 1929, p.8)

Assim como Rocha e Neves Filho, Fernando de Azevedo também defendeu a educação física como uma importante ferramenta eugênica na constituição dos indivíduos. Nascido em 1894, Azevedo teve sua formação como interno de colégio jesuítico, lá, teve seus primeiros contatos com a licenciatura, posteriormente, formado em direito fez parte do movimento de pró-renovação da educação e foi reconhecido pelo seu projeto de reforma do ensino no Distrito Federal em 1927. Em sua defesa da educação física, retomou os valores gregos ao defender a máxima “mens sana in corpore sano”, para o jurista a unidade da perfeição do ser humano se dava na união da beleza física e da beleza moral, “uma bela alma n’um bello corpo”. No entanto, defendeu que na situação em que o país se encontrava, era necessária uma educação física paciente e racionalizada focalizada na formação do povo.

Mais uma vez, o exercício enquanto instituição foi valorizado pela ação mecânica desenvolvida nos soldados, pois ela corrigia e modelava a estrutura humana. Azevedo disse que: “persistindo a cauda durante varias gerações, a herança fixa definitivamente os caracteres adquiridos, as modificações anatômicas assim produzidas tornam-se permanentes e chegam á constituição de espécies novas” (AZEVEDO, 1920, p.22). O exercício, enquanto modificador higiênico e plástico levava ao aperfeiçoamento do contingente, que lhe trazia cada um dos produtores melhorados pela educação física, até criarem-se raças novas, cujos caracteres anatômicos são o resultado de uma adaptação funcional pelo exercício.

Para o jurista, a educação física cientificamente fundamentada tornava-se por este modo maravilhoso instrumento de transformação social étnica, com a realização do objetivo, que era dirigir o inventário das forças do indivíduo e de suas taras, de maneira a utilizar a totalidade de umas, e neutralizar, na medida do possível, o efeito de outras (AZEVEDO, 1920, p.23). O exercício, sobre ser uma fonte de vitalidade e energia, tanto no ponto de vista físico como psíquico, tem por objeto também formar o “homem de ação” – o homem moderno, e neste sentido, apresenta-se um de seus fins utilitários. Na defesa do autor, a educação mais própria é a que fosse capaz de preparar o jovem para a luta, onde reside o valor moral do indivíduo. O homem são, cultivado fisicamente e preparado pelas qualidades do caráter, teria por via de regra, uma predisposição inata a moral. A tendência para a o mal seria resultado das organizações doentias. A saúde, as qualidades morais e a coragem seriam três coisas que já “na velha concepção grega, que considerava o thypo ideal o atleta de corpo e de espirito, iam de par com a fraqueza, o vicio e a disformidade” (AZEVEDO, 1920, p.36).

A educação física da mulher deveria pautar-se na ginástica sueca, na natação e na dança clássica. A cultura física da mulher é era o capítulo primeiro e essencial de toda a regeneração física. Para Azevedo, de fato, as mulheres fortes fazem uma raça forte; que com a fraqueza das mães começa a dos homens, que não seria possível nenhum progresso social durável se a mulher não intervém para beneficiar-se dele e ajuda-lo. Se as mulheres procurassem adquirir “a cintura de músculos, e abandonassem de vez o uso do espartilho, não há dúvida de que veríamos surgir uma nova geração mais robusta e mais bela, cujos tipos nos lembrassem genuínos exemplares da plástica helênica”. O autor defendeu que poucas são as mulheres que sabem que “as formas harmônicas e uma arquitetura estética são devidas apenas a contração inconsciente e tônica dos músculos ou a músculos em repouso, e que a elegância versas partes do corpo, e não de uma cintura demasiadamente delgada” (AZEVEDO, 1920, pp.92-93). O que era preciso, no entanto, ter sempre em vista na educação física era a diferença do sexo, Azevedo deixou claro que as diferenças entre os gêneros devem ser levadas

em consideração na prática de atividade física. Para ele, os órgãos de agressão e defesa no homem reclamam violência de movimento, da mulher apenas os gestos suaves, a quase quietude. Por exemplo: o olho do homem está habituado a produzir o medo e os sinais da energia e do mando; o da mulher é veludoso e educa-se em atrai-los. A violência e o exercício no homem criam as asperezas da superfície do corpo pelo desenvolvimento de ossos e músculos. A maternidade ou a sua predestinação avoluma as formas no ventre, nos seios e nos membros inferiores. A visão destas formas, “não tem angulosidades e é suave como a de um céu ou a de um lago e gerou toda esthetica” (AZEVEDO, 1920, p.94).

Imagens que retratam a noção de feminilidade e leveza que deveria compor as atividades físicas para mulher:



Figura 8 - Esportes aconselháveis às mulheres (AZEVEDO, 1920, p.86)

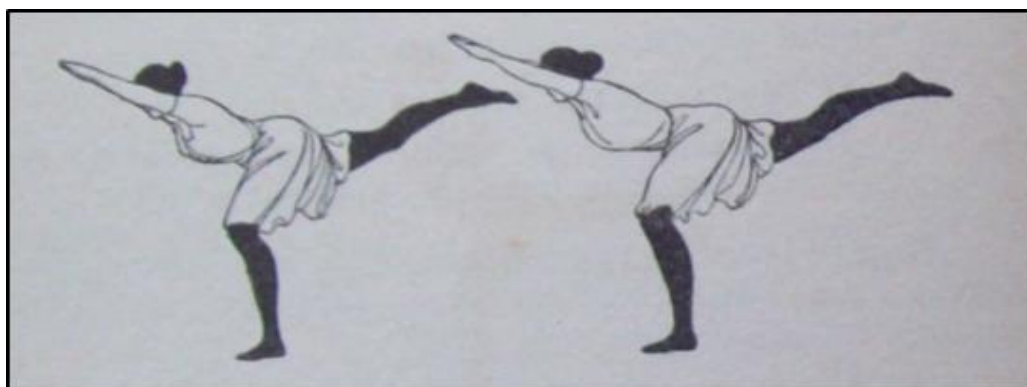


Figura 9 - Esportes aconselháveis às mulheres 2 (AZEVEDO, 1920, p.58)

Sobre a questão do binarismo entre os sexos, Azevedo (1920) alegou que na humanidade, como entre os animais, as qualidades mais essenciais são distribuídas entre os

dois sexos, que desta maneira se completariam um e outro. Este dimorfismo teria, aliás, degraus infinitos havendo, para o autor, homens mais ou menos homens, e mulheres mais ou menos mulheres. À isto corresponderia um instinto de compensação que leva cada indivíduo a desejar por companheiro ou companheira o ser que melhor o completa. Este instinto que, seria indispensável para manter a raça em boas condições, apresentar-se-ia tanto no dimorfismo sexual quanto anatômico. No entendimento de Azevedo, a questão estaria, pois, deslocada; não havendo a necessidade de discutir a importância da educação física para a mulher, mas sim, sobre quais são os exercícios físicos que mais lhe convenham, que mantenham a destreza harmônica do movimento. Na definição do corpo ideal que a mulher eugênica deveria ter, o autor salientou que a força e rigidez física não poderiam seduzir o gosto do homem nem o ideal físico da mulher, cuja beleza e robustez seriam dever da educação física desenvolver harmonicamente por exercícios próprios, de maneira que ao aperfeiçoamento fisiológico corresponda sempre uma cuidada elaboração estética. Desta forma, a educação física da mulher deveria ser, portanto, integral, profundamente higiênica e plástica, e, abrangendo com os trabalhos manuais os jogos infantis, a ginástica educativa e os esportes, constituir-se exclusivamente aos jogos e esportes menos violentos e de todo compatíveis com a delicadeza do organismo das mães, como sejam entre estes a dança clássica ao ar livre e a natação, a que deve preceder um curso regular de ginastica sueca inteligentemente administrada (AZEVEDO, 1920, p. 96). Tendo em vista que a Academia de Medicina tornou por sua conta em debate esta questão de pedagogia higiênica, para o autor, ela deveria também lembrar-lhe a discussão sobre outro problema de tanta importância, a educação física feminina.



Figura 10 - Esportes vinculados aos homens - (AZEVEDO, 1920, p.52)

A eugenia brasileira – pedra angular da sociedade - teria na solução nacionalista o problema de uma grande vitória para a regeneração físico-moral do país, em cujos colégios não desenvolvem, segundo o jurista, por completo a influência visceral e definitiva, que sobre a geração de amanhã exerceria a aplicação às meninas de uma cuidada educação física, não de processos insignificantes, mas eficaz, de exercícios adequados, constante e sistematizada. A regeneração física da mulher brasileira seria certamente o meio mais lógico, mais seguro e mais direto de obter-se de futuro uma geração sadia e robusta, em substituição a esta de hoje, que, em geral, gera uma prole franzina, que surge muitas vezes sobre as ruínas da saúde das mães, quando não seja sobre o sacrifício de sua própria vida (AZEVEDO, 1920, *passim*). Para Azevedo na educação física da mulher, seu lado estético não deveria ser desprezado, com o intuito de que todos os exercícios físicos lhe ensinem a destreza, eliminem a tendência aos movimentos violentos e sacudidos e lhe cultivem não somente o sentido da força, mas também o sentido da graça. A graça, defendida pelo autor, não significa um véu para a fraqueza, e sim representa, ao contrário, o dispêndio do menor esforço necessário para produzir um efeito desejado, e, como tal, não é somente uma beleza, mas também no fundo uma utilidade, pois que serve para “conservar e coroar a energia”. Além disso, a graça real implica a ausência de toda a rigidez ou antagonismo inútil dos músculos, como se pode ver “nos movimentos do tigre, do gato, e dos animais mais ágeis e destros da natureza”, e entre os próprios artistas, do tecelão ao ferreiro, cada um dos quais visa instintivamente o mínimo de rigidez compatível com a firmeza necessária para manter a atitude, quando procura tornar seus movimentos tão rítmicos quanto possível para despender, do modo mais econômico, sua energia.

O autor buscou influências empíricas nas escolas femininas norte-americanas. Esta regeneração da mulher americana pelo exercício, pela natação e pelas danças estéticas, nesse país estaria criando novamente a “raça antiga das ninfas e das deusas”. Para Fernando Azevedo, o corpo humano, naquele país empolgado com o utilitarismo, foi de fato, e talvez por isso mesmo:

a argila maleável, esta preciosa matéria prima, da qual o exercício, na sua função plástica, cinzela verdadeiras obras de arte nessas escolas ao ar livre, onde pompeia na irradiação fecunda de suas graças púberes, a vivacidade encantadora d'essas moças americanas, que, vestidas de simples túnicas diáfanas, brincando de náyadas e hamadryadas por parques de águas vivas e sombras ondulantes, revivem os áureos tempos de cultura *physica* da Grécia antiga (AZEVEDO, 1920, p.107)

Para o jurista, por mais que se quisesse emoldurar o berço ou a formação da nacionalidade brasileira, nunca se poderia encontrar, nos elementos que a formaram, a promessa desses temperamentos robustos, que seriam o “apanágio das nações fortes e das organizações sadias” e o gérmen ou penhor da supremacia etnológica de um povo. Uma vez introduzida pela educação nos hábitos do país, a prática dessa cultura física, sustentada durante uma larga série de gerações, depuraria a raça brasileira de “diatheses” mórbidas, caminhando progressivamente pela criação incessante de indivíduos robustos. As gerações de amanhã apuradas, por sistema, pela educação física – afinadora da raça e colaboradora do progresso – imprimiriam assim nas que lhes sucedessem o cunho de seu caráter, para que pudessem, com o aumento do patrimônio biológico hereditário, aperfeiçoar ainda mais a natureza humana. Aplicada convenientemente em gerações sucessivas, ter-se-ia logo, com a regeneração social pela educação física, o verdadeiro tipo etnológico, um grupo étnico, talvez, representante característico e genuíno de uma raça que possa ir “florejando através da idade, em guapas flores – rubra nos glóbulos sanguíneos de seiva e morena na tez requeimada da pelle, graças ao vigor physico e a este bello sól tropical, que atapeta de verde as enconstas das montanhas e pontua de flores os campos de nossa exuberante natureza americana” (AZEVEDO, 1920, p. 300).

O médico Paulo Maciel, apresentou sua tese em 1927 à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, sobre um dos discursos periféricos que constituem os sujeitos da comunidade eugênica imaginada, o alcoolismo. Assim como outros intelectuais estudados, Maciel também defendeu a higiene como ferramenta fecunda para a eugenia. Sua tese baseia-se primordialmente no vínculo do alcoolismo com demais males sociais como a tuberculose e sífilis. Apoiado em estatísticas, afirmou que a frequência da tuberculose fibrose era mais recorrente em indivíduos alcoolistas, tão tímidas são as relações entre o alcoolismo e a sífilis que parece difícil discernir qual o que maior influência exerce, sobre o outro, assim como o conhecimento da importância do alcoolismo como um dos grandes fatores que dão origem a loucura. Considerando que não era menor a influência do alcoolismo em relação ao suicídio, o autor relatou que muitos têm sido os dados que comprovam os vários suicídios oriundos do alcoolismo. “Depreende-se, pois, que o alcoolismo não só degrada o corpo como corrói o espirito, lançando-o ao negro abismo do suicídio”.

O alcoolismo e a epilepsia estariam de acordo os autores em estabelecer a coexistência, aliás, muito frequente, do alcoolismo e o mal comicial. Demonstrando que a maior parte dos estados convulsionantes das crianças, teriam a sua origem, ou melhor, é seriam consequência do alcoolismo dos pais. Também foi proposto que o alcoolismo dos

genitores era o único fator responsável nas gênesis da epilepsia essencial dos seus descendentes. Ao demonstrar a importância do combate ao álcool para a proteção da família, salienta-se que uma das mais lamentáveis consequências dos alcoolismo dos pais é a degradação física e moral dos seus filhos (MACIEL, 1927, p.37). Partindo do entendimento de que há corrupção física e moral dos descendentes de pais etilistas, o mal maior definido foi é o do “heredo-alcoolismo” que afligia principalmente a moral:

O alcoolismo é uma das causas da despopulação. Morre-se porque se bebe; morre-se porque beberam. Decresce a população com o incremento da intoxicação alcoólica. Lippich, de Vienna, observou que as mulheres até então fecundas com homens sóbrios, tornavam-se estéreis com homens alcoolistas. Não somente se dá o envenenamento das próprias fontes de vida, como também a morte das mesmas. O alcoolismo é uma das causas mais preponderantes da morte moral; é elle também um dos factores que mais concorrem para dizimar a humanidade. Elle reduz esta, ceifando os troncos e a decrece arrebatando a vida dos ramos (AZEVEDO, 1920, p.46).

O autor apontou em sua tese três principais definições acerca do alcoolismo: o álcool, sobre não se tratava de um alimento, era o mais virulento dos venenos; o alcoólatra era a expressão da negação moral e social; o alcoolismo era a vergonha da raça, era o próprio leito de morte de grande parcela da humanidade. Por tais questões deveria ser combatido com rigor na defesa das gerações por vir.

O debate sobre os casamentos e procriação era o cerne das publicações analisadas. O médico Jair Athayde de Freitas apresentou em 1924 uma tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre os casamentos tardios sob o ponto de vista médico. Primeiramente, Freitas fez uma revisão histórica acerca das uniões na Antiguidade:

Em Athenas os casamentos tardios ou as uniões desproporcionadas eram proibidas: segundo as leis de Solon um censor que encontrasse um homem moço em casa duma valha rica com a qual elle coabitasse, deveria ser d’ahi expulso e obrigado a estar com uma moça com a qual tinha de se casar. Em Spartha o casamento era um dever cívico e se processavam os que se casavam tarde e mal. Na Grecia, assim, o casamento era considerado uma instituição social tendo por fim dar filhos á pátria (FREITAS, 1924, p.9).

Nutrir-se, reproduzir-se, ou mais cientificamente, nutrir-se para reproduzir-se, constitui a vida de todos os animais e vegetais. Segundo Freitas, seria sob a influência desse instinto, que os animais afrontam todos os perigos, todas as fadigas e a própria morte. Na complexidade infinita das ações humanas, seria a nutrição, isto é, o seu último termo, a reprodução, o fio condutor, a razão explicativa de todos os atos e aspirações de qualquer natureza que sejam. Na compreensão do autor a irresistibilidade do instinto, que representa

esses grandes interesses, subjuga a todos os seres. Contra todos “os cálculos do egoísmo, contra todos os interesses e as sugestões da razão, o homem é arrastado à propagação da espécie, que o leva nas sociedades modernas e civilizadas”, ao contrato matrimonial. Para Freitas, era desnecessário argumentar sobre as maravilhas e benesses do casamento, pois este era fruto da própria natureza que o indica e que exigia ser obedecida. Portanto, o ato de unir-se a um ser do sexo oposto e procriar, nada mais seria que atender ao instinto animalesco que ainda existe no ser humano.

Entre o celibatário e o casado, na análise de Freitas, a diferença estaria no fato de que o primeiro é o mais sujeito à doença, à loucura, ao crime, ao suicídio, à morte prematura. A única restrição que deveria ter feita era a dos casamentos precoces: abaixo dos 20 anos o casamento seria perigoso, por estatísticas, nesta faixa etária, os casados morrem cinco vezes mais do que antes e, se ficam viúvo pior cresce-lhes a mortalidade. Para as mulheres era praticamente a mesma coisa, apenas acrescida de uma pequena diferença: os acidentes e os perigos do primeiro parto somam-se aos inconvenientes dos casamentos precoces. As “velhas viúvas” resistiriam mais, pois contariam com a família (a descendência) para protegê-las melhor do que são protegidas as “solteironas da mesma idade”.

Outra problemática dos casamentos tardios seriam os abortos, a “prenhez” seguiria a princípio o seu curso, de maneira geral até o quinto mês de gestação, posteriormente, seria “grave e ameaçadora” e traria problemas cardiovasculares à mãe. Outras causas vêm se ajuntar à “prenhez” para aumentarem os efeitos sobre o coração da mulher, são: as emoções, o cansaço, as infecções as intoxicações e no caso concreto que mais nos interessa a idade avançada da mulher, cujo coração não teria mais força reserva suficiente para aguentar o excesso de trabalho que uma gravidez exige. É evidente que os riscos não ficariam adstritos à mãe, os malefícios ocasionados pela parturição em idade avançada, também afetariam o feto, e de facto os filhos de mulheres idosas comumente nascem prematuramente ou mesmo mortos como provam as estatísticas. Segundo Freitas (1924), quando escapam os filhos dos velhos tem um aspecto característico: “triste, apáticos, franzinos, eles não têm a seiva, a exuberância das outras crianças e carregam de algum modo o estigma de sua origem”.

Ainda seguindo a temática do casamento eugênico, o médico Clodoaldo Magalhães Avelino (1924), trabalhou com a noção kantiana de progresso, “é esta mesma primavera, que florindo os nossos sonhos de adeptos da *Eugenia*, nos faz ver através o prisma da regeneração eugênica das raças um futuro promissor” (AVELINO, 1924, p. 12, grifos do autor), para o eugenista, na superação racional do presente a raça será fisicamente forte, esbelta e potente, moralmente bons, humanitários, sãos, sem desmentir “a incessante lei da evolução, cuja

marcha acompanhamos pela história, o filho do presente, como o é o presente do passado, no qual “nous serons tels que nous aurons voulu être³³” (AVELINO, 1924, p.48). Por esta perspectiva, pode-se alegar que o higienismo se aproxima da eugenia quanto este se estabelece enquanto paradigma preventivo. À higiene é combate tenaz pela profilaxia, pelo saneamento, a todos fatores de decadência somática, diminuindo a contaminação mórbida.

Também a propaganda eugênica seria necessária contra os elementos que entorpecem a humanidade tornando-a apático, raquítico e depurado. A higiene da raça, para o autor, deveria ocorrer principalmente pelo combate ao analfabetismo, a prática da eugenia preventiva deveria ser também a de levar aos que vivem afastados das capitais “as luzes da ciência”, instruindo-os não apenas sobre as doenças, mas sobre os meios de os combater; ensinando-lhes como se contaminam e como devem evitar esta contaminação. Não somente Avelino, mas outros eugenistas também defendiam o saneamento básico no meio rural, levar ao interior do país, a “esta pobre gente, filhos pauperrimos, de tão riquíssima patria, uma parcela ao menos da grande soma de benefícios a que tem direito” (AVELINO, 1924, p. 51). O autor levantou assim, um debate político há muito desenvolvido no país, a polarização do poder e a migração para estados mais “desenvolvidos”:

Nos nossos rincões bahianos, onde a natureza prima pela exuberancia, o sertanejo vive o mais completo abandono, sempre esquecido por mais que se faça lembrado, cansado de gritar sem ser ouvido, porque entre ele e os poderes constituídos tem se erguido sempre a revoltante barreira do descaso. Exausto e vencido por multiplas endemias que lhe sugam o sangue, lhe roubando a vida, calcado sob o peso asfixiante da miseria e da ignorancia, já sem esperanças de melhores dias, apela para o ultimo recurso - emigra. O Lar é a sintese da Patria; e o sertanejo, num mixto de tristeza e de esperanças, o abandona (AVELINO, 1924, p.67)

Divergindo de algumas perspectivas comumente mais vinculadas às vertentes comunistas que defendiam a abolição da instituição da família e da procriação por amor, Avelino defendeu assim com Renato Kehl, a felicidade no matrimônio, porém, condicionada: ela só poderia haver quando os cônjuges se ligam pelos laços do coração, quando há respeito e entendimento mútuos. Segundo os eugenistas, quando o casamento se realizava dentro as condições de absoluta higidez, quando os esposos compreendem os deveres matrimoniais e se subordinam às leis ditadas pela moral, ou seja, somente sob estes pressupostos os cônjuges teriam a felicidade matrimonial. A moralidade na eugenia brasileira se apresenta como uma constante, ao tratar dos casamentos consanguíneos, no entanto, Avelino não o avaliou sob

³³ “Quando seremos como gostaríamos ser”.

prisma da moral, que o proíbe entre os dois ou três primeiros graus de parentesco como contrário aos preceitos sociais, a veneração e ao respeito impostos pela sublimidade do lar. Seu intuito foi de estudá-lo de conformidade com as disposições do Código Civil, como nocivo à prole, baseando-nos em dados e observações científicos.

Os casamentos entre primos são, do ponto de vista eugenico, tão bons como qualquer outro, com a condição todavia de serem os conjuges e as suas famílias perfeitamente sãos. As uniões entre consanguíneos não produzem defeitos novos na prole. Aqui ficamos com os que atestam, sob irrefutáveis provas, concludentemente científicas; a sem razão das acusações que pesam sobre o incesto (AVELINO, 1924, p.93)

Avelino argumentou sobre as leis que se o Código Civil, tendo em finalidade a proteção da raça, os interesses da sociedade, a garantia dos direitos individuais e coletivos, impede o casamento consanguíneo, limita ao mínimo e ao máximo a idade conjugal e estabelece medidas outras de repressão, como se compreender que permaneça indiferente, permitindo livremente o matrimonio entre cônjuges “perniciosamente infectados, tarados, degenerados, os quaes, levados pela inconsciencia, assassinam a prole, atentam contra a vida da sociedade, desviam as economias do Estado, com a manutenção de asilos e penitenciarias, comprometem a prosperidade da Patria?!” (AVELINO, 1924, p.95). Para o médico eugenista, a deformação poderia ser congênita, natural, hereditária ou adquirida, pais alcoólatras, sífilíticos, entregues ao uso dos tóxicos, aos excessos, aos desregramentos sexuais, não poderiam almejar uma prole sã. Portanto, mais problemático que os casamentos consanguíneos, seriam os casamentos disgênicos, pois, o fruto das faltas cometidas contra a sociedade, a higiene e contra o próprio eu alastra-se nos filhos raquíticos vítimas de uma série de deformações ósseas, de desvios que, sem rigoroso tratamento e severa higiene, estariam classificados na série dos aleijados. Para a deformação contribuí, igualmente, os diversos acidentes, da gestação, o parto “anormal”, o que os higienistas devem combater, intensificando seus esforços. Na análise do médico, seriam certas atitudes viciosas e outras tantas doenças que acompanham a criança desde seus primeiros anos e que somadas à hereditariedade constituem as causas de uma numerosa série de desvios, paralisias e deformidades características. Além disso, a transformação do exame pré-nupcial em lei deveria ser uma demonstração de que o saber médico e a prática jurídica deveriam andar em conjunto no processo de eugeniação e higienização da raça.

Neste contexto o planejamento familiar tornou-se campo e debate público. Para os eugenistas o melhor meio para verificação dos efeitos do estado precário da educação do

povo, eram as condições em que operavam a maternidade: num alto percentual ela era “inconsciente”, sem a noção da grande responsabilidade que acarretaria nos aspectos que iriam do sentimental ao e genético, do econômico ao patriótico. O aspecto especial do problema da maternidade, para eles, dependia de uma instrução mais completa, no sentido do levantamento moral e material da gestante e da proteção da criança – a partir destes elementos que poder-se-ia mensurar os índices de civilização - como da educação higiênica ministrada com propósito, convenientemente e por tal forma que o maior número possível de mães brasileiras pudessem pela maternidade consciente, melhor servir à pátria e sobretudo melhor servir à espécie. Alguns eugenistas propunham as “escolas de pequenas mães” onde seriam selecionadas meninas de doze a quatorze anos em todas as escolas, colégios e internatos, para receber duas vezes por semana, uma hora de aula, dada por mestre que haja feito a cadeira de puericultura, seis meses de curso para fornecer às meninas noções “seguras e indeléveis” sobre a sua futura e primacial função na existência – a procriação. Desta forma, argumentavam, não só fariam a higiene física, mas também a higiene mental. A sociedade moderna poderia então, expressar o seu grau de civilização, pelo quanto de proteção à infância apresentava, cujo aspespecto principal consistia na instrução e proteção da gestante.

Esta proteção à gestante incluía o ensino de nutrir-se de acordo com as necessidades excepcionais do organismo; trabalhar e exercitar-se na medida razoável, a repousar e a evitar os choques morais e físicos, conduzir a mulher grávida higienicamente, suprimindo-a nas suas deficiências orgânicas, tratando-a quando isso fosse indicado, examinando-a periodicamente durante a gestação, tais seriam os cuidados prenatais, que, ao lado da assistência material que as leis da sociedade moderna deveriam oferecer, constituir-se-ia melhores elementos para a formação da consciência da responsabilidade de ser mãe como instrumento eugênico. No entanto, a educação da gestante completaria o que foi feito nas escolas de pequenas mães. A educação da gestante caberia aos dispensários que além dos cuidados pré-natais deveriam esclarecer noções sobre os “horrores do álcool e da sífilis, as desastrosas consequências da sub-alimentação e da fadiga”.

Os elementos para a formação da maternidade consciente respousam no trabalho educacional que começaria nas escolas médias e profissionais com as classes de pequenas mães e com os cursos de higiene social, com os dispensários prenatais, com a proteção das gestantes, o que se obtém pela multiplicação dos dispensários, dos abrigos de grávidas, das maternidades; como pela proteção das gestantes nas indústrias, o seu amparo material e moral pelas associações de assistência privada. Educada e protegida, a mulher compreenderia o valor do que ensina a higiene na defesa contra as contingências do meio e, desta maneira,

complementaria a eugenia na defesa da raça contra as taras físicas ou as deformidades que a herança eternisa ou agrava. Outro aspecto debatido relação às condições da maternidade, é o que se refere com a responsabilidade paterna que, principalmente na busca por inserir na legislação a menos sanção penal, para que o pai tivesse responsabilidade consignada em lei.

O contrato do casamento, não admitindo dissolução, para os eugenistas não estabelecia nada definitivo sobre o assunto. A responsabilidade paterna encontrava-se, entretanto expressa da legislação de outros países, na Inglaterra, por exemplo, onde leis e juízes deixando num plano secundário a proteção da virgindade, asseguravam ao fruto da concepção uma assistência por parte do pai faltoso, proporcional as suas possibilidades econômicas.

Uma vez educada a futura esposa, precisaria cercar-se de meios para a defesa individual e do fruto de uma concepção perfeitamente consciente, não só contra infecções, mas contra as grandes taras, o que só o exame pré-nupcial seria capaz de fornecer. O discurso eugenista brasileiro confluía, neste período, saberes médicos e jurídicos e buscava a atualização das leis que colaborassem no trabalho eugênico (saúde pública, instrução, assistência, código civil e penal). Buscava-se a educação sanitária e a extirpação do alcoolismo. Desta maneira, combateriam principalmente as doenças venéreas e a pobreza. Acreditava-se que tudo o que comprometia a raça, em grande parte, resultava apenas da ignorância. “Porque, de agora em diante, para a solução dos nossos problemas de Educação, havemos de ter em conta, os ensinamentos da Eugenia” (1º Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929).

Conforme apresentado em Anexos C e D, explicita-se que a questão acerca da mulher era uma pauta de relevância no debate eugênico. Os documentos em questão tratam-se de duas correspondências de 1933, uma carta de Renato Kehl à Cecília Meireles³⁴ e a resposta de Cecília à Kehl. Refere-se a um convite feito por Kehl para que Cecília participasse da “Quinzena da Eugenia” que iria ocorrer em maio de 1933, as teses apresentadas seriam transmitidas via rádio. Mesmo que curta a carta apresentada, ela em sintetiza as principais ideias abordadas neste trabalho, o convite era feito em campanha de “benefício coletivo” a tese oferecida para fala da professora intitulava-se “o papel da mulher perante a eugenia” e seu sumário era composto pelos seguintes itens: a função da mulher; a defesa da prole; mulher como fator principal na defesa da nacionalidade; a mulher mãe e a mulher cidadã; o que

³⁴ Cecília foi professora da rede pública municipal do Distrito Federal, escritora e jornalista.

devem fazer as mulheres pela higiene da raça. Demonstrando a relação intrínseca do “ser mulher” com o “ser nação”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da análise buscou-se trabalhar a partir de eixos interpretativos como a questão ética, a corporeidade e os tipos ideais em conflito. Na defesa de um ideal para a raça brasileira em meio à renovação tecnológica propositou-se a destruição do homem pelo homem. Assim como a vida, a morte é, sobretudo, uma questão política. Neste sentido, nos discursos analisados a vida humana era caracterizada em sua dinâmica de potencialização dos corpos, demonstrando uma perspectiva a fim de otimizar o tempo de vida. Desta forma, definindo vida com valor – sujeito de direito/ vida sem valor – desqualificadas pela cultura. No conceito de tanatopolítica agambeniano, homo sacer é aquele que é condenado à exclusão - humano, mas que não pertence à estrutura da sociedade - na conjuntura em que o discurso eugênico esteve em evidência no país, deixar morrer/impedir de viver demonstraram-se enquanto ideias que se embaraçavam nas narrativas.

Em suma o debate eugênico entre os intelectuais brasileiros apresentava elementos dos conceitos de biodeterminismo, bioética e raça. Podendo ser ponderado a partir de considerações antropológicas, nas quais a importância da raça apresentou-se como categoria analítica da constituição política e das relações hierárquicas entre as nações. No trabalho desenvolvido evidenciaram-se aspectos da Antiguidade Clássica ocidental como filosofia e estética, assim como, cientificismo europeu como suporte para a distinção e hierarquização racial - invenção das raças como critério diferenciador.

A hereditariedade foi debatida como condicionante de inteligência, comportamento e moral. Nesse contexto raça e racismo desnaturalizam os postulados da igualdade e unidade humanas, naturalizando as diferenças a partir de biodeterminismo. Desta forma, pode-se refletir sobre a biopolítica eugênica e a maneira como esta se relaciona com a identidade e com a nação. Na eugenia brasileira o aspecto biopolítico vinculou-se ao processo identitário a partir da maneira como se relaciona e se vê o outro. O paradigma anatomofisiológico apresentou-se como condição basilar do processo de definição do território e da “raça” nacionais. Por isso, a urgência da eugenia para limpeza racial e planejamento social. Pode-se dizer que as formas de racismos oriundas do cientificismo oitocentista moldaram a face das políticas eugênicas da primeira metade do século XX, constituídas ainda, pela moral (cristã), ciência (evolucionista/geneticista), estética (antiguidade ocidental) e política (republicanismo-estado autoritário). Neste cenário a mulher é apresentada como indivíduo constituinte do ser nação, trabalhando-se com a perspectiva de sua identidade descentralizada em meio a outros discursos e tendo como constitutivos os conceitos de família, homem, maternidade, educação.

Uma identidade subsumida onde a ideia de nação orienta-se sobre o ponto de vista médico científico. Há gerência dos corpos pelo poder, com a obrigação da maternidade, por exemplo, as mulheres nunca são donas dos próprios corpos.

O problema eugênico e de profilaxia social era compreendido como algo que necessitava mais que um processo de seleção e esterilização. Dever-se-ia buscar solução em campo jurídico, social, moral, científico e deontológico. Ao realizar incursões teóricas acerca do pensamento dos intelectuais eugenistas brasileiros, pode-se problematizar suas narrativas “a partir de uma metanarrativa que colocava o Brasil nação como cerne de sua preocupação, esforçando-se por aglutinar nessa narrativa diversos científicismos que supostamente constituíam o ser do Brasil na sua totalidade” (ARMANI, 2012, p.194).

Ao finalizar esta pesquisa, pode-se dizer que se compreende o estudo da eugenia e as relações de gênero como um debate ainda em aberto, o qual carece ser permeado pelos vieses filosófico e sociológico. Portanto, não se conclui que o movimento eugênico seja antifeminista por atrelar as mulheres a um papel reprodutivo maternal, tal conceito não poderia ser vinculado ao período tendo em vista que a luta feminista de então, não se configurava contra ao estereótipo do materno. Tão pouco se defende que a eugenia tenha sido uma força progressista em defesa das mulheres, e sim, acredita-se que os intelectuais que defenderam a eugenia enquanto prática civilizatória no país elaboraram discursos e proposta que refletiam sua sociedade e cultura. O papel da mulher na nação eugênica apresentou destaque, no entanto, como fruto de uma sociedade patriarcal, ele se detinha ao espaço privado e, aos poucos, ganhou publicidade no campo escolar. Havendo sim uma hierarquização da sociedade a partir da perspectiva cientificista, não apenas entre os “anormas” como entre gênero, pois, delimitaram-se noções sobre os corpos tendo o homem ocidental como referência e a mulher com papel de ser seu oposto complementar. Tal hierarquização deu-se no Brasil, fundamentada pela ciência, mas também, pela moral católica.

Buscou-se para além de relatar as práticas eugênicas em relação à constituição do “ser mulher”, demonstrar a maneira como o ideal de nação constituiu-se a partir da ciência e da eugenia e assim, visou consolidar papéis sociais dentro desta comunidade imaginada. É importante ressaltar que alguns dos intelectuais defensores da prática eugênica ocupavam espaço social enquanto legisladores, outros, lugares de destaque enquanto pessoas de grande influência social, podendo-se assim, evidenciar traços da política eugênica remanescentes na sociedade atual. A relevância do debate na contemporaneidade se destaca principalmente no que tange à ingerência do Estado na vida privada em relação às questões quanto ao casamento civil, igualdade entre gêneros, aborto, feminicídio, padrões morais de comportamento social.

As noções de civilização e barbárie fundamentadas pela moral e pela ciência permanecem enquanto limite de demarcação do ser no mundo, o discurso acerca de impulsionar a sociedade rumo ao progresso e civilidade permanecem vigentes, assim como, a tendência de parte da população brasileira buscar a solução em um governo centralizado e autoritário. Neste sentido, os modos de civilização almejados no projeto de construção da nação eugênica, permanecem no ideário brasileiro.

Dentre as categorias exploradas e significadas pelos intelectuais incluíram-se noções de saúde, educação, ócio, maternidade, infância e família. Assim, reafirma-se que estes conceitos serviram como estratégias políticas complementares, que visavam exemplificar historicamente, a função social do homem e da mulher na sociedade, como elementos de um organismo maior – a Pátria. Desta maneira, buscou-se desenvolver a metodologia de modo que a noção de “ser” implicasse a descentralização do sujeito. O “ser mulher” que se caracteriza constitui-se em si, no outro, para si e para o outro. Demonstrando a ideia de uma identidade subsumida, que interage de modo relacional com o homem, com a sociedade, com a raça, e, com a nação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

_____. **O Estado de Exceção**. In Carta Capital, 31/03/2004, p. 78.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre el origen e la difusion del nacionalismo**. Fondo de Cultura; México; 1993.

ANDRADE, Iara. **Algumas Reflexões sobre o Conceito de Identidade Nacional**. XIV Encontro Regional da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio. Rio de Janeiro, 19 a 23 de julho de 2010. UNIRIO. Disponível em: http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1271958796_ARQUIVO_IdentidadeNAcional.pdf Acesso em: 22 de agosto de 2014.

APPELBAUM, Nancy P.; MACPHERSON, Anne S. & ROSEMBLATT, Karin Alejandra (eds.). **Race and Nation in Modern Latin America**. Chapel Hill e Londres: University of North Carolina Press, 2003.

ARMANI, Carlos Henrique. **Discurso da nação: historicidade e identidade nacional no Brasil de fins do século XIX – Porto Alegre**: EDIPUCRS, 2010.

_____. **A História da Historiografia no Rio Grande do Sul e a Escrita do Tempo da Nação: Um Estudo de Caso**. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 2, jul./dez. 2012, pp. 193-207.

BALAKRISHNAN, Gopal. A imaginação nacional. BALAKRISHNAN, Gopal (org.). **Um mapa da questão nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BAUMER, Franklin. **O pensamento Europeu Moderno**. Lisboa: Ed. 70, 1990 vol I.

BLACK, Edwin. **A Guerra Contra os Fracos**. A Eugenia e a Campanha Norte-americana Para Criar uma Raça Superior. São Paulo: A Girafa Editora, 2003.

BORDO, S.R. *O corpo e a reprodução da feminilidade: uma apropriação feminista de Foucault*. In: BORDO, S.R.; JAGGAR, A.M. **Gênero, corpo, conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p. 19-38.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero. Feminismo e Subversão da Identidade**. Trad. Renato Aguiar. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Corpos que Pensam: sobre os limites discursivos do sexo*. In: LOURO, Guacira, Lopes (Org). **O Corpo Educado**. Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999: p. 151-172.

BREUILLY, John. *Abordagens do Nacionalismo*. In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um Mapa da Questão Nacional**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CABELEIRA, Mayara de Martini. **Neomalthusiano: o controle da população revisitado.** *Ecopolítica*, 6: mai-ago, 2013, 82-91.

CANCELLI, Elizabeth. **A América do desejo: pesadelo, exotismo e sonho.** *História* (online). 2004, vol.23, n. 1-2, pp. 111-132.

CARVALHO, Joice Anne Alves. **Representações da Mulher nas Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia – 1929.** 2013. 58f. Trabalho de Conclusão de Graduação – Centro de Ciências Sociais e Humanas – Curso de História - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), Santa Maria, 2013.

CARVALHO, Joice Anne Alves. MACIEL, Renata Baldin. **História das Ideias e Discurso: Apontamentos sobre Renato Kehl e José Enrique Rodó.** Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, Suplemento especial –ISSN 21783748 – I EPHIS/PUCRS - 27 a 29.05.2014, p.383-402.cx

CECCHETO, Sergio. **La biología contra la democracia. Egenesia, herencia y prejuicio em Argentina. 1880-1940.** Mar del Plata: EUDEM, 2007.

CHARTIER, Roger. **À Beira da Falésia: a história entre incerteza e inquietude.** Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **A História Cultural entre Práticas e Representações.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CLEMENTI, Hebe. **La frontera em América.** Buenos Aires, Ed. Leviatán: 1987. P.21-29.

COSTA, Hilton. **Horizontes Raciais: A ideia de raça no pensamento social brasileiro – 1880 – 1920.** Dissertação (Curso de Pós-Graduação em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004.

DEL CONT, Valdeir. **Francis Galton: eugenia e hereditariedade.** in: *scientiæ zudia*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 201-18, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1678-31662008000200004&script=sci_arttext>
Acesso em: 10 de março de 2013.

DE SIQUEIRA, Euler David; Da Costa Oliveira Siqueira, Denise. **O corpo como imaginário da cidade.** *Revista Famecos - Midia, Cultura e Tecnologia*, Sept-Dec, 2011, Vol.18(3), p.657(17).

DIWAN, Pietra. **Raça Pura.** Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

DOSSE, François. **La marcha de las ideas.** Historia de los intelectuales, historia intelectual. Valência; PUV, 2007.

ESPOSITO, Roberto. **Comunidad, inmunidad y biopolítica.** Madrid: Herder, 2009.

FERNANDES, Maria das Graças Melo. **O corpo e a construção das desigualdades de gênero pela ciência**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 19 [4]: 1051-1065, 2009.

FERREIRA, Jonatas; Hamlin, Cynthia. **Mulheres, negros e outros monstros: um ensaio sobre corpos não civilizados**. Revista Estudo Feministas, Sept-Dec, 2010, Vol.18(3), p.811(26).

FOUCAULT, Michael. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **A ordem do discurso** / 5. ed. São Paulo Loyola 1996 79 p.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

GUAZO, Laura Suárez y Lopez. **Evolucionismo y Eugenesia en México**. Bol Mex His Fil Med 2009; 12 (1): 19-23.

HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-modernidade. 7. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. **Da Diáspora**: Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte, Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

_____. **Quem precisa da identidade?** In: Tomaz Tadeu SILVA (organizador). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133p.

HARTMANN, Luciana. **Do campo a "Campanha"**: gênero, performance e narrativas orais na fronteira entre o Brasil e o Uruguai. Revista Estudo Feministas, Jan-April, 2010, Vol.18(1), p.81(20).

HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismos desde 1780**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

JONAS, Hans. **Poder o impotencia de la subjetividad**. Barcelona: Paidós, 2005.

_____. **El principio de responsabilidad**: ensayo de una ética para la civilización tecnológica. Barcelona: Herder, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1983.

_____. *Historia intelectual*. In: PALTI, José Elías. **“Giro Linguístico” e história intelectual**. 1ª Ed. reimp. Bernal: República Argentina, Universidade Nacional de Quilmes Editorial, 2012, p. 237-294.

LACLAU, Ernesto. **A política e os limites da modernidade**. In: Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Rocco, 1992, p.127-149

_____. **Nuevas Reflexiones sobre la Revolucion de Nuestro Tiempo**. Ediciones Nueva Visión; Buenos Aires – Argentina; 1993.

LAQUEUR, Thomas. *Destino é Anatomia*, in **Inventando o sexo**. Corpo e Gênero dos gregos à Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 2001, pp. 41- 87.

LEAL, O.F. (Org.). **Corpo e significado**: ensaios de antropologia social. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 203-227.

LOPES, Maria Aparecida de S; ORTELLI, Sara. **Fronteiras americanas**: entre interações e conflitos, séculos XVII-XX. Estudos de História, Franca, v13, n.2, p.13-29, 2006.

MAI, Lilian Denise. ANGERAMI, Emília Luigia Saporiti. **Eugenia Negativa e Positiva**: Significados e Contradições. Rev Latino-am Enfermagem. 2006 março-abril; 14(2):251-8.

MACIEL, Maria Eunice de S. **A Eugenia no Brasil**. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf> > Acesso em: 14 de dez. de 2012.

MACIEL, Renata Baldin. **Arquétipos rodonianos**: o lugar da América Latina na História Ocidental. 151 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, RS, 2014.

MATOS, Izilda S. de. SOIHET, Raquel. (Org.) **O Corpo Feminino em Debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MARINHO, André Mota e Maria Gabriela S.M.C. **Práticas médicas e de saúde nos municípios paulistas**: a história e suas interfaces /.Marinho. -- São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2011.

_____. **Eugenia e história**: ciência, educação e regionalidades. São Paulo : USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

MARTINS, Estevão. C. de Rezende. **Cultura e Poder**. 2. ed. revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. *Herbert Spencer e o neolamarckismo*: um estudo de caso. In : MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C., P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul**: 3º Encontro . Campinas: AFHIC, 2004. Pp. 281-289. (ISBN 85- 904198-1-9)

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A Medicalização da Raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MENEGAT, Carla. **Os Pensadores que Influenciaram a Política de Eugenia do Nazismo**. A MARGem - Estudos, Uberlândia - MG, ano 1, n. 2, p. 66-73, jul./dez. 2008.

MIRANDA, Marisa. **Cuerpo, biopolítica y control social. América Latina y Europa en los siglos XIX y XX.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

MUNARETO, Geandra Denardi. **Por uma Nova Raça:** Pensamento médico eugênico no Rio Grande do Sul (1920-1940). Diss. (Mestrado em História) – Fac. de Filosofia e Ciências Humanas. – Porto Alegre, 2013. 170 f.

NARI, Marcela. **Políticas de Maternidad y maternalismo político.** Buenos Aires: Biblos, 2004.

PAREDES, Marçal. ARMANI, Carlos H. & AREND, Hugo. **História das Ideias:** proposições, debates e perspectivas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

PEREIRA, Raquel da Rocha; Franco, Selma Cristina; Baldin, Nelma. **Pain and the Protagonism of Women in Parturition.** Brazilian Journal of Anesthesiology, 2011, Vol.61(3), pp.376-388.

PONTIN, Fabrício. **Biopolítica, eugenia e ética:** uma análise dos limites da intervenção genética em Jonas, Habermas, Foucault e Agamben. 2007. 104 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

RAMOS, Joel de Souza. **Dos males que vêm com o sangue:** as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: **Raça, Ciência e Sociedade/** Organizado por Marco Chôr Maio, Ricardo Ventura Santos. – Rio de Janeiro; Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

RENAN, Ernest. **¿Qué es una nación?** Cartas a Strauss, ed. de A. de Blas Guerrero. Madrid: Alianza Editorial, [1882] *ed. digital: Franco Savarino, 2004.

REVEL, Judith. **Michel Foucault:** conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. - São Carlos : Claraluz, 2005. 96 p

SCHWARCZ, Lília. **As Teorias Raciais,** uma construção histórica de finais do século XIX. O Contexto Brasileiro. In: *Raça e diversidade.* São Paulo: Edusp, 1996.

_____. **Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil:** uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia, 18 (1996), 77-101.

_____. **Espetáculo da Miscigenação.** Estudos Avançados 8(20). 1994.

SEYFERTH, Giralda. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: **As transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração.** 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil.

_____. **Construindo a nação:** hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: **Raça, Ciência e Sociedade/** Organizado por Marco Chôr Maio, Ricardo Ventura Santos. – Rio de Janeiro; Editora Fiocruz/CCBB, 1996.

SCHEIDT, Eduardo. **Debates historiográficos acerca de representações de nação**

na Região Platina. Revista Eletrônica da Anphlac - número 5. [SD]

SILVA, Mozart Linhares. **Biopolítica, Educação e Eugenia no Brasil (1911-1945).** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. v. 8. n. 4. 2013. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/5070/4897>> Acesso em: 03 de junho de 2014.

_____. (Org.). **História, Medicina e Sociedade no Brasil.** Santa Cruz do Sul, RS. EDUNISC. 2003.

_____. **Ciência, Raça e Racismo na Modernidade.** Santa Cruz do Sul, RS. EDUNISC. 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção Social da Identidade e da Diferença.**In: Tomaz Tadeu SILVA (organizador). Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 133 p.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)** / Thomas E. Skidmore ; tradução Donaldson M. Garschagen ; prefácio Lilia Moritz Schwarcz. — 1a ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2012.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*, in CARDOSO, C. F.; VAÍNFAS, R. **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro, Campus, 1997, pp. 275-296.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920.** Revista Brasileira de História e Ciência, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul/dez 2008. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/>> Acesso em: 06 de junho de 2013.

_____. **As Ideias Eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre guerras.** Revista Eletrônica História em Reflexão: Vol. 6 n. 11- UFGD – Dourados – jan/jun 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/>> Acesso em: 06 de junho de 2013.

STEFANO, Waldir. **Octavio Domingues: Concepções sobre Miscigenação no Contexto Eugênico.** Dossiê: DARWIISMO E FILOSOFIA TEMAS & MATIZES - Nº 15 - PRIMEIRO SEMESTRE DE 2009. pp.42-54.

STEPAN, Nancy Leys. **A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina/Rio de Janeiro:** Editora Fiocruz, 2005. 228 p. (Coleção História e Saúde)

SWAIN, Tânia Navarro. **A Invenção do Corpo Feminino ou “a Hora e a Vez do Nomadismo Identitário?”.** Universidade de Brasília – UnB Textos de História, ml 8, nº 1/2, 2000.

VALLEJO, Gustavo y Marisa Miranda. **Políticas del cuerpo. Estrategias modernas de normalización del individuo y la sociedad.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

WALBY, Sylvia. *A Mulher e a Nação.* In: BALAKRISHNAN, Gopal (Org.). **Um Mapa da Questão Nacional.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença**: uma introdução teórica e conceitual. In: Tomaz Tadeu SILVA (organizador). *Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, 133 p.

ZIZEK, Slavoj. **Bem-vindo ao Deserto do Real!** trd. Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo, 2003.

ZORZANELLI, Rafaela Teixeira. **Psicastenia**. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.17, supl. 2, dez. 2010, p.421-430.

FONTES

ACTAS DO CONGRESSO, In: **Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**; Rio de Janeiro; 1929.

AMARAL, A. J. de Azevedo. **O Problema Eugênico da Imigração**. In: Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia; Rio de Janeiro; 1929.

AVELINO, Clodoaldo Magalhães. **Eugenia e Casamento**. Dissertação apresentada a Faculdade de Medicina da Bahia. Bahia. 1924.

AZEVEDO, Fernando de. **Da Educação Physica**: O que ela é – o que tem sido - e o que deveria ser. Editores-proprietarios Weiszflog Irmãos. São Paulo e Rio de Janeiro. 1920.

CABRAL, José Travassos da Veiga. **Conceito da Robustez e da Debilidade, principalmente na infância**. These apresentada á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1924.

COHEN, Peter. **Homo Sapiens 1900**. Mais Filmes. Duração: 88 min, 1998.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies e a seleção natural**. Portugal: Planeta Vivo, UPTEC – PMAR, 2009 [1859].

DARWIN, Leonard. **What is Eugenics?** Published by The Third International Congress of Eugenics, New York, 1932.

DOMINGUES, Octavio. **Eugenia**: Seus pressupostos, suas bases, seus meios. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1933.

FILHO, Manoel Tavares Neves. **Da Esterilização de Anormaes como Factor Eugénico**. Dissertação Apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1921.

FREITAS, Jair Athayde de. **Dos Casamentos Tardios sob o Ponto de Vista Médico**. These apresentada á Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1924.

GALTON, Francis. **Hereditary Genius**. London. 1892. Disponível em: <<http://galton.org>>. Acesso em: 18 de maio de 2013.

_____. **Essays in Eugeunics**. London, The Eugenics Education Society. 1909. Disponível em: <<http://galton.org>>. Acesso em: 18 de maio de 2013.

_____. **Hereditary talent and character**. Macmillan's Magazine, 12, p. 157-66, 318-27, 1865.

_____. **Experiments in pangenesis, by breeding from rabbits of a pure variety, into whose circulation blood taken from other varieties had previously been largely transfused**. Proceedings of the Royal Society of London, 19, p. 393-410, 1871. Disponível em: <http://www.galton.org/bib/JournalItem.aspx_action=view_id=46>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **Blood-relantionship**. Nature, 6, p. 173-6, 1872. Disponível em: <www.galton.org>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **English men of science: their nature and nurture**. London: Macmillan & Co., 1874. Disponível em: <http://www.galton.org/books/men-science/index.html>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **A theory of heredity**. Contemporary Review, 27, p. 80-95, 1875. Disponível em: <www.galton.org>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **Regression towards mediocrity in hereditary stature**. Journal of the Anthropological Institute Britain and Ireland, 15, p. 246-63, 1886. Disponível em: <www.galton.org/bib/JournalItem.aspx_action= view_id=157>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **Tables of observations**. The Journal of the Anthropological Institute Britain and Ireland, 18, p. 420-30, 1889. Disponível em: <www.galton.org>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **Hereditary genius**. London/New York: Macmillan & Co., 1892. Disponível em: <www.jstor.org>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **Restriction in marriage**. Sociological Papers, 2, p. 3-17, 49-51, 1906. Disponível em: <www.galton.org/eugenicist.html>. Acesso em: 10 abril 2015.

_____. **Herencia y eugenesia**. Tradução, introdução e notas R. A. Peález. Madrid: Alianza Editorial, 1988. Acesso em: 10 abril 2015.

GODOY, Paulo. **Eugénia e Selção**. Editora Helios Limitada. São Paulo. 1927.

KEHL, Renato. **A Eugenia no Brasil: esboço histórico e bibliográfico**. In: Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, Rio de Janeiro, 1929, p. 53.

_____. **A Eugenia Prática: Falsos e Apressados Conceitos – Considerações Simplórias – receios de mediocrizar a espécie genios dysgenicos**. Folha Medica. Rio de Janeiro, RJ. 1929.

_____. **A Campanha da Eugenia no Brasil**. Arquivos Brasileiros de Hygiene Mental. Publicações da Liga Brasileira de Hygiene Mental, 1931.

_____. **Registro Individual e Archivo Genealogico da Familia**. Rio de Janeiro. 1929.

LAMARCK, J. B. P. A. **Philosophie Zoologique**, Paris, 1809.

LACERDA, João Baptista de. **Relatório do Congresso Universal das Raças (1911)**. Rio de Janeiro. 1912.

MACIEL, Paulo do Rêgo. **Do Alcoolismo e suas Consequencias**. These apresentada a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1927

MONTELEONE, Pedro. **Os Cinco Problemas da Eugenia no Brasil**. These da Faculdade de Medicina de São Paulo. São Paulo. 1929.

PENNA, Belisario. **Conferências sobre o Problema Médico-Social no Brasil**. Liga Pró Saneamento no Brasil. Rio de Janeiro. 1919.

PRIMEIRO CONGRESSO DE BRASILIDADE - UNIDADE ÉTICA: Culto à Saúde, O Corpo Físico e a Educação do Corpo. Contribuição do Professor Deonato de Moraes - Membro da Comissão de Unidade Étnica. 1941.

RAMOS, Nereu. **A Obra Nacionalizadora do Estado Novo**. Discurso Profunciado em Blumenau. Imprensa Oficial do Estado. Florianópolis - Santa Catarina. 1939 .

RIBAS, Estellita. **Exame Pré-nupcial**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo. Estabelecimento Graphico Phoenix, Rua do Carmo, 72, São Paulo, 1927.

ROCHA, Virgilio Mauricio da. **Da Mulher: Proporções, Belleza, Deformação, Higyene e moda, Hygiene e Sport**. Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1926.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977 [1935].

PINTO, Edgar Roquette. **O Brasil e a Raça**. Imprensa Médica – Julho de 1947 – nº 403. Rio de Janeiro – RJ.

SAMPAIO, Guarany. **A esterilização eugênica e a deontologia médica**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina de São Paulo, Irmãos Ferrez, 1928.

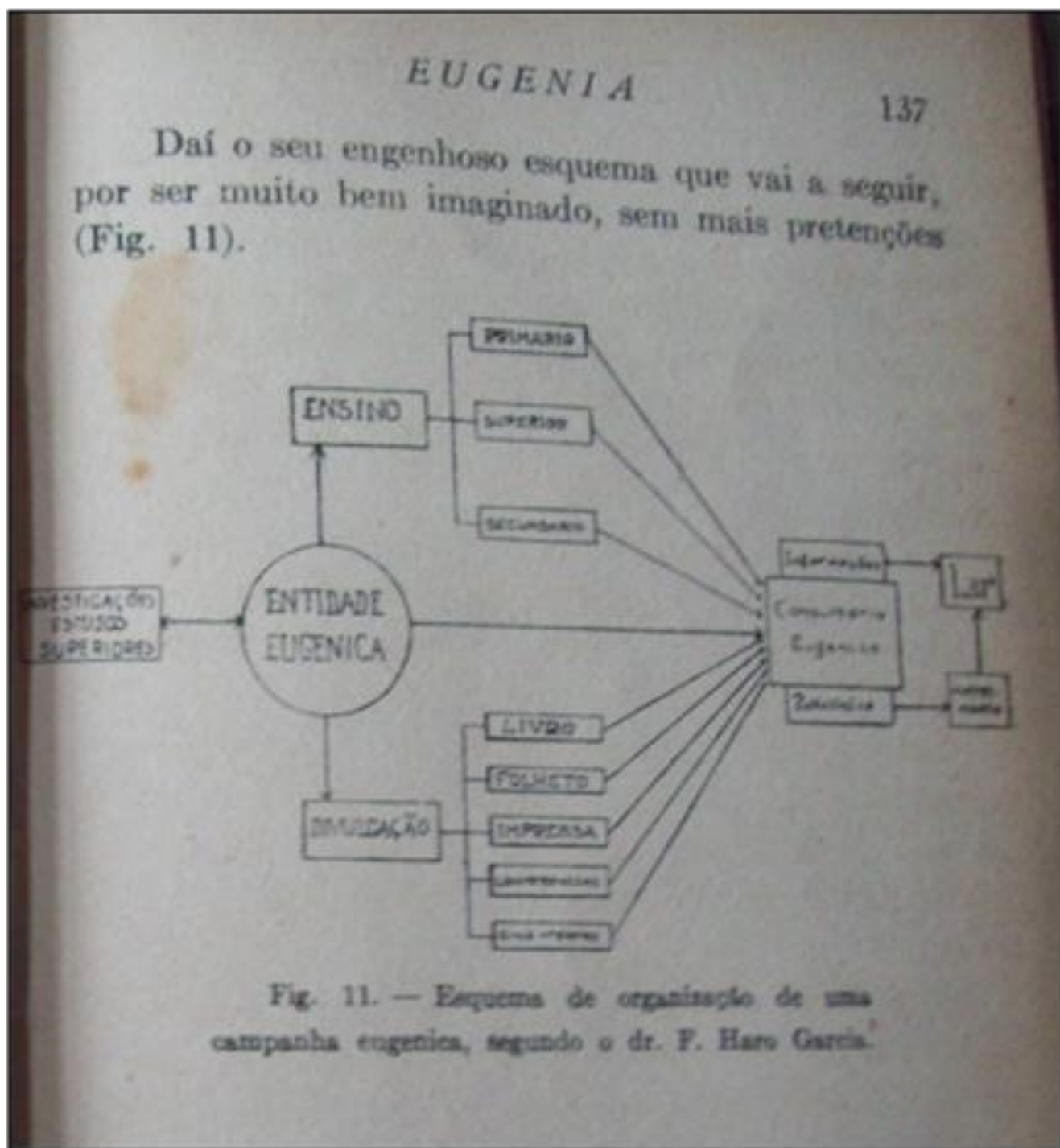
SILVEIRA, Fernando R. da. *Biometrica*. Resumo da Conferência Realizada no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia, in **Actas e Trabalhos do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia**. Rio de Janeiro. 1929.

SPENCER, Herbert. **The Principles of Biology**. vol I. London, 1864. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=3yYCAAAAQAAJ&printsec=frontcover&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 18 de maio de 2013.

TEPEDINO, Alexandre. **Eugenia**. Tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 1914.

ANEXOS

Anexo A – Esquema de Organização de Campanha Eugênica conforme Domingues (1933, p.137)



Anexo B - Ficha de Exame Pré-nupcial proposta por Estellita Ribas em 1927

[illegible]

Anexo C – Carta de Renato Kehl à Cecília Meireles em 1933

Rio de Janeiro, 29 de Abril de 1933.

Exma. Snra. D. Cecília Meirelles:-

Atenciosas saudações.

Em se tratando de uma campanha de benefício coletivo, tomo a liberdade de me dirigir a V. S., no sentido de pedir a sua valiosa colaboração, para uma modesta iniciativa da Comissão Central Brasileira de Eugénia.

Pretende esta realizar, no proximo mez de Maio, a "Quingena da Eugénia", a qual constará de uma série de palestras de educação e propaganda, pelo radio, sobre assuntos de "eugénia racial". Estas palestras serão iniciadas pelos membros da Comissão Central, sendo que as que não puderem ser lidas pelo proprio autor, o serão pelo "speaker" da Estação emissora, radio Mayrink Veiga. Destas, varias cópias serão tiradas, para larga distribuição entre os principais jornais do país, com o pedido de transcrição.

Entre as téses a serem irradiadas, escolhi para V. S. a seguinte:

"O papel da mulher perante a Eugénia".

(Sumario: A função eugénica da mulher; a defesa da próle; a mulher como fator principal na defesa da nacionalidade; a mulher mãe e a mulher cidadã; o que devem fazer as mulheres pela "higiene da raça".

Ficaria muito grato se V. S. me informasse se aceita o tema acima e, no caso positivo, quando poderei mandar buscar uma copia da palestra para que sejam tiradas copias, para o fim acima aludido.

Antecipadamente grato, subscrevo-me, com toda a consideração e apreço,

Anexo D – Resposta de Cecília Meireles à carta de Renato Kehl

